



**Tribunal de Justiça  
do Estado do Maranhão**

**CLIPPING INTERNET**

**28/11/2018 ATÉ 28/11/2018**

# INDÍCE

1	CEMULHER	
	1.1 SITE MA 10.....	1
2	CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
	2.1 RÁDIO NOTÍCIA MARANHÃO.....	2
	2.2 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	3
	2.3 SITE MA 10.....	4
3	COMARCAS	
	3.1 BLOG GILBERTO LIMA.....	5
	3.2 SITE G1 MARANHÃO.....	6
4	DECISÕES	
	4.1 BLOG DANIEL MATOS.....	7
	4.2 BLOG DIEGO EMIR.....	8
	4.3 BLOG DO DE SÁ.....	9
	4.4 BLOG DO MARCIAL LIMA.....	10
	4.5 BLOG DO NETO FERREIRA .....	11
	4.6 BLOG GILBERTO LEDA.....	12 13
	4.7 BLOG ISAÍAS ROCHA.....	14 15
	4.8 BLOG RONALDO ARAUJO.....	16
	4.9 CHAPADINHA SITE.....	17
	4.10 SITE G1 MARANHÃO.....	18
	4.11 SITE IMIRANTE.COM.....	19
	4.12 SITE SUA CIDADE.....	20
5	DESEMBARGADOR	
	5.1 BLOG CELSO ALMEIDA.....	21
	5.2 BLOG DIEGO EMIR.....	22
	5.3 BLOG DO DJALMA RODRIGUES.....	23
	5.4 BLOG DOMINGOS COSTA.....	24
	5.5 BLOG JAILSON MENDES.....	25
	5.6 BLOG LUÍS PABLO.....	26
6	ESMAM	
	6.1 BLOG DO SABÁ.....	27
7	FÓRUM DE SÃO LUÍS	
	7.1 BLOG DOMINGOS COSTA.....	28
	7.2 BLOG MARAMAIS.....	29
8	INSTITUCIONAL	
	8.1 SITE CNJ.....	30
9	JUIZADOS ESPECIAIS	
	9.1 BLOG DO MARCIAL LIMA.....	31
	9.2 SITE CNJ.....	32
10	JUÍZES	
	10.1 BLOG CELSO ALMEIDA.....	33
	10.2 BLOG DO DE SÁ.....	34
	10.3 BLOG DO MARCIAL LIMA.....	35 36 37
	10.4 BLOG DO NETO FERREIRA .....	38 39
	10.5 BLOG DOMINGOS COSTA.....	40
	10.6 BLOG EZEQUIEL NEVES.....	41
	10.7 BLOG LUÍS CARDOSO.....	42
	10.8 BLOG NETO WEBER.....	43
	10.9 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	44
11	PRESIDÊNCIA	
	11.1 BLOG ATUAL 7.....	45
	11.2 BLOG CELSO ALMEIDA.....	46
12	UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
	12.1 BLOG CRISTIANA FRANÇA .....	47
	12.2 BLOG MARDEN RAMALHO.....	48
	12.3 SITE SUA CIDADE.....	49
13	VARA CRIMINAL	
	13.1 BLOG ALDIR DANTAS.....	50
	13.2 BLOG ANTÔNIO MARTINS.....	51
	13.3 BLOG ATUAL 7.....	52
	13.4 BLOG BARRA DO CORDA NEWS.....	53
	13.5 BLOG CARLINHOS FILHO.....	54
	13.6 BLOG CELSO ALMEIDA.....	55
	13.7 BLOG CRISTIANA FRANÇA .....	56
	13.8 BLOG DANIEL MATOS.....	57
	13.9 BLOG DANIELA BANDEIRA.....	58
	13.10 BLOG DAVI MAX.....	59

13.11	BLOG DIEGO EMIR.....	60 61
13.12	BLOG DO ALPANIR MESQUITA.....	62 63
13.13	BLOG DO CLODOALDO CORRÊA.....	64
13.14	BLOG DO DJALMA RODRIGUES.....	65 66
13.15	BLOG DO KIEL MARTINS.....	67
13.16	BLOG DO MARCIAL LIMA.....	68 69
13.17	BLOG DO MINARD.....	70 71
13.18	BLOG DO NETO FERREIRA .....	72 73
13.19	BLOG DO PINHEIRO.....	74
13.20	BLOG DO WALISON.....	75
13.21	BLOG DOMINGOS COSTA.....	76 77
13.22	BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	78 79 80
13.23	BLOG EZEQUIEL NEVES.....	81
13.24	BLOG FILIPE MOTA.....	82
13.25	BLOG GILBERTO LIMA.....	83 84
13.26	BLOG GLAUCIO ERICEIRA.....	85
13.27	BLOG ISAIÁS ROCHA.....	86
13.28	BLOG JEISAEL.COM.....	87
13.29	BLOG JM CUNHA SANTOS.....	88
13.30	BLOG JO FERNANDES.....	89 90
13.31	BLOG JORGE ARAGÃO.....	91
13.32	BLOG LUÍS CARDOSO.....	92
13.33	BLOG LUÍS PABLO.....	93
13.34	BLOG MARCOS SILVA.....	94
13.35	BLOG MINUTO BARRA.....	95
13.36	BLOG PÁGINA 2.....	96 97
13.37	BLOG RAIMUNDO GARRONE.....	98
13.38	BLOG RONALDO ROCHA.....	99
13.39	BLOG ROSE CASTRO.....	100
13.40	BLOG SANDRO VAGNER.....	101
13.41	BLOG SILVIA TEREZA.....	102
13.42	BLOG SÉRGIO MATIAS.....	103
13.43	BLOG WALNEY BATISTA.....	104
13.44	BLOG WILLIAN MARINHO.....	105
13.45	BLOG ZECA SOARES.....	106
13.46	PORTAL DO MUNIM.....	107
13.47	SITE ATRATIVA FM.....	108
13.48	SITE CENTRAL DE NOTÍCIAS.....	109
13.49	SITE G1 MARANHÃO.....	110 111
13.50	SITE G7 MARANHÃO.....	112
13.51	SITE ICURURUPU.....	113
13.52	SITE IMIRANTE.COM.....	114 115 116
13.53	SITE JORNAL PEQUENO.....	117
13.54	SITE MA 10.....	118
13.55	SITE O IMPARCIAL ONLINE.....	119
13.56	SITE PORTAL GADITAS.....	120
13.57	SITE SJ NOTÍCIAS MA.....	121
13.58	SITE SUA CIDADE.....	122
14	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
14.1	BLOG DIEGO EMIR.....	123
14.2	BLOG GLAUCIO ERICEIRA.....	124
14.3	BLOG ISAIÁS ROCHA.....	125
14.4	BLOG JEISAEL.COM.....	126
14.5	BLOG MARAMAIS.....	127
14.6	BLOG SILVIA TEREZA.....	128
14.7	BLOG ZECA SOARES.....	129
14.8	SITE JORNAL PEQUENO.....	130
14.9	SITE O IMPARCIAL ONLINE.....	131

# Delegado Tiago Bardal volta para a prisão com investigador e advogados por ligação com assaltantes de bancos

28/11/2018 18:55:29

O delegado Tiago Bardal que estava em liberdade desde a prisão por envolvimento com uma quadrilha de contrabandistas de bebidas importadas, retornou hoje para a prisão, levando com ele um investigador da polícia civil e dois advogados que faziam articulações dos dois policiais com uma organização criminosa especializada em assaltos a bancos.

A prisão do delegado Tiago Bardal, do investigador João Batista de Sousa Marques e dos advogados Werther Ferraz Júnior e Ari Cortez Prado Júnior foi autorizada pela 1ª Vara Criminal da Comarca de São Luís, atendendo solicitações do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - Gaeco e da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção - Seccor.

A justiça também autorizou buscas e apreensões nas residências de todos os presos em São Luís e em Imperatriz, resultando na apreensão de documentos, celulares e computadores.

O Gaeco e a Seccor realizaram investigações duradoras e em vários locais do Estado e em outras unidades da federação com importantes apoios e conseguiram informações substanciais de que desde 2015, o delegado Tiago Bardal estava associado a uma organização criminosa especializada em assaltos a banco, que por ter informações privilegiadas e proteção compensavam não apenas o delegado, mas o investigador João Batista de Sousa Marques e os advogados Werther Ferraz Júnior e Ari Cortez Prado Júnior, que exerciam o papel de fazer a entrega de dinheiro ao delegado e ao investigador, que chegariam as cifras médias de R\$ 100 mil.

A verdade é que as autoridades policiais estão trabalhando com investigações bem avançadas, quanto, possíveis ligações do delegado e o seu grupo, com a quadrilha que causou terror em Bacabal.

## **Tiago Bardal, um investigador e dois advogados são alvos de operação da GAECO**

Na manhã de hoje, 28 de novembro de 2018, a Polícia Civil do Estado do Maranhão, através da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (SECCOR), em trabalho conjunto com o Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público Estadual, cumpriu mandados de prisão preventiva contra o delegado de polícia civil TIAGO MATTOS BARDAL, o investigador JOAO BATISTA DE SOUSA MARQUES e os advogados WERTHER FERRAZ JUNIOR e ARY CORTEZ PRADO JUNIOR, tendo sido realizadas, também, buscas em suas residências. As ações ocorreram, simultaneamente, em São Luis e Imperatriz.

Essas ordens judiciais foram expedidas pela 1ª Vara Criminal de São Luis e decorrem de investigação conjunta iniciada no primeiro semestre deste ano, que aponta que os presos se associaram, de forma estável e permanente, em uma verdadeira organização criminosa, com o intento de extorquir grupos criminosos, vindo a receber parcela dos produtos dos assaltos a agências bancárias, e a proteger, mediante o pagamento de propina, criminosos que integravam o crime organizado.

A engenharia criminosa, a princípio, remonta aos anos de 2015 e 2016, quanto TIAGO BARDAL assumiu a chefia da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (SEIC).

Consta que o então superintendente e o investigador BATISTA, seu homem de confiança, passaram a cobrar propina de quadrilhas que atuavam no Maranhão, especialmente no roubo a banco, e que o faziam por intermédio dos advogados WERTHER e ARY JUNIOR, estes últimos, ligados ao crime organizado. As informações obtidas dão conta de que os policiais recebiam cerca de R\$100.000,00 (cem mil reais) por assalto realizado, como uma espécie de “pedágio”, e que ainda assim cobravam para evitar as prisões de líderes.

Os policiais presos seguem para a Delegacia da Cidade Operária e os advogados para o sistema prisional, onde ficarão à disposição da Justiça.

As investigações avançam, com a intenção de averiguar a participação de outros policiais no esquema criminoso.

## Prestação de contas do filho do presidente do TJ também contém irregularidades

Relatório preliminar na prestação de contas relativa à arrecadação e aplicações de recursos financeiros na campanha eleitoral de 2018 do deputado eleito Karlos Parabuçu Santos Figueiredo dos Anjos (PSL) aponta para a existências de diversos indícios de irregularidades na documentação entregue à área técnica do tribunal. A verificação foi encerrada no último dia 21 ? [baixe a íntegra](#).

Conhecido como o Pará Figueiredo, ele é filho do presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Maranhão, o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos. Além dele, também teve apontada pelos técnicos do TRE/MA com sinais de irregularidades [as contas do governador Flávio Dino \(PCdoB\) e do vice-governador Carlos Brandão \(PRB\)](#).

Assinada pelo técnico judiciário Raimundo Francisco Barros Costa e pela chefe-substituto do SECEP, Manoel de Jesus Sousa Júnior, o documento aponta que Pará Figueiredo descumpriu o prazo estabelecido pela legislação eleitoral na entrega dos relatórios financeiros de campanha de pelo menos três doações eleitorais; recebeu recursos de origem não identificadas; omitiu cerca de 300 gastos eleitorais; e frustrou o aprofundamento dos técnicos no exame tempestivo de mais de 10 arrecadações eleitorais e outras duas de gastos eleitorais.

O relator das contas é o juiz Gustavo Araújo Vilas Boas, que deverá submeter o caso ao julgamento do plenário da Corte.

Em despacho na última segunda-feira 26, ele deu o prazo de três dias para Pará Figueiredo sanar as irregularidades apontadas pelos técnicos do tribunal no relatório preliminar e reapresentar a prestação de contas, com status de retificadora. No mesmo prazo, ele deve ainda validar a mídia no TRE maranhense, apresentando justificativas e documentos que comprovem as alterações efetuadas.

O ATUAL7 não conseguiu entrar em contato com a defesa de Pará Figueiredo, nem com o deputado eleito. O espaço está aberto para manifestação.

## **Gaeco e Seccor prendem Tiago Bardal e mais três por organização criminosa**

**28/11/2018 07:58:08**

Uma operação conjunta do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), do Ministério Público do Maranhão, e da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), da Polícia Civil maranhense, prendeu preventivamente o delegado Tiago Mattos Bardal, o investigador de polícia João Batista de Sousa Marques e os advogados Werther Ferraz Junior e Ary Cortez Prado Júnior.

A ação foi deflagrada na manhã desta quarta-feira 28. Além das prisões, também foram cumpridos mandados de busca e apreensão nas residências dos envolvidos, em São Luís e Imperatriz. Nos locais, foram apreendidos documentos, celulares e computadores. As ordens judiciais foram expedidas pela 1ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

De acordo com as investigações, os alvos da operação se associaram em organização criminosa com o objetivo de extorquir quadrilhas de assaltantes, recebendo parte do apurado em ataques a bancos e fazendo a proteção dos integrantes dos bandos, mediante o recebimento de propina. O Gaeco e a Seccor dizem que as práticas vinham acontecendo desde 2015, quando Bardal assumiu a chefia da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), principal braço da Polícia Civil no combate ao crime organizado.

Ainda de acordo com as investigações, a Orccrim recebia cerca de R\$ 100 mil por assalto realizado e cobrava o repasse de outros valores para evitar a prisão de líderes das quadrilhas de assaltantes. A cobrança era feita por intermédio dos advogados presos na operação.

As investigações continuam e buscam averiguar a participação de outros policiais no esquema.

## **Delegado Tiago Bardal tem nova prisão decretada; investigador e advogados são presos**

A Polícia Civil do Estado do Maranhão, através da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (SECCOR), em trabalho conjunto com o Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público Estadual, cumpriu, na manhã de hoje, 28 de novembro de 2018, mandados de prisão preventiva contra o delegado de polícia civil Tiago Mattos Bardal, o investigador João Batista de Sousa Marques e os advogados Werther Ferraz Júnior e Ary Cortez Prado Júnior, tendo sido realizadas, também, buscas em suas residências. As ações ocorreram, simultaneamente, em São Luis e Imperatriz.

Essas ordens judiciais foram expedidas pela 1ª Vara Criminal de São Luís e decorrem de investigação conjunta iniciada no primeiro semestre deste ano, que aponta que os presos se associaram, de forma estável e permanente, em uma verdadeira organização criminosa, com o intento de extorquir grupos criminosos, vindo a receber parcela dos produtos dos assaltos a agências bancárias, e a proteger, mediante o pagamento de propina, criminosos que integravam o crime organizado.

A engenharia criminosa, a princípio, remonta aos anos de 2015 e 2016, quando Tiago Bardal assumiu a chefia da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (SEIC).

Consta que o então superintendente e o investigador Batista, seu homem de confiança, passaram a cobrar propina de quadrilhas que atuavam no Maranhão, especialmente no roubo a banco, e que o faziam por intermédio dos advogados Werther e Ary Júnior, estes últimos, ligados ao crime organizado. As informações obtidas dão conta de que os policiais recebiam cerca de R\$ 100 mil por assalto realizado, como uma espécie de “pedágio”, e que ainda assim cobravam para evitar as prisões de líderes.

Os policiais presos seguem para a Delegacia da Cidade Operária e os advogados para o sistema prisional, onde ficarão à disposição da Justiça.

As investigações avançam, com a intenção de averiguar a participação de outros policiais no esquema criminoso. Do Minard

## **URGENTE: Um delegado, um investigador e dois advogados acabam de ser presos no Maranhão**

**28/11/2018 00:00:00**

Uma operação conjunta do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), deflagrada na manhã desta quarta-feira (28) resultou na prisão preventiva do delegado Tiago Mattos Bardal, do investigador de polícia João Batista de Sousa Marques e dos advogados Werther Ferraz Junior e Ary Cortez Prado Junior.

Além das prisões, também foram realizadas operações de busca e apreensão nas residências dos envolvidos, nos municípios de São Luís e Imperatriz, nas quais foram apreendidos documentos, celulares e computadores. As ordens judiciais foram expedidas pela 1ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

De acordo com as investigações, os presos se associaram em uma organização com o objetivo de extorquir grupos criminosos, recebendo parte do apurado em assaltos a bancos e fazendo a proteção das quadrilhas, mediante o recebimento de propina. As práticas vinham acontecendo desde 2015, quando Tiago Bardal assumiu a chefia da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic).

Os policiais recebiam cerca de R\$ 100 mil por assalto realizado e cobravam, ainda, para evitar a prisão de líderes das organizações criminosas. A cobrança era feita por intermédio dos advogados presos nesta quarta-feira.

As investigações continuam e buscam averiguar a participação de outros policiais no esquema.

Fonte: Neto Web

## **Desembargador desmaia durante sessão no Tribunal de Justiça**

O ex-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargador Guerreiro Júnior, passou mal e chegou a desmaiar durante julgamento em uma das Câmaras que ele integra no Palácio Clóvis Beviláqua, nesta terça-feira (28).

De acordo com uma informações, Guerreiro se reclamava de tonturas momento antes do desmaio.

O magistrado que tem problemas de diabetes, foi levado às pressas para um hospital particular, onde foi medicado.

Por orientação médica e da família, o desembargador solicitou licença por 60 dias para um tratamento mais adequado.

E MAIS...

Em junho do ano passado, Guerreiro teve uma grande perda, seu pai desembargador aposentado Antônio Pacheco Guerreiro (94 anos), morreu após meses internado em uma UTI de um hospital da capital.

## **Ex-prefeito de Lago Verde é condenado por contratação irregular de servidores**

O ex-prefeito de Lago Verde, Raimundo Almeida, foi condenado em Ação Civil Pública por ato de Improbidade Administrativa proposta pelo Ministério Público Estadual, por manter, no quadro de servidores públicos municipais, pessoas contratadas irregularmente, sem concurso público.

A sentença, da juíza Vanessa Ferreira Pereira Lopes (1ª Vara Comarca de Bacabal), condenou o réu pela prática de ato de improbidade administrativa, aplicando as penas de suspensão de seus direitos políticos pelo período de três anos; pagamento de multa civil na quantia dez vezes no valor de sua remuneração de prefeito; proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais e creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de três anos.

A juíza deixou de decretar a perda do cargo (por já ter expirado o mandato) e de condenar em reparação de danos, uma vez que não houve prejuízos ao erário.

DENÚNCIA - Raimundo Almeida foi denunciado pelo Ministério Público estadual com base em procedimento judicial que tramitou na Vara do Trabalho de Bacabal. O MPE pediu a condenação do ex-prefeito nas penas impostas pelo artigo 12, inciso III, da Lei 8.429/92, pelo ressarcimento integral do dano, a suspensão dos direitos políticos, proibição de contratar com o Poder Público, pagamento de multa civil e pagamento das custas e despesas processuais, bem como perda da função pública.

A juíza fundamentou a sua decisão no fato de que a sentença emitida pela Justiça do Trabalho é prova do ato de improbidade administrativa praticado pelo réu e sustentou não haver dúvida de que o réu manteve irregularmente dois servidores, em 2010, sem a aprovação prévia em concurso público, como funcionários nos quadros dos servidores municipais.

Fonte: Neto Ferreira

## **Prestação de contas do filho do presidente do TJ também contém irregularidades**

Prestação de contas do filho do presidente do TJ também contém irregularidades. Relatório preliminar na prestação de contas relativa à arrecadação e aplicações de recursos financeiros na campanha eleitoral de 2018 do deputado eleito Karlos Parabuçu Santos Figueiredo dos Anjos (PSL) aponta para a existências de diversos indícios de irregularidades na documentação entregue à área técnica do tribunal. A verificação foi encerrada no último dia 21 — baixe a íntegra.

Conhecido como o Pará Figueiredo, ele é filho do presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Maranhão, o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos. Além dele, também teve apontada pelos técnicos do TRE/MA com sinais de irregularidades as contas do governador Flávio Dino (PCdoB) e do vice-governador Carlos Brandão (PRB).

Assinada pelo técnico judiciário Raimundo Francisco Barros Costa e pela chefe-substituto do SECEP, Manoel de Jesus Sousa Júnior, o documento aponta que Pará Figueiredo descumpriu o prazo estabelecido pela legislação eleitoral na entrega dos relatórios financeiros de campanha de pelo menos três doações eleitorais; recebeu recursos de origem não identificadas; omitiu cerca de 300 gastos eleitorais; e frustou o aprofundamento dos técnicos no exame tempestivo de mais de 10 arrecadações eleitorais e outras duas de gastos eleitorais.

O relator das contas é o juiz Gustavo Araújo Vilas Boas, que deverá submeter o caso ao julgamento do plenário da Corte.

Em despacho na última segunda-feira 26, ele deu o prazo de três dias para Pará Figueiredo sanar as irregularidades apontadas pelos técnicos do tribunal no relatório preliminar e reapresentar a prestação de contas, com status de retificadora. No mesmo prazo, ele deve ainda validar a mídia no TRE maranhense, apresentando justificativas e documentos que comprovem as alterações efetuadas.

Fonte: Atual7

## **Tiago Bardal e mais três são presos por envolvimento com bandos de assaltos a banco, diz polícia**

O ex-superintendente estadual de investigações criminais (Seic) do Maranhão, Tiago Bardal, foi preso novamente na manhã desta quarta-feira (28) por conta de uma investigação da Polícia Civil sobre uma quadrilha de assaltos a banco no interior do estado. Ele foi encaminhado para a sede da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), em São Luís, para prestar depoimento.

Além do delegado afastado, o investigador João Batista de Sousa Marques e os advogados Werther Ferraz Júnior e Ary Cortez Prado Júnior também foram presos nesta operação realizada de forma simultânea em São Luís e Imperatriz, nesta manhã. Os mandados de prisão preventiva foram expedidos pela 1ª Vara Criminal de São Luís.

A ação é resultado de uma investigação da Seccor e do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão. As autoridades disseram ainda que as investigações continuam para averiguar a participação de outros policiais no esquema.

### Como funcionava

Pelas informações policiais, a investigação começou em 2018, mas tem como foco ações criminosas entre os anos de 2015 e 2016. Segundo a Seccor e o Gaeco, os presos na manhã desta quarta tinham relações com os bandos de assalto a banco no interior do Maranhão por receberem propina para evitar as prisões dos chefes, por exemplo.

Segundo os investigadores, os policiais mantinham relação direta com os advogados ligados aos assaltantes. Assim, a parte que caberia tanto ao delegado quanto ao investigador em cada negociação girava em torno de R\$ 100 mil.

Os policiais vão ficar recolhidos na carceragem para policiais na Delegacia Especial da Cidade Operária (Decop), enquanto que os advogados devem ficar em alguma unidade do sistema penitenciário do estado.

### Outras ocorrências

Não é a primeira vez que Tiago Bardal é preso. Em março de 2018 quando ainda era superintendente estadual de investigações criminais, ele foi acusado pela própria Secretaria de Segurança Pública de fazer parte de um esquema de contrabando internacional de bebidas alcoólicas e cigarros.

Ele foi encontrado por policiais militares durante uma operação perto do Quebra Pote, zona rural de São Luís. A área, depois a investigação mostrou, era rota dos envolvidos em um esquema internacional de contrabando de carga como cigarros e bebidas alcoólicas.

A época, Bardal foi encontrado dentro de um carro com Ricardo Jefferson Muniz Belo, que seria seu advogado. Segundo o secretário de segurança pública, Jefferson Portella, ao ser questionado, o superintendente afirmou que estava vindo de uma festa, mas depois mudou a versão falando que procurava um sítio para compra.

Na tarde do dia 22 de fevereiro deste ano, Tiago Bardal foi exonerado do cargo e depois a SSP pediu a prisão preventiva dele. A delegada Nilmar da Gama assumiu o cargo de superintendente da Superintendência de Investigações Criminais (Seic).

Neste caso do contrabando, vários policiais militares, entre eles oficiais, foram presos também suspeitos de integrarem o esquema criminoso.

Como o esquema envolvia o mercado clandestino internacional, a Justiça Federal tomou à frente e no fim de abril, revogou a prisão de oito acusados mediante fiança de valores diferentes. O delegado Bardal teve fiança fixada em R\$ 30 mil. Bardal responde também a um crime de contrabando no município de Viana.

Fonte: G1MA

## Programação do Natal de Todos começa neste sábado (1º)

A abertura da programação natalina em São Luís, neste sábado (1º), vai iluminar um dos pontos mais bonitos do Centro Histórico da cidade com atrações que prometem encantar ludovicenses e turistas de todas as idades. O Natal de Todos é uma realização do Governo do Maranhão e da Prefeitura de São Luís com o apoio cultural da Companhia Energética do Maranhão (Cemar).

Para a cerimônia de abertura, em frente ao Palácio dos Leões, está previsto fogos de artifício, chegada do Papai Noel, show com o saxofonista Caio Mesquita, apresentação da Banda do Bom Menino, chuva de neve com Trio de Cordas, Coral Adventista e projeção de vídeo mapping com imagens das belezas e cultura do Maranhão cobrindo a fachada do Palácio dos Leões. A programação com diversas atrações segue até o dia 23 de dezembro.

O Natal de Todos este ano vem com uma nova proposta. A Praça Pedro II será transformada em uma Vila Encantada, ambientada com diversos cenários que simbolizam o período natalino. As crianças poderão se divertir nas praças Soldadinho de Chumbo, Ursinhos Polares e Boneco de Neve, admirar a Casa do Papai Noel, a chuva de neve e as luzes da bola encantada. A praça e toda a área do Centro Histórico já estão recebendo decoração especial tornando o local ainda mais bonito para a festa preparada pelo Governo e Prefeitura. Os elementos de Natal vão decorar fachadas dos principais monumentos da cidade, entre estes, praças, igrejas, prédios históricos e outros espaços públicos.

### Espaços ganharam decoração e iluminação especiais

Decoração e uma iluminação especial aumentam o clima e a magia do Natal. Toda área do Centro Histórico, bem como outros espaços da capital, receberam decoração especial tornando o local ainda mais bonito para a festa preparada pelo Governo e Prefeitura. Os elementos de Natal decoram fachadas dos principais monumentos da cidade, entre estes, praças, igrejas, prédios históricos e outros espaços públicos.

Árvores decoradas embelezam ainda mais o cenário de pontos turísticos de grande visitação na capital, dentre outros arranjos natalinos. A maior delas, de 12 metros, vai emoldurar a área externa da Catedral Metropolitana, a Igreja da Sé. A árvore será coberta de micro lâmpadas douradas e enfeites característicos como bolas, cordas e peças luminosas, dentre outros. O Palácio dos Leões ganhará uma árvore do tipo pinheiro, de sete metros de altura.

No Espigão Costeiro, a magia do Natal será completa com outra árvore de sete metros de altura, montada em fibra de vidro. Este mesmo modelo embelezará as praças Deodoro e Pantheon. Na Praça Benedito Leite será instalada uma árvore em 3D, com efeitos luminosos em 360 graus e estrutura toda em camadas que serão preenchidas com micro lâmpadas douradas.

### Atrações culturais

As atrações culturais estarão por toda parte. Em frente ao Palácio dos Leões, Tribunal de Justiça, Igreja da Sé, prédio da Sectur, Praça Benedito Leite, sempre aos fins de semana, com espetáculos teatrais, auto de natal, corais, shows musicais, personagens natalinos. No dia 8 de dezembro, por exemplo, está prevista apresentação

de pocket show da cantora Luiza Possi, em frente ao Tribunal de Justiça.

Uma das atrações de maior sucesso no ano passado, que recebeu mais de 25 mil pessoas, estará de volta: a projeção de video mapping na fachada do Palácio dos Leões terá sessões diárias até o dia 6 de janeiro. O espetáculo de sons, cores e luzes promete ser uma das grandes atrações da Vila Encantada.

Já a Praça Benedito Leite, sempre aos sábados e domingos, funcionará como Praça de Alimentação, com barracas e vendas de pratos típicos e uma grande variedade gastronômica. O espaço é o mesmo onde ocorre aos domingos a Feirinha de São Luís.

## **Tiago Bardal e mais três são presos por suposto envolvimento com bandos de assaltos a banco**

O ex-superintendente estadual de investigações criminais (Seic) do Maranhão, Tiago Bardal, foi preso novamente na manhã desta quarta-feira (28) por conta de uma investigação da Polícia Civil sobre uma quadrilha de assaltos a banco no interior do estado. Ele foi encaminhado para a sede da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), em São Luís, para prestar depoimento.

Além do delegado afastado, o investigador João Batista de Sousa Marques e os advogados Werther Ferraz Júnior e Ary Cortez Prado Júnior também foram presos nesta operação realizada de forma simultânea em São Luís e Imperatriz, nesta manhã. Os mandados de prisão preventiva foram expedidos pela 1ª Vara Criminal de São Luís.

A ação é resultado de uma investigação da Seccor e do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão. As autoridades disseram ainda que as investigações continuam para averiguar a participação de outros policiais no esquema.

Vale ressaltar que em Março deste ano, Bardal já havia sido preso (relembre [aqui](#)).

### ***Como funcionava***

Pelas informações policiais, a investigação começou em 2018, mas tem como foco ações criminosas entre os anos de 2015 e 2016. Segundo a Seccor e o Gaeco, os presos na manhã desta quarta tinham relações com os bandos de assalto a banco no interior do Maranhão por receberem propina para evitar as prisões dos chefes, por exemplo.

Segundo os investigadores, os policiais mantinham relação direta com os advogados ligados aos assaltantes. Assim, a parte que caberia tanto ao delegado quanto ao investigador em cada negociação girava em torno de R\$ 100 mil.

Os policiais vão ficar recolhidos na carceragem para policiais na Delegacia Especial da Cidade Operária (Decop), enquanto que os advogados devem ficar em alguma unidade do sistema penitenciário do Estado.

## **TJMA mantém condenação de mulher que chamou funcionária da Renner do Shopping da Ilha de macaca**

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve decisão de primeira instância que condenou Tibúrcia Alcione Figueiredo Dallin pelo crime de injúria racial, por ter chamado de “macaca” uma funcionária da loja Renner, no Shopping da Ilha, em São Luís, pelo simples fato de ter-lhe sido negado um aumento de limite no cartão de crédito.

A condenação estabelece pena total de um ano de reclusão a ser cumprida em regime inicialmente aberto, além de dez dias-multa.

O processo teve como relator o desembargador Raimundo Melo, cujo voto foi seguido pelos desembargadores Bayma Araujo e João Santana de Sousa, que mantiveram o entendimento do Juiz de Direito Luis Carlos Dutra dos Santos, da 6ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

Em seu voto, o desembargador Raimundo Melo ressaltou que a prova colhida em juízo é consistente, comprovando a prática do delito, previsto no artigo 140, parágrafo 3º, do Código Penal.

“Confrontando-se a pretensão acusatória e as declarações da vítima e testemunhas, resta indubitoso o fato da ré ter se dirigido à vítima ofendendo-a e chamando-a agressivamente de “macaca”, frisou o magistrado.

Além do depoimento da vítima confirmando o delito, testemunhas presenciais confirmaram as ofensas de Tibúrcia Alcione Figueiredo Dallin, que soletrou o termo “macaca” por várias vezes, com o intuito de constranger e humilhar a vítima.

Para o desembargador, o elemento de cor e raça qualifica a injúria praticada, não havendo cogitar da atipicidade da imputação, tampouco da deficiência probatória aventada pela defesa.

“Não cabe reforma da decisão de primeira instância, pois a injúria mostra-se por demais ofensiva à honra e à dignidade da vítima, e por isso desproporcional sob qualquer aspecto”, assinalou o desembargador Raimundo Melo.

Fonte: Tribunal de Justiça do Maranhão

## **Delegado Thiago Bardal volta para a cadeia**

O delegado Thiago Bardal, ex-chefe da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), foi preso novamente, dessa vez por suspeita de envolvimento com assaltos a bancos. Em março deste ano, ele teve a prisão preventiva decretada sob a acusação de envolvimento com uma quadrilha especializada em roubo de cargas e contrabando.

Dessa vez, pesa sobre Thiago Bardal a suspeita de praticar extorsão contra uma quadrilha de assaltantes de bancos. Segundo as investigações, ele e policiais da sua equipe recebiam propina para não prender os líderes dos bandos e para fazer vista grossa quando aconteciam assaltos a agência bancárias. O valor mensal que cabia ao delegado era de R\$ 100 mil, segundo apurou a polícia.

Além de Thiago Bardal, tiveram as prisões preventivas decretadas os advogados Werther Ferraz Junior e Ary Cortez Prado Junior e o investigador João Batista de Sousa Marques.

Em depoimento, na manhã de hoje, à Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (SECCOR), o delegado e os supostos comparsas foram interrogados sobre as acusações.

## Tiago Bardal é preso novamente

Na manhã de hoje, 28 de novembro de 2018, a Polícia Civil do Estado do Maranhão, através da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (SECCOR), em trabalho conjunto com o Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público Estadual, cumpriu mandados de prisão preventiva contra o delegado de polícia civil TIAGO MATTOS BARDAL, o investigador JOAO BATISTA DE SOUSA MARQUES e os advogados WERTHER FERRAZ JUNIOR e ARY CORTEZ PRADO JUNIOR, tendo sido realizadas, também, buscas em suas residências. As ações ocorreram, simultaneamente, em São Luis e Imperatriz.

Essas ordens judiciais foram expedidas pela 1ª Vara Criminal de São Luis e decorrem de investigação conjunta iniciada no primeiro semestre deste ano, que aponta que os presos se associaram, de forma estável e permanente, em uma verdadeira organização criminosa, com o intento de extorquir grupos criminosos, vindo a receber parcela dos produtos dos assaltos a agências bancárias, e a proteger, mediante o pagamento de propina, criminosos que integravam o crime organizado.

A engenharia criminosa, a princípio, remonta aos anos de 2015 e 2016, quanto TIAGO BARDAL assumiu a chefia da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (SEIC).

Consta que o então superintendente e o investigador BATISTA, seu homem de confiança, passaram a cobrar propina de quadrilhas que atuavam no Maranhão, especialmente no roubo a banco, e que o faziam por intermédio dos advogados

WERTHER e ARY JUNIOR, estes últimos, ligados ao crime organizado. As informações obtidas dão conta de que os policiais recebiam cerca de R\$100.000,00 (cem mil reais) por assalto realizado, como uma espécie de "pedágio", e que ainda assim cobravam para evitar as prisões de líderes.

Os policiais presos seguem para a Delegacia da Cidade Operária e os advogados para o sistema prisional, onde ficarão à disposição da Justiça.

As investigações avançam, com a intenção de averiguar a participação de outros policiais no esquema criminoso.

## **Delegado Thiago Bardal volta para a cadeia**

O delegado Thiago Bardal, ex-chefe da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), foi preso novamente, dessa vez por suspeita de envolvimento com assaltos a bancos. Em março deste ano, ele teve a prisão preventiva decretada sob a acusação de envolvimento com uma quadrilha especializada em roubo de cargas e contrabando.

Dessa vez, pesa sobre Thiago Bardal a suspeita de praticar extorsão contra uma quadrilha de assaltantes de bancos. Segundo as investigações, ele e policiais da sua equipe recebiam propina para não prender os líderes dos bandos e para fazer vista grossa quando aconteciam assaltos a agência bancárias. O valor mensal que cabia ao delegado era de R\$ 100 mil, segundo apurou a polícia.

Além de Thiago Bardal, tiveram as prisões preventivas decretadas os advogados Werther Ferraz Junior e Ary Cortez Prado Junior e o investigador João Batista de Sousa Marques.

Em depoimento, na manhã de hoje, à Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (SECCOR), o delegado e os supostos comparsas foram interrogados sobre as acusações.

## **Empresária que chamou funcionária de loja do Shopping da Ilha de "macaca" é condenada**

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve decisão de primeira instância que condenou Tibúrcia Alcione Figueiredo Dallin pelo crime de injúria racial, por ter chamado de "macaca" uma funcionária da loja Renner, no Shopping da Ilha, em São Luís, pelo simples fato de ter-lhe sido negado um aumento de limite no cartão de crédito.

O fato ocorreu no dia 10 de maio de 2012, quando na loja Renner, situado no Shopping da Ilha, a denunciada Tibúrcia Alcione Figueiredo Soares Dallin injuriou com elementos referentes a raça e cor a vítima Katiane Cantanhede Ribeiro". Naquela oportunidade, a empresária ao ser interrogada pela autoridade policial, declarou ter chamado a vítima de "macaca", porém não teria a intenção de ofender a sua honra, pois teria respondido no calor da emoção.

A condenação estabelece pena total de um ano de reclusão a ser cumprida em regime inicialmente aberto, além de dez dias-multa.

O processo teve como relator o desembargador Raimundo Melo, cujo voto foi seguido pelos desembargadores Bayma Araujo e João Santana de Sousa, que mantiveram o entendimento do Juiz de Direito Luis Carlos Dutra dos Santos, da 6ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

Em seu voto, o desembargador Raimundo Melo ressaltou que a prova colhida em juízo é consistente, comprovando a prática do delito, previsto no artigo 140, parágrafo 3º, do Código Penal.

***"Confrontando-se a pretensão acusatória e as declarações da vítima e testemunhas, resta indubitável o fato de se ter dirigido à vítima ofendendo-a e chamando-a agressivamente de "macaca", frisou o magistrado.***

Além do depoimento da vítima confirmando o delito, testemunhas presenciais confirmaram as ofensas de Tibúrcia Alcione Figueiredo Dallin, que soletrou o termo "macaca" por várias vezes, com o intuito de constranger e humilhar a vítima.

Para o desembargador, o elemento de cor e raça qualifica a injúria praticada, não havendo cogitar da atipicidade da imputação, tampouco da deficiência probatória aventada pela defesa.

***"Não cabe reforma da decisão de primeira instância, pois a injúria mostra-se por demais ofensiva à honra e à dignidade da vítima, e por isso desproporcional sob qualquer aspecto", assinalou o desembargador Raimundo Melo.***

As informações são do Tribunal de Justiça do Maranhão.

O post [Empresária que chamou funcionária de loja do Shopping da Ilha de "macaca" é condenada](#) apareceu primeiro em [Diego Emir](#).

# Desembargador Guerreiro Júnior passa mal e desmaia em sessão no TJMA

28/11/2018 14:14:36

O desembargador Guerreiro Júnior passou mal e chegou a desmaiar, na manhã de ontem (terça-feira, 27), quando ocorria uma sessão em uma das Câmaras que integra, no Tribunal de Justiça do Maranhão.

O ex-presidente do TJMA, que tem problemas de diabetes, foi levado às pressas para um hospital particular, medicado e em seguida solicitou licença por 60 dias para um tratamento mais adequado.

As informações são do blog do Djalma Rodrigues.

O post [Desembargador Guerreiro Júnior passa mal e desmaia em sessão no TJMA](#) apareceu primeiro em [Diego Emir](#).

## Investigação dos suspeitos por envolvimento com quadrilhas de assalto a banco será concluída em 10 dias

Os promotores de justiça Marco Aurélio Rodrigues e Marcos Valentim Pinheiro Paixão, integrantes do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão, participaram, na manhã desta quarta-feira, 28, no auditório da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Maranhão (SSP-MA), da entrevista coletiva sobre a Operação Jogo Duplo. O nome faz alusão à participação de agentes públicos no crime organizado.

A ação, deflagrada na manhã desta quarta-feira, realizada conjuntamente pelo Gaeco e pela Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), resultou na prisão preventiva do delegado Tiago Mattos Bardal, do investigador de polícia João Batista de Sousa Mendes e dos advogados Werther Ferraz Júnior e Ary Cortez Prado Junior. Eles estariam envolvidos com uma quadrilha especializada em assaltos a banco, chefiada pelo criminoso Adriano Brandão.

Além das prisões, foram apreendidos documentos, celulares e computadores. O prazo para a conclusão do inquérito é de 10 dias. As ordens judiciais foram expedidas pela 1ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

A apuração, que culminou na Operação Jogo Duplo, foi requisitada pelo Ministério Público do Maranhão, após denúncias de criminosos apontando a participação do delegado Tiago Bardal com o crime organizado.

Durante a entrevista, o promotor de justiça Marco Aurélio Rodrigues destacou que o procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, requisitou o acompanhamento do inquérito policial pelos promotores que integram o Gaeco. **"A operação é resultado da análise conjunta de documentos apreendidos e de depoimentos até o momento prestados"**, informou.

De acordo com as investigações, durante os anos de 2015 a 2016, Tiago Bardal e João Batista de Sousa Mendes extorquiam a quadrilha especializada em assaltos a banco, recebendo dinheiro para evitar a investigação e a prisão dos integrantes do bando. O dinheiro era oriundo dos roubos. Em um dos casos, os policiais teriam recebido R\$ 100 mil cada. Ao todo, a quadrilha teria cometido, no período, cinco assaltos a unidades bancárias em cidades do interior do Maranhão.

A cobrança do dinheiro seria realizada pelos advogados Werther Ferraz Júnior e Ary Cortez Prado Junior.

**"Estes agentes tinham o dever de combater o crime, mas davam cobertura às ações criminosas, recebendo pagamento paralelo para permitir a prática de crimes"**, ressaltou o secretário de estado de Segurança Pública, Jefferson Portela.

Na entrevista, o secretário revelou, ainda, que os policiais também passavam informações sigilosas para a quadrilha e que o chefe do bando, Adriano Brandão, foi resgatado recentemente de um presídio em Belém. O grupo possui muitos integrantes e atua no Pará, no Tocantins e no Maranhão.

O superintendente da Seccor, policial civil Roberto Fortes, classificou de horrendo e nefasto o envolvimento de agentes públicos com o crime. **"Essas pessoas são policiais, mas se infiltraram em organizações criminosas. Em vez de combatê-los, eles se aliaram aos bandidos. Recebiam dinheiro dos assaltantes para acobertar suas ações criminosas"**, ressaltou.

Também participou da coletiva o delegado-geral da Polícia Civil, Leonardo Diniz.

O post [Investigação dos suspeitos por envolvimento com quadrilhas de assalto a banco será concluída em 10 dias](#) apareceu primeiro em [Diego Emir](#).

## **Delegado, investigador e mais dois advogados são presos por suspeita de extorquir assaltantes de bancos no Maranhão**

**28/11/2018 07:59:42**

O delegado da Polícia Civil, Tiago Matos Bardal, o investigador João Batista de Sousa Marques e os advogados Werther Ferraz Júnior e Ary Cortez Prado Júnior foram apresentados na manhã desta quarta-feira, 28, na Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (SECCOR), após nova operação do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público Estadual.

De acordo com as primeiras informações, todos citados tiveram mandados de prisão preventiva decretadas. Essas ordens judiciais foram expedidas pela 1ª Vara Criminal de São Luis e decorrem de investigação conjunta iniciada no primeiro semestre deste ano, que aponta que os presos se associaram, de forma estável e permanente, em uma verdadeira organização criminoso com o intento de extorquir grupos criminosos, vindo a receber parcela dos produtos dos assaltos a agências bancárias, e a proteger, mediante o pagamento de propina, criminosos que integravam o crime organizado.

A engenharia criminoso, a princípio, remonta aos anos de 2015 e 2016, quanto TIAGO BARDAL assumiu a chefia da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (SEIC).

Consta que o então superintendente e o investigador Batista, seu homem de confiança, passaram a cobrar propina de quadrilhas que atuavam no Maranhão, especialmente no roubo a banco, e que o faziam por intermédio dos advogados Werther e Ary Junior, estes últimos, ligados ao crime organizado. As informações obtidas dão conta de que os policiais recebiam cerca de R\$100.000,00 (cem mil reais) por assalto realizado, como uma espécie de "pedágio", e que ainda assim cobravam para evitar as prisões de líderes.

As investigações avançam, com a intenção de averiguar a participação de outros policiais no esquema criminoso.

*\*Com informações do Blog Kiel Martins.*

## **CPI da Cyrela quer ouvir Promotoria, Judiciário e Crea sobre denúncias de irregularidades em imóveis**

**28/11/2018 07:45:12**

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada para investigar as denúncias de irregularidades nos imóveis construídos pela empresa Cyrela no Maranhão, decidiu, nesta terça-feira (27), ouvir a Promotoria do Consumidor, a Vara de Interesses Difusos e Coletivos e um representante do Conselho de Engenharia e Arquitetura (Crea-MA) sobre o caso.

Autor da proposta e presidente da CPI, o deputado Zé Inácio (PT) explicou que o convite será feito à promotora do Consumidor, Lítia Cavalcante, e ao representante do Crea. Já junto ao juiz Douglas Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, será agendada uma visita para que os integrantes da Comissão possam saber detalhes sobre o processo.

Após a reunião, o presidente da CPI deu detalhes do que foi deliberado no primeiro dia de trabalho. De acordo com o deputado, ofícios serão enviados convidando a promotora e o representante do Crea, e, dependendo das agendas deles, serão ouvidos na próxima semana.

**"Ao juiz dos Interesses Difusos e Coletivos, a CPI pedirá uma audiência, para que a comissão possa ir lá conversar e conhecer os autos do processo sobre o caso. O objetivo da CPI é investigar irregulares na construção do empreendimento e o convite ao representante o Crea será para que venha dar esclarecimentos sobre o empreendimento",** disse.

**"A CPI vai apurar problemas na construção civil dos prédios e, também, na concessão de alvarás dados por órgãos ambientais. O objeto da CPI vai além da relação de consumidor. Vai concentrar em investigar a construção civil e irregularidades. que por ventura os órgãos tenham cometido, tanto a nível estadual como municipal",** enfatizou.

Sete deputados integram a CPI: Rogerio Cafeteira (DEM - relator), Cesar Pires (PV), Wellington do Curso (PSDB), Francisca Primo (PCdoB), Vinicius Louro (PR) e Bira do Pindaré (PSB), além do autor.

## **Gaeco dá mais detalhes sobre operação que prendeu delegado, investigador e advogados no Maranhão**

Os promotores de justiça Marco Aurélio Rodrigues e Marcos Valentim Pinheiro Paixão, integrantes do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão, participaram, na manhã desta quarta-feira, 28, no auditório da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Maranhão (SSP-MA), da entrevista coletiva sobre a Operação Jogo Duplo (reveja). O nome faz alusão à participação de agentes públicos no crime organizado.

A ação, deflagrada na manhã desta quarta-feira, realizada conjuntamente pelo Gaeco e pela Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), resultou na prisão preventiva do delegado Tiago Mattos Bardal, do investigador de polícia João Batista de Sousa Mendes e dos advogados Werther Ferraz Júnior e Ary Cortez Prado Junior. Eles estariam envolvidos com uma quadrilha especializada em assaltos a banco, chefiada pelo criminoso Adriano Brandão.

Além das prisões, foram apreendidos documentos, celulares e computadores. O prazo para a conclusão do inquérito é de 10 dias. As ordens judiciais foram expedidas pela 1ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

A apuração, que culminou na Operação Jogo Duplo, foi requisitada pelo Ministério Público do Maranhão, após denúncias de criminosos apontando a participação do delegado Tiago Bardal com o crime organizado.

Durante a entrevista, o promotor de justiça Marco Aurélio Rodrigues destacou que o procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, requisitou o acompanhamento do inquérito policial pelos promotores que integram o Gaeco. “A operação é resultado da análise conjunta de documentos apreendidos e de depoimentos até o momento prestados”, informou.

De acordo com as investigações, durante os anos de 2015 a 2016, Tiago Bardal e João Batista de Sousa Mendes extorquiam a quadrilha especializada em assaltos a banco, recebendo dinheiro para evitar a investigação e a prisão dos integrantes do bando. O dinheiro era oriundo dos roubos. Em um dos casos, os policiais teriam recebido R\$ 100 mil cada. Ao todo, a quadrilha teria cometido, no período, cinco assaltos a unidades bancárias em cidades do interior do Maranhão. A cobrança do dinheiro seria realizada pelos advogados Werther Ferraz Júnior e Ary Cortez Prado Junior.

“Estes agentes tinham o dever de combater o crime, mas davam cobertura às ações criminosas, recebendo pagamento paralelo para permitir a prática de crimes”, ressaltou o secretário de estado de Segurança Pública, Jefferson Portela.

Na entrevista, o secretário revelou, ainda, que os policiais também passavam informações sigilosas para a quadrilha e que o chefe do bando, Adriano Brandão, foi resgatado recentemente de um presídio em Belém. O grupo possui muitos integrantes e atua no Pará, no Tocantins e no Maranhão.

O superintendente da Seccor, policial civil Roberto Fortes, classificou de horrendo e nefasto o envolvimento de agentes públicos com o crime. “Essas pessoas são policiais, mas se infiltraram em organizações criminosas. Em vez de combatê-los, eles se aliaram aos bandidos. Recebiam dinheiro dos assaltantes para acobertar suas ações criminosas”, ressaltou. Também participou da coletiva o delegado-geral da Polícia Civil, Leonardo Diniz.

Redação e fotos: Eduardo Júlio (CCOM-MPMA)

## **Tiago Bardal é preso por envolvimento com assaltantes de bancos**

O ex-superintendente estadual de investigações criminais (Seic) do Maranhão, Tiago Bardal, foi preso novamente na manhã desta quarta-feira (28) por conta de uma investigação da Polícia Civil sobre uma quadrilha de assaltos a banco no interior do estado. Ele foi encaminhado para a sede da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), em São Luís, para prestar depoimento.

Além do delegado afastado, o investigador João Batista de Sousa Marques e os advogados Werther Ferraz Júnior e Ary Cortez Prado Júnior também foram presos nesta operação realizada de forma simultânea em São Luís e Imperatriz, nesta manhã. Os mandados de prisão preventiva foram expedidos pela 1ª Vara Criminal de São Luís.

A ação é resultado de uma investigação da Seccor e do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão. As autoridades disseram ainda que as investigações continuam para averiguar a participação de outros policiais no esquema.

Como funcionava

Pelas informações policiais, a investigação começou em 2018, mas tem como foco ações criminosas entre os anos de 2015 e 2016. Segundo a Seccor e o Gaeco, os presos na manhã desta quarta tinham relações com os bandos de assalto a banco no interior do Maranhão por receberem propina para evitar as prisões dos chefes, por exemplo.

Segundo os investigadores, os policiais mantinham relação direta com os advogados ligados aos assaltantes. Assim, a parte que caberia tanto ao delegado quanto ao investigador em cada negociação girava em torno de R\$ 100 mil.

Os policiais vão ficar recolhidos na carceragem para policiais na Delegacia Especial da Cidade Operária (Decop), enquanto que os advogados devem ficar em alguma unidade do sistema penitenciário do estado.

Do G1 MA.

# Thiago Bardal é preso novamente

**28/11/2018 10:57:41**

O delegado Thiago Bardal está envolvido em novo escândalo. Uma operação conjunta do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), deflagrada na manhã desta quarta-feira, 28, resultou na prisão preventiva de Bardal, do investigador de polícia João Batista de Sousa Marques e dos advogados Werther Ferraz Junior e Ary Cortez Prado Junior.

Além das prisões, também foram realizadas operações de busca e apreensão nas residências dos envolvidos, nos municípios de São Luís e Imperatriz, nas quais foram apreendidos documentos, celulares e computadores. As ordens judiciais foram expedidas pela 1ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

De acordo com as investigações, os presos se associaram em uma organização com o objetivo de extorquir grupos criminosos, recebendo parte do apurado em assaltos a bancos e fazendo a proteção das quadrilhas, mediante o recebimento de propina. As práticas vinham acontecendo desde 2015, quando Tiago Bardal assumiu a chefia da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic).

Os policiais recebiam cerca de R\$ 100 mil por assalto realizado e cobravam, ainda, para evitar a prisão de líderes das organizações criminosas. A cobrança era feita por intermédio dos advogados presos nesta operação.

As investigações continuam e buscam averiguar a participação de outros policiais no esquema.

# **FATALIDADE: FACHADA DE PRÉDIO DA SECRETARIA DE SAÚDE DE ZÉ DOCA CAI E DEIXA UMA PESSOA GRAVEMENTE FERIDA**

A fachada do antigo prédio da Secretaria de Saúde de Zé Doca infelizmente desabou em parte na manhã desta quarta-feira (28), o ocorrido deixou uma pessoa gravemente ferida que está recebendo toda a atenção e cuidados por parte da prefeitura que imediatamente prestou toda a assistência necessária. Quando assumiu o município a prefeita Josinha Cunha autorizou alguns reparos no prédio, pois o mesmo estava em condições insalubres de funcionamento. Foram feitas limpeza, troca de piso e pintura para que a população tivesse um espaço mais saudável para seus atendimentos.

A prefeitura fez uma licitação em regime de urgência para a reconstrução do prédio, apresentou um projeto detalhado do que seria necessário para a recuperação do mesmo. Alegando que, a reforma já havia sido feita antes da licitação, a oposição de Zé Doca entrou na justiça para impedir a liberação do recurso, fazendo com que o recurso que seria de urgência fosse suspenso, fato que atrasou consideravelmente o trabalho, o que exigia pressa pois o prédio, mesmo não aparentando nenhum perigo de acontecer tamanha fatalidade, era do conhecimento de todos que era bem antigo.

O que aconteceu foi uma fatalidade, poderia acontecer com qualquer outro nas mesmas condições. A prefeitura está tomando todas as medidas para que a tão esperada reforma finalmente aconteça, inclusive lutando na justiça para a liberação do recurso e começo imediato da reforma do prédio.

# EX-PREFEITO DE LAGO VERDE É CONDENADO POR CONTRATAÇÃO IRREGULAR DE SERVIDORES

28/11/2018 16:24:37

O ex-prefeito de Lago Verde, Raimundo Almeida, foi condenado em Ação Civil Pública por ato de Improbidade Administrativa proposta pelo Ministério Público Estadual, por manter, no quadro de servidores públicos municipais, pessoas contratadas irregularmente, sem concurso público. A sentença, da juíza Vanessa Ferreira Pereira Lopes (1ª Vara Comarca de Bacabal), condenou o réu pela prática de ato de improbidade administrativa, aplicando as penas de suspensão de seus direitos políticos pelo período de três anos; pagamento de multa civil na quantia dez vezes no valor de sua remuneração de prefeito; proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais e creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de três anos.

A juíza deixou de decretar a perda do cargo (por já ter expirado o mandato) e de condenar em reparação de danos, uma vez que não houve prejuízos ao erário.

DENÚNCIA - Raimundo Almeida foi denunciado pelo Ministério Público estadual com base em procedimento judicial que tramitou na Vara do Trabalho de Bacabal. O MPE pediu a condenação do ex-prefeito nas penas impostas pelo artigo 12, inciso III, da Lei 8.429/92, pelo ressarcimento integral do dano, a suspensão dos direitos políticos, proibição de contratar com o Poder Público, pagamento de multa civil e pagamento das custas e despesas processuais, bem como perda da função pública.

A juíza fundamentou a sua decisão no fato de que a sentença emitida pela Justiça do Trabalho é prova do ato de improbidade administrativa praticado pelo réu e sustentou não haver dúvida de que o réu manteve irregularmente dois servidores, em 2010, sem a aprovação prévia em concurso público, como funcionários nos quadros dos servidores municipais.

Fonte: Neto Ferreira

## **Desembargador guerreiro Júnior desmaia durante sessão no TJ**

**28/11/2018 08:07:14**

O desembargador Guerreiro Júnior passou e chegou a desmaiar, na manhã de ontem (terça-feira -28), numa das câmaras que integra, no Tribunal de Justiça do Maranhão. O magistrado, que tem problemas de diabetes, foi levado às pressas para um hospital particular, medicado e em seguida solicitou licença por 60 dias para um tratamento mais adequado.

## **Delegado Tiago Bardal, investigador e advogados são presos por envolvimento com bandos de assaltos a bancos**

**28/11/2018 08:23:28**

O ex-superintendente estadual de investigações criminais (Seic) do Maranhão, Tiago Bardal (foto acima), foi preso novamente na manhã desta quarta-feira (28) por conta de uma investigação da Polícia Civil sobre uma quadrilha de assaltos a banco no interior do estado. Ele foi encaminhado para a sede da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), em São Luís, para prestar depoimento.

Além do delegado afastado, o investigador João Batista de Sousa Marques e os advogados Werther Ferraz Júnior e Ary Cortez Prado Júnior também foram presos nesta operação realizada de forma simultânea em São Luís e Imperatriz, nesta manhã. Os mandados de prisão preventiva foram expedidos pela 1ª Vara Criminal de São Luís.

A ação é resultado de uma investigação da Seccor e do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão.

### **Como funcionava**

Pelas informações policiais, a investigação começou em 2018, mas tem como foco ações criminosas entre os anos de 2015 e 2016. Segundo a Seccor e o Gaeco, os presos na manhã desta quarta tinham relações com os bandos de assalto a banco no interior do Maranhão por receberem propina para evitar as prisões dos chefes, por exemplo.

Segundo os investigadores, os policiais mantinham relação direta com os advogados ligados aos assaltantes. Assim, a parte que caberia tanto ao delegado quanto ao investigador em cada negociação girava em torno de R\$ 100 mil.

Os policiais vão ficar recolhidos na carceragem para policiais na Delegacia Especial da Cidade Operária (Decop), enquanto que os advogados devem ficar em alguma unidade do sistema penitenciário do estado.

### **Outras ocorrências**

Não é a primeira vez que Tiago Bardal é preso. Em março de 2018 quando ainda era superintendente estadual de investigações criminais, ele foi acusado pela própria Secretaria de Segurança Pública de fazer parte de um esquema de contrabando internacional de bebidas alcoólicas e cigarros.

Ele foi encontrado por policiais militares durante uma operação perto do Quebra Pote, zona rural de São Luís. A área, depois a investigação mostrou, era rota dos envolvidos em um esquema internacional de contrabando de carga como cigarros e bebidas alcoólicas.

A época, Bardal foi encontrado dentro de um carro com Ricardo Jefferson Muniz Belo, que seria seu advogado. Segundo o secretário de segurança pública, Jefferson Portella, ao ser questionado, o superintendente afirmou que estava vindo de uma festa, mas depois mudou a versão falando que procurava um sítio para compra.

Na tarde do dia 22 de fevereiro deste ano, Tiago Bardal foi exonerado do cargo e depois a SSP pediu a prisão preventiva dele. A delegada Nilmar da Gama assumiu o cargo de superintendente da Superintendência de Investigações Criminais (Seic).

Neste caso do contrabando, vários policiais militares, entre eles oficiais, foram presos também suspeitos de integrarem o esquema criminoso.

Como o esquema envolvia o mercado clandestino internacional, a Justiça Federal tomou à frente e no fim de abril, revogou a prisão de oito acusados mediante fiança de valores diferentes. O delegado Bardal teve fiança fixada em R\$ 30 mil. Bardal responde também a um crime de contrabando no município de Viana.

O post [Delegado Tiago Bardal, investigador e advogados são presos por envolvimento com bandos de assaltos a bancos](#) apareceu primeiro em [Blog do Djalma Rodrigues](#).

## MULHER que mandou assassinar o pai em Pindaré-Mirim pega 27 anos de cadeia

Elineia Francisca Galvão foi condenada na terça-feira (27) a 27 anos e 11 meses de prisão após ser levada a júri popular no município de Pindaré-Mirim, a 255 km de São Luís, [por encomendar a morte seu pai, o empresário Fernando Henrique Cruz Pinho, ocorrido no dia 6 de julho de 2017, em Pindaré-Mirim.](#)

A polícia concluiu que os tiros que mataram o empresário foram disparados por Cleiton Cerqueira Frazão, que é primo da vítima. O empresário morreu um dia depois do crime no Hospital Macrorregional de Santa Inês, a 250 km da capital, depois de ser baleado ao fazer uma caminhada pela estrada que liga Pindaré-Mirim e Santa Inês.

A primeira prisão do caso aconteceu no dia 24 de julho de 2017. Investigando e ouvindo testemunhas a polícia chegou a Raimundo Nonato Campos, suspeito de pilotar a motocicleta que transportava o atirador. No dia 11 de agosto do ano passado foi preso Felipe Rocha Moraes, por ser suspeito de emprestar a motocicleta. No mesmo dia Elineia Francisca também foi presa.

Fernando Henrique Cruz Pinho (foto abaixo), atuava no comércio de material de construção e aluguel de imóveis na cidade de Pindaré-Mirim.

### O crime

O empresário Fernando Henrique Cruz Pinho atuava no comércio de materiais de construção e alugueis de imóveis e era muito conhecido no município de Pindaré-Mirim. Ele foi baleado no dia 6 de julho de 2017 enquanto fazia caminhada em um trecho da estrada entre Pindaré-Mirim e Santa Inês.

Após ser baleado, ele foi levado para o Hospital Macrorregional de Santa Inês onde faleceu no dia 7 de julho.

O post [MULHER que mandou assassinar o pai em Pindaré-Mirim pega 27 anos de cadeia](#) apareceu primeiro em [Blog do Djalma Rodrigues.](#)

## **Delegado Tiago Bardal, um investigador e dois advogados são alvos de operação da GAECO**

28/11/2018 07:45:23

Na manhã de hoje, 28 de novembro de 2018, a Polícia Civil do Estado do Maranhão, através da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (SECCOR), em trabalho conjunto com o Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público Estadual, cumpriu mandados de prisão preventiva contra o delegado de polícia civil TIAGO MATTOS BARDAL, o investigador JOAO BATISTA DE SOUSA MARQUES e os advogados WERTHER FERRAZ JUNIOR e ARY CORTEZ PRADO JUNIOR, tendo sido realizadas, também, buscas em suas residências. As ações ocorreram, simultaneamente, em São Luis e Imperatriz.

Essas ordens judiciais foram expedidas pela 1ª Vara Criminal de São Luis e decorrem de investigação conjunta iniciada no primeiro semestre deste ano, que aponta que os presos se associaram, de forma estável e permanente, em uma verdadeira organização criminosa, com o intento de extorquir grupos criminosos, vindo a receber parcela dos produtos dos assaltos a agências bancárias, e a proteger, mediante o pagamento de propina, criminosos que integravam o crime organizado.

A engenharia criminosa, a princípio, remonta aos anos de 2015 e 2016, quanto TIAGO BARDAL assumiu a chefia da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (SEIC).

Consta que o então superintendente e o investigador BATISTA, seu homem de confiança, passaram a cobrar propina de quadrilhas que atuavam no Maranhão, especialmente no roubo a banco, e que o faziam por intermédio dos advogados WERTHER e ARY JUNIOR, estes últimos, ligados ao crime organizado. As informações obtidas dão conta de que os policiais recebiam cerca de R\$100.000,00 (cem mil reais) por assalto realizado, como uma espécie de "pedágio", e que ainda assim cobravam para evitar as prisões de líderes.

Os policiais presos seguem para a Delegacia da Cidade Operária e os advogados para o sistema prisional, onde ficarão à disposição da Justiça.

As investigações avançam, com a intenção de averiguar a participação de outros policiais no esquema criminoso.

### Entenda o caso

Policiais Militares e outras cinco pessoas que não integram a polícia são suspeitas de integrarem um grupo criminoso com atuação na Região Metropolitana de São Luís. Os militares foram presos na manhã do dia 22 de fevereiro no Arraial, no Quebra Pote, zona rural de São Luís. Armas, bebidas alcoólicas e cigarros foram apreendidos também.

A operação foi realizada pela Polícia Militar. No caminho para o Quebra Pote, Thiago Bardal foi encontrado próximo da região suspeita em um carro com Ricardo Jefferson Muniz Belo, que seria o seu advogado. Segundo o secretário de segurança pública, Jefferson Portella, ao ser questionado, o superintendente afirmou que estava

vindo de uma festa, mas depois mudou a versão falando que procurava um sítio para compra.

# Mantida condenação de mulher que cometeu crime de injúria racial

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) manteve decisão de primeira instância que condenou Tibúrcia Alcione Figueiredo Dallin pelo crime de injúria racial, por ter chamado de "macaca" uma funcionária da loja Renner, no Shopping da Ilha, em São Luís, pelo simples fato de ter-lhe sido negado um aumento de limite no cartão de crédito.

A condenação estabelece pena total de um ano de reclusão a ser cumprida em regime inicialmente aberto, além de dez dias-multa.

O processo teve como relator o desembargador Raimundo Melo, cujo voto foi seguido pelos desembargadores Bayma Araújo e João Santana de Sousa, que mantiveram o entendimento do Juiz de Direito Luis Carlos Dutra dos Santos, da 6ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

Em seu voto, o desembargador Raimundo Melo ressaltou que a prova colhida em juízo é consistente, comprovando a prática do delito, previsto no Artigo 140, parágrafo 3º, do Código Penal.

"Confrontando-se a pretensão acusatória e as declarações da vítima e testemunhas, resta indubitoso o fato da ré ter se dirigido à vítima ofendendo-a e chamando-a, agressivamente, de "macaca", frisou o magistrado.

Além do depoimento da vítima confirmando o delito, testemunhas presenciais confirmaram as ofensas de Tibúrcia Alcione Figueiredo Dallin, que soletrou o termo "macaca" por várias vezes, com o intuito de constranger e humilhar a vítima.

Para o desembargador, o elemento de cor e raça qualifica a injúria praticada, não havendo cogitar da atipicidade da imputação, tampouco da deficiência probatória aventada pela defesa.

"Não cabe reforma da decisão de primeira instância, pois a injúria mostra-se por demais ofensiva à honra e à dignidade da vítima, e por isso desproporcional sob qualquer aspecto", assinalou o desembargador Raimundo Melo.

(Informações do TJ-MA)

# Morador de condomínio deve adotar medidas de segurança ao passear com animal de estimação

Um morador de um condomínio de apartamentos situado em São Luís deverá pagar uma multa no valor de R\$ 400 por ter violado regra de convivência disposta em Convenção de Condomínio e no Código Civil. Durante passeio diário de seu animal de estimação (cão), em área comum do condomínio, o animal atacou e matou um gato que estava nos braços de uma criança, também moradora do local. A sentença, assinada pela juíza Maria José França, titular do 7º Juizado Cível da Capital, também anula uma segunda multa imposta pelo condomínio por suposta infração cometida durante outro passeio do canino.

O morador, autor da ação, ajuizou pedido de cancelamento de duas multas aplicadas pelo condomínio, argumentando, em síntese, que tais penalidades eram nulas. A primeira, por ter o animal, durante passeio em área comum do prédio, atacado e morto um felino que estava de posse de uma criança; e, a outra, por uma briga entre o bicho de estimação do autor e outro cão. "Passados alguns dias, o requerente recebeu uma nova multa, sem notificação ou comprovação em livro de ocorrência, por descumprimento das normas regimentais, alegando que seu animal de estimação atacou outro cachorro de pequeno porte na área comum do condomínio. Ocorre que, novamente, o requerente não teve direito à ampla defesa e contraditório, ademais, de acordo com as testemunhas, que serão apresentadas, foi o cachorro do requerente que sofreu um ataque", frisa.

Em manifestação, os representantes do condomínio fizeram pedido contraposto solicitando a condenação do autor ao pagamento das multas e à litigância de má-fé, acostaram a Convenção do Condomínio, e ressaltaram o parágrafo 8º, inciso XXX, que elenca os deveres dos condôminos e as regras de convivência a serem observadas por proprietários de animais domésticos, como, restrição de circulação no colo do dono; responsabilidade pela limpeza de excrementos; e pelo incomodo provocados aos demais ocupantes do condomínio pelo animal que tenham guarda. "Na realidade, observa-se que o autor tenta subverter os fatos como forma de tentar não ser responsabilizado pelo pagamento dos prejuízos morais causados ao condomínio e aos condôminos. Contudo, o cachorro que agrediu os outros animais é de responsabilidade do requerente, haja vista ser um bem seu o que leva à conclusão de que é sua obrigação garantir que ele não apresente problemas ou, caso apresente, promova seu imediato reparo", sustentou o síndico.

Para a magistrada que julgou o processo, o objeto da demanda enquadra-se perfeitamente no disposto do Artigo 1.333 do Novo Código Civil, que impõe, aos moradores a Convenção de Condomínio como regulamentação obrigatória da convivência coletiva. A julgadora cita, também, trecho do Artigo 1.336 do diploma civil, que veda aos condôminos a utilização das partes de maneira prejudicial ao sossego, salubridade e segurança dos possuidores. Após audiência de Instrução e Julgamento, em que a magistrada ouviu as partes e depoimento de testemunhas, decidiu pela legalidade da multa imposta pelo ataque e morte do gato; e pela desconstituição da segunda infração por supostos ferimentos causados a outro canino, em que ficou comprovado ter o bicho de estimação do requerente sofrido o ataque.

"Todavia, mesma sorte não terá a segunda multa. Isto porque as testemunhas ouvidas em audiência foram categóricas ao afirmar que, quando do episódio envolvendo o "poodle", foi esse cachorro que atacou o "chow chow" do Autor e não o contrário. Ademais, o condomínio não trouxe elemento probatório que demonstrasse o contrário, como testemunhas que tenham presenciado o fato", ressalta a juíza.

## Má-fé

A juíza Maria José França destaca que, a litigância de má-fé é o instituto praticado por aquele que age de

propósito no processo, de forma maldosa, praticando atos reprováveis pelo Direito, sabidamente conhecidos, conscientes e criados por ela, com o objetivo de prejudicar a parte contrária, causando-lhe dano processual. "Observando os autos, verifica-se que não existem elementos suficientes para a caracterização da litigância de má-fé, razão pela qual rejeito o pleito", conclui.

(Informações do TJ-MA)

## **Ex-presidente do Legislativo de Buritirana é condenada por irregularidades na administração da Câmara Municipal**

28/11/2018 00:00:00

O juiz Paulo Vital Souto Montenegro (Comarca de Senador La Roque) julgou procedente - em parte - ação do Ministério Público estadual e condenou a ex-presidente da Câmara de Vereadores de Buritirana (termo judiciário) Ruthléia Leôncio de Almeida pela prática de atos de improbidade administrativa, nos termos do Artigo 10, inciso I, da Lei nº 8.429/1995.

A ex-presidente foi denunciada em Ação de Improbidade Administrativa do Ministério Público, fundamentada em Processo Administrativo do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA) que julgou irregulares as contas da Câmara de Vereadores de Buritirana, do exercício financeiro de 2008, apresentada pela então presidente da Câmara, que ficou no cargo até dezembro de 2010.

Ruthléia Leôncio de Almeida foi condenada a pagar multa civil de R\$ 42.384,80, corrigida monetariamente, com base no INPC, e com juros de mora no percentual de 1% ao mês; a devolver aos cofres públicos R\$ 21.192,40 corrigidos monetariamente, com juros de mora no percentual de 1% ao mês e à suspensão dos direitos políticos pelo prazo de cinco anos.

### Irregularidades

O TCE-MA detectou diversas irregularidades na prestação de contas da ex-presidente da Câmara Municipal de Buritirana. A dispensa ou inexibibilidade da licitação para contratação de serviço de locação de veículo (R\$ 19.950) e de assessoria jurídica e contábil (R\$ 22.800 e R\$ 23.400, respectivamente); a falta de contrato de prestação de serviços, de planilhas de custos e projeto básico de reforma do prédio da Câmara (R\$ 13.800) e a omissão no recolhimento de contribuições previdenciárias retidas de vereadores e servidores.

Conforme o TCE, a vereadora também excedeu os gastos com folha de pagamento de pessoal, ao pagar 73,36% do repasse do Executivo, acima do limite de 70% previsto na Constituição Federal. Efetuou pagamento de despesas públicas (R\$ 21.192,40) como empréstimos consignados, recolhimento de imposto de renda e devolução de recursos ao Executivo, sem os respectivos comprovantes; e apresentou as notas fiscais referentes à aquisição de combustíveis (R\$ 18.199,50), sem a Documento de Autenticação de Nota Fiscal para Órgão Público (Danfop).

A ré sustentou que as condutas apontadas como improbidade não comprovam dolo (intenção), bem como prejuízo ao erário, de modo que não resultaria em ato de improbidade administrativa, pedindo a improcedência da ação. Juntou aos autos a cópia do Balanço Geral do Município, exercício de 2008, a fim de demonstrar todas as contratações e despesas efetuadas pela Câmara de Vereadores, realizadas naquele ano.

Na fundamentação da sentença, o juiz ressaltou que, embora sejam notórias as ilegalidades apontadas pelo Ministério Público, para que haja condenação por ato de improbidade administrativa é necessária a

demonstração do elemento subjetivo, consubstanciado pelo dolo (intenção). E que, pela jurisprudência, nem todo o ato do agente público contrário à legislação pode ser enquadrado na categoria de ato de improbidade administrativa.

## Condutas

Na análise das condutas da vereadora, o juiz reconheceu que alguns dos vícios questionados pelo Ministério Público representam irregularidades, mas não improbidade; que essas irregularidades não caracterizaram conduta ímproba ou, ainda, que a Administração Pública tenha sido lesada ou que houvesse enriquecimento ilícito da ré, não sendo possível comprovar o dolo necessário à configuração de ato de improbidade pública.

Foram os casos das acusações da contratação de assessoria jurídica e contábil e de prestação de serviços de locação de veículo; não apresentação do contrato de prestação de serviços, de planilha de custos e o projeto básico de reforma das instalações do prédio da Câmara; de omissão no recolhimento de contribuições previdenciárias retidas de vereadores e servidores - e, caso tenha ocorrido, foi ao erário da autarquia federal, cuja competência para apurar é da Justiça Federal -; superação dos limites legais dos gastos com a folha de pagamento e a acusação de que as notas fiscais referentes à aquisição de combustível foram desacompanhadas de Danfop.

"Desta forma, o agente público, no caso, não enriqueceu ilicitamente, não causou prejuízo ao erário e, apesar de violar o princípio da legalidade, não praticou ato de improbidade administrativa, já que ausente a má-fé, a desonestidade necessária, havendo mera irresponsabilidade, inabilidade", observou o magistrado.

Já no que se refere à acusação de realização de despesas públicas com empréstimos consignados, recolhimento de imposto de renda e devolução dos recursos ao Executivo, sem comprovante, o juiz decidiu que, além da patente violação aos princípios da administração pública - legalidade e moralidade -, houve comprovação de prejuízo ao erário.

Os repasses recebidos pela Câmara Municipal totalizam R\$ 516.673,42. A ré registrou, no balanço financeiro, a devolução de R\$ 45.880,09, porém, só há comprovação de devolução da quantia de R\$ 30.800, ficando pendente a comprovação do valor de R\$ 15.089. Igualmente, verificou a ausência de comprovação de repasse dos valores referentes ao IRRF e ISS retidos, no montante de R\$ 5.950,97, ao Poder Executivo.

Nesse caso, ficou demonstrado que, na condição de presidente da Câmara de Vereadores, à época, ela não comprovou o repasse dos referidos valores ao município. O que indica apropriação ou desvio de recurso públicos em benefício próprio ou terceiro, já que não há registros do paradeiro do saldo no valor de R\$ 21.192,40, constante no Balanço Geral da Câmara Municipal.

"O desprezo pela orientação do Tribunal de Contas inviabilizou a recomposição do patrimônio do ente público com o conseqüente prejuízo ao erário, configurando culpa grave, na modalidade negligência. Mesmo que o prejuízo tenha sido causado por terceiro, sem o conhecimento da requerida, ela tinha o dever legal de apurar os fatos e buscar recompor o patrimônio público", declarou o magistrado na sentença.

(Informações do TJ-MA)

# Ex-prefeito de Lago Verde (MA) é condenado por contratação irregular de servidores

O ex-prefeito de Lago Verde (MA) Raimundo Almeida foi condenado em Ação Civil Pública por ato de Improbidade Administrativa, proposta pelo Ministério Público Estadual, por manter, no quadro de servidores públicos municipais, pessoas contratadas irregularmente, sem concurso público.

A sentença da juíza Vanessa Ferreira Pereira Lopes (1ª Vara da Comarca de Bacabal) condenou o réu pela prática de ato de improbidade administrativa, aplicando as penas de suspensão de seus direitos políticos pelo período de três anos; pagamento de multa civil na quantia de dez vezes do valor de sua remuneração de prefeito; proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais e creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de três anos.

A juíza deixou de decretar a perda do cargo (por já ter expirado o mandato) e de condenar em reparação de danos, uma vez que não houve prejuízos ao erário.

## Denúncia

Raimundo Almeida foi denunciado pelo Ministério Público Estadual com base em procedimento judicial que tramitou na Vara do Trabalho de Bacabal. O MPE pediu a condenação do ex-prefeito nas penas impostas pelo Artigo 12, inciso III, da Lei 8.429/92, pelo ressarcimento integral do dano, a suspensão dos direitos políticos, proibição de contratar com o Poder Público, pagamento de multa civil e pagamento das custas e despesas processuais, bem como perda da função pública.

A juíza fundamentou a sua decisão no fato de que a sentença, emitida pela Justiça do Trabalho, é prova do ato de improbidade administrativa praticado pelo réu e sustentou não haver dúvida de que o réu manteve, irregularmente, dois servidores, em 2010, sem a aprovação prévia em concurso público, como funcionários nos quadros dos servidores municipais.

Com isso, o ex-prefeito deixou de cumprir o Artigo 37, da Constituição Federal, uma vez que essa conduta atenta contra os princípios da legalidade, moralidade e da impessoalidade - princípios da administração pública -, e infringiu o Artigo 11 da Lei de Improbidade Administrativa - nº 8.429/2002.

"A manutenção de servidores municipais denota a existência de dolo genérico, decorrente da vontade de burlar a exigência contida no Art. 37., inciso II da Constituição Federal, restando claramente configurado o ato de improbidade administrativa, diante da inobservância dos deveres de honestidade no trato com a coisa pública", assegurou a magistrada.

Em sua defesa, o réu alegou que os agentes políticos não são subordinados ao regime da lei de improbidade administrativa, disse não existir a demonstração do dolo (intenção) e pediu a improcedência da ação, argumentos rechaçados pela juíza.

Após transitada em julgado, a sentença será comunicada à Justiça Eleitoral e à Câmara Municipal de Lago Verde para que informe o valor percebido pelo condenado e lançada no sistema de condenados por ato de improbidade, no Conselho Nacional de Justiça



## Justiça determina que Estado recupere Farol do Saber de Cururupu

**28/11/2018 00:00:00**

Uma decisão proferida pelo Poder Judiciário de Cururupu determina que o Estado do Maranhão, no prazo de 30 dias, adote as medidas cabíveis para iniciar a reforma do prédio do Farol do Saber, com criação de biblioteca e laboratório de informática, bem como reforma de banheiros e telhado e construção de salas e muro. Para concluir essas determinações, o requerido terá o prazo de 120 dias a contar da ciência da decisão, sob pena de multa diária no valor de R\$ 1 mil em caso de descumprimento, a ser destinada ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. A decisão tem a assinatura do juiz titular de Cururupu Douglas Lima da Guia.

No mesmo prazo de 30 dias, o Estado deverá apresentar o contrato para a reforma do Farol do Saber e o cronograma de execução da obra, sob pena de multa de mesmo valor. A Ação Civil Pública foi proposta pelo Ministério Público Estadual e visa à reforma/recuperação do prédio no qual funciona o Farol do Saber, que fica na Praça Dô Carvalho, em Cururupu. Conforme o inquérito civil, uma inspeção feita no prédio constatou que o Farol não está aberto ao público; está abandonado; não possui vigia para proteger o patrimônio público; e apresenta necessidade de serviço de capina, pois o mato tomou conta do terreno do Farol.

"É de notório conhecimento público a atividade parlamentar de alguns deputados estaduais que, por meio de indicação ao governo do Maranhão, solicitam as reformas e revitalizações dos Faróis do Saber espalhados pelo Estado do Maranhão. Ademais, ressalto ser responsabilidade do Estado a promoção de oferta de educação à demanda, nos termos da Constituição Federal, considerando, ainda, que as bibliotecas são meios de educação para todas as idades, além de fontes de pesquisa em livros e através da informática", observou o juiz Douglas Lima da Guia ao fundamentar a decisão judicial.

O juiz ressaltou a obrigação do Estado em oferecer cultura, educação e ensino que, no caso, consubstancia-se na reforma do prédio onde se realiza a oferta de biblioteca e sala de informática aos alunos, vez que o atual estado de conservação do imóvel e o atual contexto de segurança não permitem ao atendimento da demanda dos estudantes. "Ou seja, o oferecimento de cultura, educação e ensino está sendo insatisfatório e irresponsável, cabendo ao Estado a imediata regularização da situação da oferta", frisou.

O juiz explica a necessidade de decidir de forma urgente, por entender que a cultura e a educação são preceitos constitucionais fundamentais e de grande importância para a sociedade, principalmente para os jovens de Cururupu. "A juventude local não possui a oferta de biblioteca e acesso gratuito a livros, computadores e fontes de pesquisa, da forma como tem direito, qual seja, com segurança e conforto", explica o juiz, antes de decidir, favoravelmente, ao Ministério Público, estabelecendo as determinações do Estado do Maranhão.

(Informações do TJ-MA)

## Comarca de Icatu realiza sessões do Tribunal do Júri

**27/11/2018**

O Poder Judiciário de Icatu divulgou os resultados das sessões do Tribunal do Júri, realizadas na comarca nos dias 21, 22 e 23 de novembro, durante as atividades do Mês Nacional do Júri. Os julgamentos foram presididos pelo juiz titular Karlos Alberto Ribeiro Mota, tendo como réus Erick Sousa Vale (sessão do dia 21), Cleuson Pereira dos Santos e Luciano Bastos de Oliveira (sessão do dia 22), e José Miguel Cardoso Pereira (sessão do dia 23). De acordo com a decisão dos jurados do Conselho de Sentença, todos os réus foram absolvidos dos respectivos crimes cometidos.

No primeiro caso, Erick Sousa Vale teria, em 24 de fevereiro de 2014, assassinado com um golpe de faca o homem identificado como Nerivaldo Ferreira da Costa. O inquérito relata que acusado e vítima teriam uma rixa. Na data mencionada, no Clube Mangueirão, os dois estavam bebendo, quando teriam trocado ameaças. Pouco tempo depois, o acusado se retirou do local, retornando armado com uma faca. Ao avistar a vítima próxima ao paredão das caixas de som, Erick teria se aproximado e desferido o golpe em Nerivaldo Ferreira, causando-lhe a morte.

No dia 22, foram dois réus: Cleuson Pereira e Luciano Bastos. Eles estavam sendo acusados da morte de Jackson Marcos Corrêa Frazão. De acordo com o inquérito, na data de 4 de março de 2014, em frente à Associação de Moradores do Povoado Itatuaba, os dois homens teriam matado Jackson Marcos a golpes de arma branca tipo faca. Os acusados Luciano e Cleuson e a vítima se envolveram em uma briga durante festa carnavalesca em Icatu, culminando com a morte de Jackson Marcos.

O terceiro julgamento teve como réu José Miguel Cardoso Pereira, que estava sendo acusado de prática de crime de homicídio, tendo como vítima Antônio Rodrigues da Silva. De acordo com a denúncia, o crime aconteceu em 1º de janeiro de 2007, entre os povoados de Mangueira e Boqueirão. Na data citada, o acusado teria provocado a vítima, exigindo que lhe pagasse uma bebida, sendo atendido.

Algum tempo depois, o acusado teria esperado Antônio na estrada, atacando-o com um facão e desferindo vários golpes. A vítima recebeu vários golpes na cabeça, tórax, braços e não resistiu. Restou apurado que haveria um desentendimento entre os dois. Em depoimento na polícia, José Miguel confessou o crime.

(Informações do TJ-MA)

## **Polícia Civil prende delegado Tiago Bardal novamente**

A Polícia Civil do Maranhão, por meio da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), em trabalho conjunto com o Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público Estadual, cumpriu, na manhã desta quarta-feira (28), mandados de prisão preventiva contra o delegado de Polícia Civil Tiago Mattos Bardal, o investigador João Batista de Sousa Marques e os advogados Werther Ferraz Júnior e Ary Cortez Prado Júnior, tendo sido realizadas, também, buscas nas residências deles. As ações ocorreram simultaneamente, em São Luís e em Imperatriz.

Essas ordens judiciais foram expedidas pela 1ª Vara Criminal de São Luís e decorrem de investigação conjunta iniciada no primeiro semestre deste ano, que aponta que os presos se associaram, de forma estável e permanente, em uma verdadeira organização criminosa, com o intento de extorquir grupos criminosos, vindo a receber parcela dos produtos dos assaltos a agências bancárias, e a proteger, mediante o pagamento de propina, criminosos que integravam o crime organizado.

A engenharia criminosa, a princípio, remonta aos anos de 2015 e 2016, quando Tiago Bardal assumiu a chefia da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic).

Consta que o então superintendente e o investigador Batista, seu homem de confiança, passaram a cobrar propina de quadrilhas que atuavam no Maranhão, especialmente no roubo a banco, e que o faziam por intermédio dos advogados Whether e Ary Júnior, estes últimos, ligados ao crime organizado. As informações obtidas dão conta de que os policiais recebiam cerca de R\$ 100 mil por assalto realizado, como uma espécie de "pedágio", e que, ainda assim, cobravam para evitar as prisões de líderes.

Os policiais presos seguem para a Delegacia da Cidade Operária, e os advogados, para o sistema prisional, onde ficarão à disposição da Justiça.

As investigações avançam, com a intenção de averiguar a participação de outros policiais no esquema criminoso.

(Informações do Blog do Zeca Soares)

## **Delegado é preso por extorquir assaltantes de banco no MA**

Uma operação conjunta do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), deflagrada na manhã desta quarta-feira, 28, resultou na prisão preventiva do delegado Tiago Mattos Bardal, do investigador de polícia João Batista de Sousa Marques e dos advogados Werther Ferraz Junior e Ary Cortez Prado Junior.

Além das prisões, também foram realizadas operações de busca e apreensão nas residências dos envolvidos, nos municípios de São Luís e Imperatriz, nas quais foram apreendidos documentos, celulares e computadores. As ordens judiciais foram expedidas pela 1ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

De acordo com as investigações, os presos se associaram em uma organização com o objetivo de extorquir grupos criminosos, recebendo parte do apurado em assaltos a bancos e fazendo a proteção das quadrilhas, mediante o recebimento de propina.

As práticas vinham acontecendo desde 2015, quando Tiago Bardal assumiu a chefia da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic).

Os policiais recebiam cerca de R\$ 100 mil por assalto realizado e cobravam, ainda, para evitar a prisão de líderes das organizações criminosas. A cobrança era feita por intermédio dos advogados presos nesta quarta-feira.

As investigações continuam e buscam averiguar a participação de outros policiais no esquema.

## **Tiago Bardal tem nova prisão decretada; investigador e advogados são presos**

A Polícia Civil do Estado do Maranhão, através da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (SECCOR), em trabalho conjunto com o Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público Estadual, cumpriu, na manhã de hoje, 28 de novembro de 2018, mandados de prisão preventiva contra o delegado de polícia civil Tiago Mattos Bardal, o investigador João Batista de Sousa Marques e os advogados Werther Ferraz Júnior e Ary Cortez Prado Júnior, tendo sido realizadas, também, buscas em suas residências. As ações ocorreram, simultaneamente, em São Luis e Imperatriz.

Essas ordens judiciais foram expedidas pela 1ª Vara Criminal de São Luís e decorrem de investigação conjunta iniciada no primeiro semestre deste ano, que aponta que os presos se associaram, de forma estável e permanente, em uma verdadeira organização criminosa, com o intento de extorquir grupos criminosos, vindo a receber parcela dos produtos dos assaltos a agências bancárias, e a proteger, mediante o pagamento de propina, criminosos que integravam o crime organizado.

A engenharia criminosa, a princípio, remonta aos anos de 2015 e 2016, quanto Tiago Bardal assumiu a chefia da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (SEIC).

Consta que o então superintendente e o investigador Batista, seu homem de confiança, passaram a cobrar propina de quadrilhas que atuavam no Maranhão, especialmente no roubo a banco, e que o faziam por intermédio dos advogados Werther e Ary Júnior, estes últimos, ligados ao crime organizado. As informações obtidas dão conta de que os policiais recebiam cerca de R\$ 100 mil por assalto realizado, como uma espécie de “pedágio”, e que ainda assim cobravam para evitar as prisões de líderes.

Os policiais presos seguem para a Delegacia da Cidade Operária e os advogados para o sistema prisional, onde ficarão à disposição da Justiça.

As investigações avançam, com a intenção de averiguar a participação de outros policiais no esquema criminoso.

### **Delegado Bardal preso novamente**

O delegado Tiago Bardal foi preso em fevereiro em área específica na Delegacia Especial da Cidade Operária (Decop) por conta de um outro mandado de prisão da 1ª Vara Criminal de São Luís referente a outro caso, de suposta participação em uma quadrilha de contrabando internacional.

Em abril o desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), negou habeas corpus, com pedido de Tutela da Evidência, impetrado em favor de Tiago, contra ato do juiz José Gonçalo de Sousa Filho, que decretou a prisão preventiva do delegado por entender que em liberdade ele poderia perturbar a ordem e segurança pública com a intimidação de testemunhas, destruição de provas e embaraços ao regular seguimento do processo.

Em maio, o ex-superintendente da Seic pagou fiança no valor de R\$ 30 mil, estipulada pela 1ª Vara Criminal da Justiça Federal, e foi solto. Hoje foi preso novamente.

# Tribunal mantém condenação de mulher que chamou funcionária da loja Renner de 'macaca'

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve decisão de primeira instância que condenou Tibúrcia Alcione Figueiredo Dallin pelo crime de injúria racial, por ter chamado de "macaca" uma funcionária da loja Renner, no Shopping da Ilha, em São Luís, pelo simples fato de ter-lhe sido negado um aumento de limite no cartão de crédito.

A condenação estabelece pena total de um ano de reclusão a ser cumprida em regime inicialmente aberto, além de dez dias-multa.

O processo teve como relator o desembargador Raimundo Melo, cujo voto foi seguido pelos desembargadores Bayma Araujo e João Santana de Sousa, que mantiveram o entendimento do Juiz de Direito Luis Carlos Dutra dos Santos, da 6ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

Em seu voto, o desembargador Raimundo Melo ressaltou que a prova colhida em juízo é consistente, comprovando a prática do delito, previsto no artigo 140, parágrafo 3º, do Código Penal.

"Confrontando-se a pretensão acusatória e as declarações da vítima e testemunhas, resta indubitoso o fato da ré ter se dirigido à vítima ofendendo-a e chamando-a agressivamente de "macaca", frisou o magistrado.

Além do depoimento da vítima confirmando o delito, testemunhas presenciais confirmaram as ofensas de Tibúrcia Alcione Figueiredo Dallin, que soletrou o termo "macaca" por várias vezes, com o intuito de constranger e humilhar a vítima.

Para o desembargador, o elemento de cor e raça qualifica a injúria praticada, não havendo cogitar da atipicidade da imputação, tampouco da deficiência probatória aventada pela defesa.

"Não cabe reforma da decisão de primeira instância, pois a injúria mostra-se por demais ofensiva à honra e à dignidade da vítima, e por isso desproporcional sob qualquer aspecto", assinalou o desembargador Raimundo Melo.

## **Ex-prefeito de Lago Verde é condenado por contratação irregular de servidores**

28/11/2018 12:34:23

O ex-prefeito de Lago Verde, Raimundo Almeida, foi condenado em Ação Civil Pública por ato de Improbidade Administrativa proposta pelo Ministério Público Estadual, por manter, no quadro de servidores públicos municipais, pessoas contratadas irregularmente, sem concurso público.

A sentença, da juíza Vanessa Ferreira Pereira Lopes (1ª Vara Comarca de Bacabal), condenou o réu pela prática de ato de improbidade administrativa, aplicando as penas de suspensão de seus direitos políticos pelo período de três anos; pagamento de multa civil na quantia dez vezes no valor de sua remuneração de prefeito; proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais e creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de três anos.

A juíza deixou de decretar a perda do cargo (por já ter expirado o mandato) e de condenar em reparação de danos, uma vez que não houve prejuízos ao erário.

DENÚNCIA - Raimundo Almeida foi denunciado pelo Ministério Público estadual com base em procedimento judicial que tramitou na Vara do Trabalho de Bacabal. O MPE pediu a condenação do ex-prefeito nas penas impostas pelo artigo 12, inciso III, da Lei 8.429/92, pelo ressarcimento integral do dano, a suspensão dos direitos políticos, proibição de contratar com o Poder Público, pagamento de multa civil e pagamento das custas e despesas processuais, bem como perda da função pública.

A juíza fundamentou a sua decisão no fato de que a sentença emitida pela Justiça do Trabalho é prova do ato de improbidade administrativa praticado pelo réu e sustentou não haver dúvida de que o réu manteve irregularmente dois servidores, em 2010, sem a aprovação prévia em concurso público, como funcionários nos quadros dos servidores municipais.

## **Vigia é preso após ser suspeito de estuprar criança de 9 anos em Araguañã**

**27/11/2018 19:30:00**

Um homem identificado como Alan Campos Carvalho, de 42 anos, foi preso na sexta-feira (23), em Araguañã, após ser suspeito do crime de estupro contra uma menina de apenas nove anos.

Segundo a polícia, o fato ocorreu há 20 dias no interior da Escola Antônio de Sousa Santos, em Araguañã. De acordo com a polícia, Alan trabalha como vigia da escola onde a menina estuda.

O mandado de prisão preventiva de Alan Carvalho foi decretada pelo juiz Marcelo Moraes Rêgo de Souza, titular da 1ª Vara da Comarca de Zé Doca, a 302 km da capital.

# Filha acusada de mandar matar o pai é condenada a 27 anos de prisão

Por G1-MA

Elineia Francisca Galvão foi condenada na terça-feira (27) a 27 anos e 11 meses de prisão após ser levada a júri popular no município de Pindaré-Mirim, por encomendar a morte seu pai, o empresário Fernando Henrique Cruz Pinho, ocorrido no dia 6 de julho de 2017, em Pindaré-Mirim.

A polícia concluiu que os tiros que mataram o empresário foram disparados por Cleiton Cerqueira Frazão, que é primo da vítima. O empresário morreu um dia depois do crime no Hospital Macrorregional de Santa Inês, depois de ser baleado ao fazer uma caminhada pela estrada que liga Pindaré-Mirim e Santa Inês.

A primeira prisão do caso aconteceu no dia 24 de julho de 2017. Investigando e ouvindo testemunhas a polícia chegou a Raimundo Nonato Campos, suspeito de pilotar a motocicleta que transportava o atirador. No dia 11 de agosto do ano passado foi preso Felipe Rocha Moraes, por ser suspeito de emprestar a motocicleta. No mesmo dia Elineia Francisca também foi presa.

Fernando Henrique Cruz Pinho atuava no comércio de material de construção e aluguel de imóveis na cidade de Pindaré-Mirim.

## **Delegado Tiago Bardal é preso mais uma vez por cobrar propina a assaltantes de banco**

**28/11/2018 08:19:50**

A Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (SECCOR), em conjunto com o Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), prendeu o delegado de polícia civil Tiago Mattos Bardal, o investigador João Batista de Sousa Marques e os advogados Werther Ferraz Júnior e Ary Cortez Prado Júnior por envolvimento com quadrilhas de assaltantes de banco.

A polícia também fez buscas nas residências dos envolvidos. As ações ocorreram, simultaneamente, em São Luis e Imperatriz.

As ordens judiciais foram expedidas pela 1ª Vara Criminal de São Luis e decorrem de investigação conjunta iniciada no primeiro semestre deste ano, que aponta que os presos se associaram, de forma estável e permanente, em uma verdadeira organização criminosa, com o intento de extorquir grupos criminosos, vindo a receber parcela dos produtos dos assaltos a agências bancárias, e a proteger, mediante o pagamento de propina, criminosos que integravam o crime organizado.

A engenharia criminosa, a princípio, remonta aos anos de 2015 e 2016, quanto Tiago Bardal assumiu a chefia da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (SEIC).

Consta que o então superintendente e o investigador Batista, seu homem de confiança, passaram a cobrar propina de quadrilhas que atuavam no Maranhão, especialmente no roubo a banco, e que o faziam por intermédio dos advogados Werther e Ary Júnior, estes últimos, ligados ao crime organizado. As informações obtidas dão conta de que os policiais recebiam cerca de R\$100.000,00 (cem mil reais) por assalto realizado, como uma espécie de "pedágio", e que ainda assim cobravam para evitar as prisões de líderes.

Os policiais presos seguem para a Delegacia da Cidade Operária e os advogados para o sistema prisional, onde ficarão à disposição da Justiça.

As investigações avançam, com a intenção de averiguar a participação de outros policiais no esquema criminoso.

## **Delegado Tiago Bardal , advogados e um investigador de polícia foram presos por envolvimento com assaltantes no Ma.**

O delegado da Polícia Civil, Tiago Matos Bardal, o investigador João Batista de Sousa Marques e os advogados Werther Ferraz Júnior e Ary Cortez Prado Júnior foram apresentados na manhã desta quarta-feira, 28, na Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (SECCOR), após nova operação do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público Estadual.

De acordo com as primeiras informações, todos citados tiveram mandados de prisão preventiva decretadas. Essas ordens judiciais foram expedidas pela 1ª Vara Criminal de São Luis e decorrem de investigação conjunta iniciada no primeiro semestre deste ano, que aponta que os presos se associaram, de forma estável e permanente, em uma verdadeira organização criminosa com o intento de extorquir grupos criminosos, vindo a receber parcela dos produtos dos assaltos a agências bancárias, e a proteger, mediante o pagamento de propina, criminosos que integravam o crime organizado.

A engenharia criminosa, a princípio, remonta aos anos de 2015 e 2016, quanto TIAGO BARDAL assumiu a chefia da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (SEIC).

Consta que o então superintendente e o investigador Batista, seu homem de confiança, passaram a cobrar propina de quadrilhas que atuavam no Maranhão, especialmente no roubo a banco, e que o faziam por intermédio dos advogados Werther e Ary Junior, estes últimos, ligados ao crime organizado. As informações obtidas dão conta de que os policiais recebiam cerca de R\$100.000,00 (cem mil reais) por assalto realizado, como uma espécie de “pedágio”, e que ainda assim cobravam para evitar as prisões de líderes.

As investigações avançam, com a intenção de averiguar a participação de outros policiais no esquema criminoso.

Foram presos agora de manhã o ex-superintendente da Seic, delegado Tiago Bardal (foto abaixo), dois advogados e um investigador de polícia por envolvimento com membros de bando que praticam assaltos no Maranhão.

As prisões foram realizadas simultaneamente em São Luis e Imperatriz, sendo o delegado levado para prestar depoimento à Seccor. O investigador João Batista de Sousa Marques também foi encaminhado para prestar depoimento.

Conforme as investigações, entre os anos de 2015 e 2016, os presos na manhã de hoje recebiam propinas de assaltantes de bancos em valores que chegavam até a R\$ 100 mil a cada ação criminosa.

Os bandidos realizavam os assaltos e obtinham facilidades para evitar atrapalho ou mesmo prisão por parte da autoridade policial. O delegado será encaminhado ainda hoje para a delegacia da Cidade Operária, enquanto os dois advogados irão ficar recolhidos no sistema presidiário de Pedrinhas.

Thiago Pardal chegou a ser preso em março deste ano por se envolver com esquema de contrabando internacional de cigarros e bebidas, com as mercadorias armazenadas em um porto no Quebra Pote, zona rural de São Luís.

Na época, junto com o delegado foram presos alguns militares com patentes de tenente-coronel, major, capitão, tenente e soldados, além de advogados. Alguns meses depois eles foram liberados através de liminares a respondem a inquéritos.

Blog do Luis Cardoso

## **Congresso na Assembleia**

Ontem, em entrevista à Rádio Assembleia Online, no programa “Ponto a Ponto”, o procurador-geral da Assembleia Legislativa, Tarcísio Araújo, falou sobre a programação do congresso “30 anos da Constituição Federal Brasileira: Desafios e Perspectivas”, que acontecerá de 28 a 30 de novembro, no Auditório Fernando Falcão. O evento gratuito é fruto de uma parceria entre o Legislativo e a Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão.

## **Tiago Bardal e mais três são presos por envolvimento com bandos de assaltos a banco**

O ex-superintendente estadual de investigações criminais (Seic) do Maranhão, Tiago Bardal, foi preso novamente na manhã desta quarta-feira (28) por conta de uma investigação da Polícia Civil sobre uma quadrilha de assaltos a banco no interior do estado. Ele foi encaminhado para a sede da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), em São Luís, para prestar depoimento.

Além do delegado afastado, o investigador João Batista de Sousa Marques e os advogados Werther Ferraz Júnior e Ary Cortez Prado Júnior também foram presos nesta operação realizada de forma simultânea em São Luís e Imperatriz, nesta manhã. Os mandados de prisão preventiva foram expedidos pela 1ª Vara Criminal de São Luís.

A ação é resultado de uma investigação da Seccor e do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão. As autoridades disseram ainda que as investigações continuam para averiguar a participação de outros policiais no esquema.

### Como funcionava

Pelas informações policiais, a investigação começou em 2018, mas tem como foco ações criminosas entre os anos de 2015 e 2016. Segundo a Seccor e o Gaeco, os presos na manhã desta quarta tinham relações com os bandos de assalto a banco no interior do Maranhão por receberem propina para evitar as prisões dos chefes, por exemplo.

Segundo os investigadores, os policiais mantinham relação direta com os advogados ligados aos assaltantes. Assim, a parte que caberia tanto ao delegado quanto ao investigador em cada negociação girava em torno de R\$ 100 mil.

Os policiais vão ficar recolhidos na carceragem para policiais na Delegacia Especial da Cidade Operária (Decop), enquanto que os advogados devem ficar em alguma unidade do sistema penitenciário do estado.

### Outras ocorrências

Não é a primeira vez que Tiago Bardal é preso. Em março de 2018 quando ainda era superintendente estadual de investigações criminais, ele foi acusado pela própria Secretaria de Segurança Pública de fazer parte de um esquema de contrabando internacional de bebidas alcoólicas e cigarros.

Ele foi encontrado por policiais militares durante uma operação perto do Quebra Pote, zona rural de São Luís. A área, depois a investigação mostrou, era rota dos envolvidos em um esquema internacional de contrabando de carga como cigarros e bebidas alcoólicas.

A época, Bardal foi encontrado dentro de um carro com Ricardo Jefferson Muniz Belo, que seria seu advogado. Segundo o secretário de segurança pública, Jefferson Portella, ao ser questionado, o superintendente afirmou que estava vindo de uma festa, mas depois mudou a versão falando que procurava um sítio para compra.

Na tarde do dia 22 de fevereiro deste ano, Tiago Bardal foi exonerado do cargo e depois a SSP pediu a prisão preventiva dele. A delegada Nilmar da Gama assumiu o cargo de superintendente da Superintendência de Investigações Criminais (Seic).

Neste caso do contrabando, vários policiais militares, entre eles oficiais, foram presos também suspeitos de integrarem o esquema criminoso.

Como o esquema envolvia o mercado clandestino internacional, a Justiça Federal tomou à frente e no fim de abril, revogou a prisão de oito acusados mediante fiança de valores diferentes. O delegado Bardal teve fiança fixada em R\$ 30 mil. Bardal responde também a um crime de contrabando no município de Viana.

Fonte: Por G1 Maranhão

## **Desembargador desmaia durante sessão no Tribunal de Justiça**

O ex-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), desembargador Guerreiro Júnior, passou mal e chegou a desmaiar durante julgamento em uma das Câmaras que ele integra no Palácio Clóvis Beviláqua, nesta terça-feira (28).

De acordo com uma fonte do Blog do Domingos Costa, Guerreiro se reclamava de tonturas momento antes do desmaio.

O magistrado que tem problemas de diabetes, foi levado às pressas para um hospital particular, onde foi medicado.

Por orientação médica e da família, o desembargador solicitou licença por 60 dias para um tratamento mais adequado.

E MAIS...

Em junho do ano passado, Guerreiro teve uma grande perda, seu pai desembargador aposentado Antônio Pacheco Guerreiro (94 anos), morreu após meses internado em uma UTI de um hospital da capital.

## **Príncipe da Família Real em São Luís**

O secretário municipal de Articulação Política Ivaldo Rodrigues, junto com o secretário municipal de Governo Pablo Rebouças, recebeu na manhã desta terça-feira (27) o príncipe herdeiro, Sua Alteza Imperial e Real, Dom Bertrand de Orleans e Bragança. O vice-chefe da Casa Imperial do Brasil é bisneto da Princesa Isabel e está em São Luís para participar do II Encontro Monárquico do Maranhão realizado hoje no Fórum Desembargador Sarney Costa, no qual será debatido temas voltados ao ideário monárquico.

## **Reforma da secretaria que a marquise desabou teve licitação fraudada em Zé Doca**

Na manhã desta quarta-feira (28) a marquise da secretaria municipal de Saúde de Zé Doca desabou, deixando um servidor da pasta identificado por “Raimundinho” gravemente ferido. Ele foi atendido no Hospital local e diante do estado de saúde crítico encaminhado imediatamente para São Luís.

A reforma do prédio que desabou, em partes, foi executada em fevereiro do ano passado. A execução dos serviços foi alvo de uma denúncia formulada pelo Agente Municipal de Saúde (AMS), Manoel Albino Pinheiro, que identificou irregularidades no processo licitatório e encaminhou formalmente a queixa à Justiça.

De acordo com a denúncia, a prefeita Josinha Cunha, do PR, reformou o prédio no início do mês de fevereiro, e desafiando os órgãos de controle e fiscalização de recursos públicos, só assinou a reabertura da licitação no mês de agosto, conforme publicação do Diário Oficial do Estado, do dia 22 do mesmo mês.

Servidor identificado por “Raimundinho” ficou gravemente ferido.

Já no mês de setembro, a juíza Denise Pedrosa Torres, atendeu a Ação Popular e determinou por meio de liminar a suspensão da licitação nº 20/2017 de 22 de agosto de 2017, entre a prefeitura de Zé Doca e a empresa Almeida e Lima ME que tinha por finalidade a reforma do prédio da secretaria municipal de Saúde.

“Todo esse processo, de fato, trata-se de montagem, uma fraude, para tentar encobrir as ilegalidades praticadas pela prefeita Josinha”, embasou a magistrada.

A denúncia diz que ocorreu direcionamento na escolha do vencedor do certame, uma vez que a empresa não executaria os trabalhos de reforma sem antes saber se seria a escolhida na licitação.

Na época, o caso repercutiu no Blog do Domingos Costa conforme link abaixo.

**LEIA TAMBÉM:**

- Fraude faz juíza suspender licitação da prefeita Josinha em Zé Doca

## **Bardal, um investigador e dois advogados presos**

Na manhã de hoje, 28 de novembro de 2018, a Polícia Civil do Estado do Maranhão, através da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (SECCOR), em trabalho conjunto com o Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público Estadual, cumpriu mandados de prisão preventiva contra o delegado de polícia civil TIAGO MATTOS BARDAL, o investigador JOAO BATISTA DE SOUSA MARQUES e os advogados WERTHER FERRAZ JUNIOR e ARY CORTEZ PRADO JUNIOR, tendo sido realizadas, também, buscas em suas residências. As ações ocorreram, simultaneamente, em São Luis e Imperatriz.

Essas ordens judiciais foram expedidas pela 1ª Vara Criminal de São Luis e decorrem de investigação conjunta iniciada no primeiro semestre deste ano, que aponta que os presos se associaram, de forma estável e permanente, em uma verdadeira organização criminosa, com o intento de extorquir grupos criminosos, vindo a receber parcela dos produtos dos assaltos a agências bancárias, e a proteger, mediante o pagamento de propina, criminosos que integravam o crime organizado.

A engenharia criminosa, a princípio, remonta aos anos de 2015 e 2016, quanto TIAGO BARDAL assumiu a chefia da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (SEIC).

Consta que o então superintendente e o investigador BATISTA, seu homem de confiança, passaram a cobrar propina de quadrilhas que atuavam no Maranhão, especialmente no roubo a banco, e que o faziam por intermédio dos advogados

WERTHER e ARY JUNIOR, estes últimos, ligados ao crime organizado. As informações obtidas dão conta de que os policiais recebiam cerca de R\$100.000,00 (cem mil reais) por assalto realizado, como uma espécie de “pedágio”, e que ainda assim cobravam para evitar as prisões de líderes.

Os policiais presos seguem para a Delegacia da Cidade Operária e os advogados para o sistema prisional, onde ficarão à disposição da Justiça.

As investigações avançam, com a intenção de averiguar a participação de outros policiais no esquema criminoso.

## **Bardal cobrava 'pedágio' de R\$ 100 mil por cada assalto a banco realizado no Maranhão**

Um fato curioso chamou atenção na operação conjunta desencadeada pelo Gaeco e a Seccor que resultou na prisão nesta quarta-feira (28) do delegado Tiago Mattos Bardal, do investigador de polícia João Batista de Sousa Marques e dos advogados Werther Ferraz Junior e Ary Cortez Prado Junior.

Tiago, na condição de chefe da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (SEIC), usava seu homem de confiança, o investigador de polícia João Batista de Sousa Marques, para cobrar uma espécie de pedágio de organizações criminosas especializadas em roubos a bancos e caixas eletrônicos.

Para não se expor, o delegado fazia a intermediação criminosa por meio dos advogados Werther Ferraz Junior e Ary Cortez Prado Junior, estes, ligados ao crime organizado. As investigações apuraram que Bardal recebia R\$100 mil por assalto realizado em território maranhense, isto é, extorquia os assaltantes para evitar as prisões de líderes e dos demais envolvidos.

E MAIS...

As ordens judiciais de mandados de prisões foram expedidas pela 1ª Vara Criminal de São Luis. Os policiais presos seguem para a Delegacia da Cidade Operária e os advogados para o sistema prisional, onde ficarão à disposição da Justiça. A engenharia criminosa, a princípio, remonta aos anos de 2015 e 2016. As investigações agora é para apurar a participação de outros policiais no esquema criminoso. Também foram realizadas buscas nas residências dos presos. As ações ocorreram, simultaneamente, em São Luis e Imperatriz.

## **Delegado Tiago Bardal, investigador e advogados são presos em operação da polícia**

Na manhã de hoje, 28 de novembro de 2018, a Polícia Civil do Estado do Maranhão, por meio da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (SECCOR), em trabalho conjunto com o Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público Estadual, cumpriu mandados de prisão preventiva contra o delegado de polícia civil TIAGO MATTOS BARDAL, o investigador JOAO BATISTA DE SOUSA MARQUES e os advogados WERTHER FERRAZ JUNIOR e ARY CORTEZ PRADO JUNIOR, tendo sido realizadas, também, buscas em suas residências. As ações ocorreram, simultaneamente, em São Luis e Imperatriz.

Essas ordens judiciais foram expedidas pela 1 Vara Criminal de São Luis e decorrem de investigação conjunta iniciada no primeiro semestre deste ano, que aponta que os presos se associaram, de forma estável e permanente, em uma verdadeira organização criminosa, com o intento de extorquir grupos criminosos, vindo a receber parcela dos produtos dos assaltos a agências bancárias, e a proteger, mediante o pagamento de propina, criminosos que integravam o crime organizado.

A engenharia criminosa, a princípio, remonta aos anos de 2015 e 2016, quando TIAGO BARDAL assumia a chefia da Seic.

Mais detalhes da operação serão repassadas as 10h, em coletiva na SSP.

## **Júri dos acusados de matar o prefeito de Presidente Vargas, o Bertin é adiado para 10 de dezembro**

A magistrada Mirella Freitas, presidente do Tribunal do Júri da 2 Vara de Itapecuru Mirim, acatou pedido dos advogados dos réus José Evangelista Duarte Santos (apresentação e intimação de novas testemunhas) e Raimundo Nonato Gomes Salgado (melhor trabalhar a defesa, que trocou de advogado). O pedido de adiamento formulado pelo advogado do réu Benedito Manoel Martins Serrão (ausente) para a sua intimação foi negado.

Com manifestações favoráveis da acusação e defesas, a juíza remarcou o julgamento para o dia 10 de dezembro de 2018, no auditório da Câmara Municipal de Itapecuru Mirim.

Jurados, testemunhas, réus, Ministério Público e advogados já saíram do ato intimados da nova data.

## **ITAPECURU-MIRIM: Iniciado júri do Caso Bertin**

Começou nesta segunda-feira, 26, a sessão do Tribunal do Júri que julgará os acusados pela morte de Raimundo Bartolomeu Santos Aguiar, conhecido como Bertin, que à época do crime ocupava o cargo de prefeito do município de Presidente Vargas. Estão sendo julgados José Evangelista Duarte Santos, Benedito Manoel Martins Serrão e Raimundo Nonato Gomes Salgado.

Os réus também serão julgados pela tentativa de homicídio contra Pedro Pereira de Albuquerque, o “Pedro Pote”. Os crimes aconteceram em 6 de março de 2007, após uma emboscada no Povoado Cigana, em Itapecuru-Mirim.

Representando o Ministério Público atuarão os promotores de justiça Carla Mendes Pereira, titular da 2a Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim; Carlos Augusto Soares, titular da 1a Promotoria de Justiça de Codó; e Pedro Lino Silva Curvelo, titular da 32a Promotoria de Justiça Criminal de São Luís.

### **RELEMBRE O CASO**

Bertin e Pedro Albuquerque foram surpreendidos na altura do Km 193 da BR-222, em Itapecuru-Mirim, por volta das 22h45 do dia 6 de março de 2007, quando se deslocavam de São Luís para Presidente Vargas.

A caminhonete conduzida por Bertin foi interceptada por outro veículo em que estavam os policiais militares José Evangelista, Benedito Serrão e Raimundo Nonato Salgado.

Na ocasião, José Evangelista disparou duas vezes contra Bertin. Pedro Albuquerque foi imobilizado por Benedito Serrão e Raimundo Salgado e atingido por um tiro, mas sobreviveu.

Após os crimes, os acusados fugiram ao notar a chegada de um terceiro veículo trafegando pela BR. Os três foram reconhecidos pelo sobrevivente.

## **CELERIDADE | SESSÃO DA TURMA RECURSAL DE BACABAL JULGA QUASE 600 PROCESSOS**

Juízes da Turma Recursal Cível e Criminal com sede em Bacabal julgaram 589 processos, durante sessão realizada nessa segunda-feira, 26. Os magistrados Vanessa Ferreira Lopes, presidente da Turma; Arthur Gustavo do Nascimento e Jorge Antônio Leite, membros, priorizaram as ações que fazem parte da Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determina o julgamento de quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Durante a sessão foram julgados 489 processos físicos e 97 eletrônicos, a maioria, relacionados a empréstimos consignados; tarifas contratuais; e seguro DPVAT. A maior parte dos processos em trâmite na Turma são oriundos das comarcas de Bacabal, Pedreiras e Santa Inês.

A juíza presidente da Turma, Vanessa Lopes, informou que os magistrados e servidores da unidade estão focados em cumprir as metas do CNJ, garantir celeridade e resposta à sociedade dos processos ajuizados, e baixar o acervo da turma. “Desde a instalação, em maio de 2013, a turma de Bacabal já julgou 1858 recursos, e mantém o tempo médio de duração de um processo entre o protocolo e o julgamento em 169 dias, menor que a média nacional, segundo o Relatório Justiça em Números 2018 do CNJ”, frisou.

Em 2017, a Turma de Bacabal cumpriu a Meta 1 do CNJ com o julgamento de 1280 processos, que correspondem a uma operosidade de 105,26%.

Segundo dados extraídos do sistema Termojúris da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), a Turma Recursal de Bacabal possui, atualmente, uma taxa de congestionamento de processos na ordem 46,2%. Em toda a série histórica, a taxa de congestionamento do Poder Judiciário brasileiro se manteve em patamares superiores a 70%.

A taxa de congestionamento é o indicador que mede o percentual de casos que permaneceram pendentes de solução ao final do ano-base, em relação ao que tramitou (soma dos pendentes e dos baixados). Entretanto, nem todos os processos podem ser baixados no mesmo ano, devido a existência de prazos legais a serem cumpridos, especialmente nos casos em que o processo ingressou no final do ano-base.

**ABRANGÊNCIA** - A Turma Recursal Cível e Criminal com sede em Bacabal funciona no fórum local, situado na Rua Manoel Alves de Abreu, s/nº, Centro. Compõem a turma, atualmente, os magistrados Vanessa Ferreira Pereira Lopes (presidente); Marco Aurélio Barreto Marques (membro), Artur Gustavo Azevedo do Nascimento (membro), Jorge Antonio Sales Leite (suplente), e Marcelo Moraes Rêgo de Sousa (suplente). Funciona como secretária, a servidora Daniela Mendonça Braga. A turma recebe processos das comarcas de Bacabal, Alto Alegre do Maranhão, Alto Alegre do Pindaré, Arari, Bom Jardim, Esperantinópolis, Igarapé Grande, Lago da Pedra, Lago Verde, Monção, Olho D'Água das Cunhas, Paulo Ramos, Pedreiras, Pindaré Mirim, Pio XII, Poção de Pedras, São Mateus do Maranhão, São Luís Gonzaga do Maranhão, Santa Inês, Santa Luzia, Vitória do Mearim, Vitorino Freire e Zé Doca.

## **DELEGADO TIAGO BARDAL É PRESO OUTRA VEZ**

A Polícia Civil do Maranhão, através da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (SECCOR), em trabalho conjunto com o Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público Estadual, cumpriu na manhã desta quarta-feira (28), mandados de prisão preventiva contra o delegado de polícia civil Tiago Mattos Bardal, o investigador João Batista de Sousa Marques e os advogados Werther Ferraz Júnior e Ary Cortez Prado Júnior, tendo sido realizadas, também, buscas em suas residências. As ações ocorreram, simultaneamente, em São Luis e Imperatriz.

Essas ordens judiciais foram expedidas pela 1ª Vara Criminal de São Luis e decorrem de investigação conjunta iniciada no primeiro semestre deste ano, que aponta que os presos se associaram, de forma estável e permanente, em uma verdadeira organização criminosa, com o intento de extorquir grupos criminosos, vindo a receber parcela dos produtos dos assaltos a agências bancárias, e a proteger, mediante o pagamento de propina, criminosos que integravam o crime organizado.

A engenharia criminosa, a princípio, remonta aos anos de 2015 e 2016, quando Tiago Bardal assumiu a chefia da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (SEIC).

Consta que o então superintendente e o investigador Batista, seu homem de confiança, passaram a cobrar propina de quadrilhas que atuavam no Maranhão, especialmente no roubo a banco, e que o faziam por intermédio dos advogados Whether e Ary Júnior, estes últimos, ligados ao crime organizado. As informações obtidas dão conta de que os policiais recebiam cerca de R\$ 100 mil por assalto realizado, como uma espécie de “pedágio”, e que ainda assim cobravam para evitar as prisões de líderes.

Os policiais presos seguem para a Delegacia da Cidade Operária e os advogados para o sistema prisional, onde ficarão à disposição da Justiça.

As investigações avançam, com a intenção de averiguar a participação de outros policiais no esquema criminoso.

Foto: Reprodução/TV Mirante

## **SEIC era comandada por um criminoso?!? Tiago Bardal é preso novamente**

Uma operação conjunta do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - Gaeco e da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção - Seccor, deflagrada hoje (28), por volta das 4:30 madrugada, resultou na prisão preventiva do delegado Tiago Mattos Bardal, do investigador de polícia João Batista de Sousa Marques e dos advogados Werther Ferraz Junior e Ary Cortez Prado Junior.

Foram realizadas também, operações de busca e apreensão nas residências dos envolvidos, nos municípios de São Luís e Imperatriz, e já estão apreendidos documentos, celulares e computadores. As ordens judiciais foram expedidas pela 1ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

As investigações levantaram que os presos se associaram em uma organização criminosa com o objetivo de extorquir outros grupos criminosos, recebendo parte do apurado em assaltos a bancos e fazendo a proteção das quadrilhas - o grupo recebia propina de R\$ 100 Mil por assalto, desde 2015, quando Bardal era o titular da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic).

A cobrança era feita por intermédio dos advogados presos nesta quarta-feira.

## **URGENTE! Secretaria de Saúde desaba e servidor é ferido, em Zé Doca**

Um servidor da Secretaria Municipal de Saúde de Zé Doca ficou gravemente ferido após o desabamento da fachada do prédio onde funciona a pasta.

O funcionário estava no local e foi atingido pelos escombros. O caso ocorreu no fim da manhã de hoje (28).

Em nota, a Prefeitura de Zé Doca disse que presta assistência à vítima. Acrescentou, ainda, que tentou realizar, em regime de urgência, uma reforma no local, barrada por uma ação judicial da oposição.

“Já havíamos apresentando logo no início do governo um elaborado e minucioso projeto para reconstrução em regime de urgência do prédio, por ser muito antigo, mas infelizmente a oposição entrou na Justiça para que o recurso não fosse liberado, e assim aconteceu”, diz o comunicado oficial.

VÍDEO EM <https://youtu.be/L7NyAm2e7xU>

# Zé Costa diz que prédio que desabou em Zé Doca foi reformado sem licitação

O professor Zé Costa (PT), um dos líderes da oposição em Zé Doca, entrou em contato com o **Blog do Gilberto Léda** para contestar a versão da prefeitura de que o desabamento da Secretaria de Saúde ([saiba mais](#)) pode ter ocorrido porque uma ação na Justiça impediu sua reforma.

Segundo o petista, houve, sim, uma reforma bancada pelo Município. Mas sem licitação, cujo edital, ainda de acordo com professor, só foi publicado 90 dias após a entrega da obra.

Veja o que disse Zé Costa sobre o caso.

*"Ao contrário do que foi dito, aquela obra de reforma foi feita, concluída e inaugurada. 90 dias mais tarde eles publicaram edital de licitação para fazer a obra que já estava entregue a população, já tinham colhido os louros do trabalho realizado.*

*O que nós fizemos a época foi denunciar a FALCATRUA do Sr. Josimar de Maranhãozinho, visto que em Zé Doca não tem prefeita, quem manda e desmanda é ele.*

*Neste caso, o Edital de licitação iria servir apenas para legalizar o que não podia mais ser legal, por que foi feita a obra sem licitação.*

*O juiz, percebeu e acatou a nossa reclamação. Se pudesse ser imputado a culpa a alguém, seria à justiça que mandou retirar o Edital."*

O post [Zé Costa diz que prédio que desabou em Zé Doca foi reformado sem licitação](#) apareceu primeiro em [Gilberto Léda](#).

## **Preso suspeito de integrar quadrilha de arrombadores de caixas eletrônicos; ele dava suporte a bandidos de outros Estados**

27/11/2018 00:00:00

Mauro teria a incumbência de alugar residências para abrigar a quadrilha no estado e comprar os equipamentos utilizados para arrombar as instituições financeiras

Policiais da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), em mais uma ação repressão ao crimes voltados a instituições bancária, prendeu Mauro Sérgio Pereira de Assunção, 49 anos. A prisão ocorreu no Terminal Rodoviário de São Luís, na tarde desta terça-feira (27), em cumprimento a mandado de prisão preventiva, expedido pela Comarca de Santo Antônio dos Lopes/MA.

Segundo as investigações policiais, Mauro seria um dos autores do arrombamento da agência do Bradesco da cidade de Santo Antônio dos Lopes, ocorrido no dia 10 outubro deste ano, além de participar do roubo à loja de uma operadora de telefonia no município de Dom Pedro.

Ainda de acordo com as investigações, o preso também era responsável pela logística da quadrilha, dando suporte aos demais criminosos que vinham principalmente dos estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Mauro teria a incumbência de alugar residências para abrigar a quadrilha no estado e comprar os equipamentos utilizados para arrombar as instituições financeiras.

Mauro de Assunção foi o quinto membro dessa associação criminosa preso por policiais da Seic. No início do mês, foram presos, no município de Dom Pedro/MA, Bruno de Lima, conhecido com "Boquinha", Francisco Silva de Oliveira, conhecido como "Pantica", Mateus Silva de Oliveira Moreira e Erisvando Rodrigues de Oliveira.

## **Delegado Tiago Bardal, investigador e advogados são presos por acusação de cobrança de propina de quadrilhas de assaltantes de bancos**

28/11/2018 00:00:00

Na manhã desta quinta-feira (28), a Polícia Civil do Estado do Maranhão, através da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (SECCOR), em trabalho conjunto com o Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público Estadual, cumpriu mandados de prisão preventiva contra o delegado de polícia civil Tiago Mattos Bardal, o investigador João Batista de Sousa Marques e os advogados Werther Ferraz Júnior e Ary Cortez Prado Júnior, tendo sido realizadas, também, buscas em suas residências. As ações ocorreram, simultaneamente, em São Luis e Imperatriz.

Essas ordens judiciais foram expedidas pela 1ª Vara Criminal de São Luis e decorrem de investigação conjunta iniciada no primeiro semestre deste ano, que aponta que os presos se associaram, de forma estável e permanente, em uma verdadeira organização criminosa, com o intento de extorquir grupos criminosos, vindo a receber parcela dos produtos dos assaltos a agências bancárias, e a proteger, mediante o pagamento de propina, criminosos que integravam o crime organizado.

A engenharia criminosa, a princípio, remonta aos anos de 2015 e 2016, quando Tiago Bardal assumiu a chefia da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic).

Consta que o então superintendente e o investigador Batista, seu homem de confiança, passaram a cobrar propina de quadrilhas que atuavam no Maranhão, especialmente no roubo a banco, e que o faziam por intermédio dos advogados Werther e Ary Júnior, estes últimos, ligados ao crime organizado. As informações obtidas dão conta de que os policiais recebiam cerca de R\$100.000,00 (cem mil reais) por assalto realizado, como uma espécie de "pedágio", e que ainda assim cobravam para evitar as prisões de líderes.

Os policiais presos seguem para a Delegacia da Cidade Operária e os advogados para o sistema prisional, onde ficarão à disposição da Justiça.

As investigações avançam, com a intenção de averiguar a participação de outros policiais no esquema criminoso.

# Filha acusada de mandar matar pai é condenada a mais de 20 anos de prisão em Pindaré-Mirim

**Elineia Francisca Galvão foi condenada na terça (27) a 27 anos e 11 meses de prisão pela morte do empresário Fernando Henrique Cruz Pinho ocorrida em 2017 em Pindaré-Mirim.**

Elineia Francisca Galvão foi condenada na terça-feira (27) a 27 anos e 11 meses de prisão após ser levada a júri popular no município de Pindaré-Mirim, a 255 km de São Luís, por encomendar a morte de seu pai, o empresário Fernando Henrique Cruz Pinho, ocorrido no dia 6 de julho de 2017, em Pindaré-Mirim.

A polícia concluiu que os tiros que mataram o empresário foram disparados por Cleiton Cerqueira Frazão, que é primo da vítima.

O empresário morreu um dia depois do crime no Hospital Macrorregional de Santa Inês, a 250 km da capital, depois de ser baleado ao fazer uma caminhada pela estrada que liga Pindaré-Mirim e Santa Inês.

A primeira prisão do caso aconteceu no dia 24 de julho de 2017. Investigando e ouvindo testemunhas a polícia chegou a Raimundo Nonato Campos, suspeito de pilotar a motocicleta que transportava o atirador.

No dia 11 de agosto do ano passado foi preso Felipe Rocha Moraes, por ser suspeito de emprestar a motocicleta. No mesmo dia Elineia Francisca também foi presa.

Fernando Henrique Cruz Pinho atuava no comércio de material de construção e aluguel de imóveis na cidade de Pindaré-Mirim.

## O crime

O empresário Fernando Henrique Cruz Pinho atuava no comércio de materiais de construção e aluguéis de imóveis e era muito conhecido no município de Pindaré-Mirim. Ele foi baleado no dia 6 de julho de 2017 enquanto fazia caminhada em um trecho da estrada entre Pindaré-Mirim e Santa Inês.

Após ser baleado, ele foi levado para o Hospital Macrorregional de Santa Inês onde faleceu no

dia 7 de julho.

# Delegado Tiago Bardal é preso novamente acusado de extorquir grupos criminosos

28/11/2018 08:54:28

Uma operação conjunta do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), deflagrada na manhã desta quarta-feira, 28, resultou na prisão preventiva do delegado Tiago Mattos Bardal, do investigador de polícia João Batista de Sousa Marques e dos advogados Werther Ferraz Junior e Ary Cortez Prado Junior.

Bardal já havia sido preso no primeiro semestre deste ano acusado de integrar uma quadrilha de milicianos que atuava no estado.

Além das prisões, também foram realizadas operações de busca e apreensão nas residências dos envolvidos, nos municípios de São Luís e Imperatriz, nas quais foram apreendidos documentos, celulares e computadores.

As ordens judiciais foram expedidas pela 1ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

De acordo com as investigações, os presos se associaram em uma organização com o objetivo de extorquir grupos criminosos, recebendo parte do apurado em assaltos a bancos e fazendo a proteção das quadrilhas, mediante o recebimento de propina. As práticas vinham acontecendo desde 2015, quando Tiago Bardal assumiu a chefia da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic).

Os policiais recebiam cerca de R\$ 100 mil por assalto realizado e cobravam, ainda, para evitar a prisão de líderes das organizações criminosas.

A cobrança era feita por intermédio dos advogados presos nesta quarta-feira.

As investigações continuam e buscam averiguar a participação de outros policiais no esquema.

## **CPI da Cyrela quer ouvir Promotoria, Judiciário e Crea sobre denúncias de irregularidades em imóveis**

**28/11/2018 09:59:57**

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada para investigar as denúncias de irregularidades nos imóveis construídos pela empresa Cyrela no Maranhão, decidiu ouvir a Promotoria do Consumidor, a Vara de Interesses Difusos e Coletivos e um representante do Conselho de Engenharia e Arquitetura (Crea-MA) sobre o caso.

Autor da proposta e presidente da CPI, o deputado Zé Inácio (PT) explicou que o convite será feito à promotora do Consumidor, Lítia Cavalcante, e ao representante do Crea. Já junto ao juiz Douglas Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, será agendada uma visita para que os integrantes da Comissão possam saber detalhes sobre o processo.

Após a reunião, o presidente da CPI deu detalhes do que foi deliberado no primeiro dia de trabalho. De acordo com o deputado, ofícios serão enviados convidando a promotora e o representante do Crea, e, dependendo das agendas deles, serão ouvidos na próxima semana.

"Ao juiz dos Interesses Difusos e Coletivos, a CPI pedirá uma audiência, para que a comissão possa ir lá conversar e conhecer os autos do processo sobre o caso. O objetivo da CPI é investigar irregulares na construção do empreendimento e o convite ao representante o Crea será para que venha dar esclarecimentos sobre o empreendimento", disse.

"A CPI vai apurar problemas na construção civil dos prédios e, também, na concessão de alvarás dados por órgãos ambientais. O objeto da CPI vai além da relação de consumidor. Vai concentrar em investigar a construção civil e irregularidades. que por ventura os órgãos tenham cometido, tanto a nível estadual como municipal", enfatizou.

Sete deputados integram a CPI: Rogerio Cafeteira (DEM - relator), Cesar Pires (PV), Wellington do Curso (PSDB), Francisca Primo (PCdoB), Vinicius Louro (PR) e Bira do Pindaré (PSB), além do autor.

# Empresária que chamou funcionária de loja do Shopping da Ilha de "macaca" é condenada

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve decisão de primeira instância que condenou Tibúrcia Alcione Figueiredo Dallin pelo crime de injúria racial, por ter chamado de "macaca" uma funcionária da loja Renner, no Shopping da Ilha, em São Luís, pelo simples fato de ter-lhe sido negado um aumento de limite no cartão de crédito.

O fato ocorreu no dia 10 de maio de 2012, quando na loja Renner, situado no Shopping da Ilha, a denunciada Tibúrcia Alcione Figueiredo Soares Dallin injuriou com elementos referentes a raça e cor a vítima Katiane Cantanhede Ribeiro". Naquela oportunidade, a empresária ao ser interrogada pela autoridade policial, declarou ter chamado a vítima de "macaca", porém não teria a intenção de ofender a sua honra, pois teria respondido no calor da emoção.

A condenação estabelece pena total de um ano de reclusão a ser cumprida em regime inicialmente aberto, além de dez dias-multa.

O processo teve como relator o desembargador Raimundo Melo, cujo voto foi seguido pelos desembargadores Bayma Araujo e João Santana de Sousa, que mantiveram o entendimento do Juiz de Direito Luis Carlos Dutra dos Santos, da 6ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

Em seu voto, o desembargador Raimundo Melo ressaltou que a prova colhida em juízo é consistente, comprovando a prática do delito, previsto no artigo 140, parágrafo 3º, do Código Penal.

"Confrontando-se a pretensão acusatória e as declarações da vítima e testemunhas, resta indubitoso o fato de ter se dirigido à vítima ofendendo-a e chamando-a agressivamente de "macaca", frisou o magistrado.

Além do depoimento da vítima confirmando o delito, testemunhas presenciais confirmaram as ofensas de Tibúrcia Alcione Figueiredo Dallin, que soletrou o termo "macaca" por várias vezes, com o intuito de constranger e humilhar a vítima.

Para o desembargador, o elemento de cor e raça qualifica a injúria praticada, não havendo cogitar da atipicidade da imputação, tampouco da deficiência probatória aventada pela defesa.

"Não cabe reforma da decisão de primeira instância, pois a injúria mostra-se por demais ofensiva à honra e à dignidade da vítima, e por isso desproporcional sob qualquer aspecto", assinalou o desembargador Raimundo Melo.

As informações são do Tribunal de Justiça do Maranhão.

# Secretaria de Saúde desaba e servidor é ferido, em Zé Doca

Um servidor da Secretaria Municipal de Saúde de Zé Doca ficou gravemente ferido após o desabamento da fachada do prédio onde funciona a pasta.

O funcionário estava no local e foi atingido pelos escombros. O caso ocorreu no fim da manhã de hoje (28).

Em nota, a Prefeitura de Zé Doca disse que presta assistência à vítima. Acrescentou, ainda, que tentou realizar, em regime de urgência, uma reforma no local, barrada por uma ação judicial da oposição.

"Já havíamos apresentando logo no início do governo um elaborado e minucioso projeto para reconstrução em regime de urgência do prédio, por ser muito antigo, mas infelizmente a oposição entrou na Justiça para que o recurso não fosse liberado, e assim aconteceu", diz o comunicado oficial. (Com informações do Blog do Gilberto Leda)

# Investigação dos suspeitos por envolvimento com quadrilhas de assalto a banco será concluída em 10 dias

Os promotores de justiça Marco Aurélio Rodrigues e Marcos Valentim Pinheiro Paixão, integrantes do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão, participaram, na manhã desta quarta-feira, 28, no auditório da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Maranhão (SSP-MA), da entrevista coletiva sobre a Operação Jogo Duplo. O nome faz alusão à participação de agentes públicos no crime organizado.

A ação, deflagrada na manhã desta quarta-feira, realizada conjuntamente pelo Gaeco e pela Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), resultou na prisão preventiva do delegado Tiago Mattos Bardal, do investigador de polícia João Batista de Sousa Mendes e dos advogados Werther Ferraz Júnior e Ary Cortez Prado Junior. Eles estariam envolvidos com uma quadrilha especializada em assaltos a banco, chefiada pelo criminoso Adriano Brandão.

Além das prisões, foram apreendidos documentos, celulares e computadores. O prazo para a conclusão do inquérito é de 10 dias. As ordens judiciais foram expedidas pela 1ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

A apuração, que culminou na Operação Jogo Duplo, foi requisitada pelo Ministério Público do Maranhão, após denúncias de criminosos apontando a participação do delegado Tiago Bardal com o crime organizado.

Durante a entrevista, o promotor de justiça Marco Aurélio Rodrigues destacou que o procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, requisitou o acompanhamento do inquérito policial pelos promotores que integram o Gaeco. "A operação é resultado da análise conjunta de documentos apreendidos e de depoimentos até o momento prestados", informou.

De acordo com as investigações, durante os anos de 2015 a 2016, Tiago Bardal e João Batista de Sousa Mendes extorquiam a quadrilha especializada em assaltos a banco, recebendo dinheiro para evitar a investigação e a prisão dos integrantes do bando. O dinheiro era oriundo dos roubos. Em um dos casos, os policiais teriam recebido R\$ 100 mil cada. Ao todo, a quadrilha teria cometido, no período, cinco assaltos a unidades bancárias em cidades do interior do Maranhão.

A cobrança do dinheiro seria realizada pelos advogados Werther Ferraz Júnior e Ary Cortez Prado Junior.

"Estes agentes tinham o dever de combater o crime, mas davam cobertura às ações criminosas, recebendo pagamento paralelo para permitir a prática de crimes", ressaltou o secretário de estado de Segurança Pública, Jefferson Portela.

Na entrevista, o secretário revelou, ainda, que os policiais também passavam informações sigilosas para a

quadrilha e que o chefe do bando, Adriano Brandão, foi resgatado recentemente de um presídio em Belém. O grupo possui muitos integrantes e atua no Pará, no Tocantins e no Maranhão.

O superintendente da Seccor, policial civil Roberto Fortes, classificou de horrendo e nefasto o envolvimento de agentes públicos com o crime. "Essas pessoas são policiais, mas se infiltraram em organizações criminosas. Em vez de combatê-los, eles se aliaram aos bandidos. Recebiam dinheiro dos assaltantes para acobertar suas ações criminosas", ressaltou.

Também participou da coletiva o delegado-geral da Polícia Civil, Leonardo Diniz.

# CPI da Cyrela deve ouvir MP, Judiciário e Crea sobre denúncias

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada para investigar as denúncias de irregularidades nos imóveis construídos pela empresa Cyrela no Maranhão, decidiu, nesta terça-feira (27), ouvir a Promotoria do Consumidor, a Vara de Interesses Difusos e Coletivos e um representante do Conselho de Engenharia e Arquitetura (Crea-MA) sobre o caso.

Autor da proposta e presidente da CPI, o deputado Zé Inácio (PT) explicou que o convite será feito à promotora do Consumidor, Lítia Cavalcante, e ao representante do Crea. Já junto ao juiz Douglas Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, será agendada uma visita para que os integrantes da Comissão possam saber detalhes sobre o processo.

"A CPI vai apurar problemas na construção civil dos prédios e, também, na concessão de alvarás dados por órgãos ambientais. O objeto da CPI vai além da relação de consumidor. Vai concentrar em investigar a construção civil e irregularidades. que por ventura os órgãos tenham cometido, tanto a nível estadual como municipal", enfatizou.

Sete deputados integram a CPI: Rogerio Cafeteira (DEM - relator), Cesar Pires (PV), Wellington do Curso (PSDB), Francisca Primo (PCdoB), Vinicius Louro (PR) e Bira do Pindaré (PSB), além do autor.

## **Tribunal de Justiça nega pedido de João Dominici para ser julgado por um só desembargador**

O desembargador José Luiz de Almeida negou, nesta segunda-feira, um pedido dos advogados do prefeito de São João Batista, João Dominici, para unificar todos os seus processos em um magistrado no Tribunal de Justiça do Maranhão. José Luiz é relator de um dos processos que tramita contra o gestor, movidos pela Procuradoria Geral do Ministério Público.

Segundo a decisão, obtida com exclusividade pelo Blog do Jailson Mendes, a defesa suscitou questão de ordem relativa à existência de conexão entre o processo relatado pelo desembargador José Luiz e vários outros em trâmite no Tribunal de Justiça, requerendo a rejeição da denúncia, pois alega atipicidade da conduta do acusado. Os advogados do prefeito também destacaram ainda que tramitam vários processos pela mesma conduta e “que, embora os feitos estejam tramitando autonomamente, se trata de ações conexas, com correspondência de partes, pedidos e causa de pedir, cujos fatos aludem a requisições formuladas pela Promotoria de Justiça da comarca de São João Batista, supostamente não atendidas pelo ora acusado, prefeito daquela cidade”.

“Diante desse contexto, sustenta a necessidade de observância das regras atinentes à conexão das demandas, de modo a serem reunidas para julgamento em conjunto pelo relator prevento, a fim de evitar prolação de decisões conflitantes. Noutro plano, a defesa alega atipicidade da conduta, pugnano pela rejeição da denúncia, sob a alegação de que o acusado, em nenhum momento, agiu com dolo, no sentido de deixar de atender, deliberadamente, as requisições de informações do Ministério Público”, diz a decisão assinada proferida nesta segunda-feira.

Segundo o magistrado, o recurso usado pelos advogados de João Dominici é inadequado. “Vejo que o pleito de rejeição da exordial fulcrado na tese de atipicidade da denúncia está sendo formulado em momento processual inadequado, uma vez que o procedimento regulamentado pela Lei nº 8.038/90 prevê fase apropriada para a alegação desse jaez, sendo certo que, in casu, o processo encontra-se no início da fase instrutória, cuja denúncia já foi recebida. No que concerne ao pleito de reunião dos processos por suposta conexão, melhor sorte também não acode o peticionante, conforme passo a demonstrar”, escreveu.

Para a defesa, todos os processos são da mesma prática, que foi por ausência de prestação de informações solicitadas via requisições, divergindo apenas em relação ao conteúdo das requisições enviadas. Sobre isso, o desembargador diz que a própria defesa reconhece que são de assuntos diferentes. “Como se percebe, a própria defesa reconhece que as requisições formuladas pelo Promotor de Justiça de São João Batista referiam-se a matérias distintas, portanto, de conteúdo diverso. Assim, não se pode afirmar que todas as denúncias imputando ao acusado a prática do crime de desobediência tipificado na Lei de Ação Civil Pública referem-se ao mesmo fato, valendo consignar, ainda, que a mera identidade de tipificação penal não se amolda em nenhuma das hipóteses de conexão”, destacou.

Por fim, José Luiz de Almeida deixou de analisar a denúncia e negou o pedido de reunião dos processos de João Dominici. “Portanto, a mera identidade de partes, pedidos ou causa de pedir não é suficiente para alterar a competência pela conexão no âmbito do Processo Penal, que se trata, é ressabido, de um ramo processual dotado de autonomia, bases teóricas, princípios e regras próprias, só sendo lícito suplementá-lo com normas do CPC, de modo subsidiário, em relação a matérias não disciplinadas pela legislação processual penal. Com essas

considerações, deixo de analisar o pleito relativo à rejeição da denúncia e indefiro o pedido de reunião de processos por conexão”, finalizou.

Folha de SJB

## **Thiago Bardal é preso por suspeita de envolvimento em grupo que extorquia bandidos**

**28/11/2018 09:11:10**

Uma operação conjunta do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), deflagrada na manhã desta quarta-feira, 28, resultou na prisão preventiva do delegado Tiago Mattos Bardal, do investigador de polícia João Batista de Sousa Marques e dos advogados Werther Ferraz Junior e Ary Cortez Prado Junior.

Além das prisões, também foram realizadas operações de busca e apreensão nas residências dos envolvidos, nos municípios de São Luís e Imperatriz, nas quais foram apreendidos documentos, celulares e computadores. As ordens judiciais foram expedidas pela 1ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

De acordo com as investigações, os presos se associaram em uma organização com o objetivo de extorquir grupos criminosos, recebendo parte do apurado em assaltos a bancos e fazendo a proteção das quadrilhas, mediante o recebimento de propina. As práticas vinham acontecendo desde 2015, quando Thiago Bardal assumiu a chefia da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic).

Os policiais recebiam cerca de R\$ 100 mil por assalto realizado e cobravam, ainda, para evitar a prisão de líderes das organizações criminosas. A cobrança era feita por intermédio dos advogados presos nesta quarta-feira.

As investigações continuam e buscam averiguar a participação de outros policiais no esquema.

## **CPI da Cyrela quer ouvir Promotoria, Judiciário e Crea sobre denúncias de irregularidades em imóveis**

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada para investigar as denúncias de irregularidades nos imóveis construídos pela empresa Cyrela no Maranhão, decidiu, nesta terça-feira (27), ouvir a Promotoria do Consumidor, a Vara de Interesses Difusos e Coletivos e um representante do Conselho de Engenharia e Arquitetura (Crea-MA) sobre o caso.

Autor da proposta e presidente da CPI, o deputado Zé Inácio (PT) explicou que o convite será feito à promotora do Consumidor, Lítia Cavalcante, e ao representante do Crea. Já junto ao juiz Douglas Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, será agendada uma visita para que os integrantes da Comissão possam saber detalhes sobre o processo.

Após a reunião, o presidente da CPI deu detalhes do que foi deliberado no primeiro dia de trabalho. De acordo com o deputado, ofícios serão enviados convidando a promotora e o representante do Crea, e, dependendo das agendas deles, serão ouvidos na próxima semana.

"Ao juiz dos Interesses Difusos e Coletivos, a CPI pedirá uma audiência, para que a comissão possa ir lá conversar e conhecer os autos do processo sobre o caso. O objetivo da CPI é investigar irregularidades na construção do empreendimento e o convite ao representante do Crea será para que venha dar esclarecimentos sobre o empreendimento", disse.

"A CPI vai apurar problemas na construção civil dos prédios e, também, na concessão de alvarás dados por órgãos ambientais. O objeto da CPI vai além da relação de consumidor. Vai concentrar em investigar a construção civil e irregularidades. que por ventura os órgãos tenham cometido, tanto a nível estadual como municipal", enfatizou.

Sete deputados integram a CPI: Rogerio Cafeteira (DEM - relator), Cesar Pires (PV), Wellington do Curso (PSDB), Francisca Primo (PCdoB), Vinicius Louro (PR) e Bira do Pindaré (PSB), além do autor.

## **Filha acusada de mandar matar pai é condenada a mais de 20 anos de prisão no Maranhão**

Elineia Francisca Galvão foi condenada na terça-feira (27) a 27 anos e 11 meses de prisão após ser levada a júri popular no município de Pindaré-Mirim, a 255 km de São Luís, por encomendar a morte seu pai, o empresário Fernando Henrique Cruz Pinho, ocorrido no dia 6 de julho de 2017, em Pindaré-Mirim.

A polícia concluiu que os tiros que mataram o empresário foram disparados por Cleiton Cerqueira Frazão, que é primo da vítima. O empresário morreu um dia depois do crime no Hospital Macrorregional de Santa Inês, a 250 km da capital, depois de ser baleado ao fazer uma caminhada pela estrada que liga Pindaré-Mirim e Santa Inês. A primeira prisão do caso aconteceu no dia 24 de julho de 2017. Investigando e ouvindo testemunhas a polícia chegou a Raimundo Nonato Campos, suspeito de pilotar a motocicleta que transportava o atirador. No dia 11 de agosto do ano passado foi preso Felipe Rocha Moraes, por ser suspeito de emprestar a motocicleta. No mesmo dia Elineia Francisca também foi presa.

Fernando Henrique Cruz Pinho atuava no comércio de material de construção e aluguel de imóveis na cidade de Pindaré-Mirim.

O crime

O empresário Fernando Henrique Cruz Pinho atuava no comércio de materiais de construção e alugueis de imóveis e era muito conhecido no município de Pindaré-Mirim. Ele foi baleado no dia 6 de julho de 2017 enquanto fazia caminhada em um trecho da estrada entre Pindaré-Mirim e Santa Inês.

Após ser baleado, ele foi levado para o Hospital Macrorregional de Santa Inês onde faleceu no dia 7 de julho.

G1 MA

## **JUCA DA CIKEL será julgado nessa quinta-feira(29) em Buriticupu**

Será levado a Júri popular nessa quinta-feira, 29 de novembro de 2018, JOSÉ DE RIBAMAR SILVA CAMPELO (JUCA DA CIKEL), acusado de Tentativa de Homicídio, o crime ocorreu no Povoado Terceira Vicinal no dia 29 de maio de 2011.

Segundo a denúncia oferecida pelo Ministério Público do Maranhão, JUCA DA CIKEL estava no Bar do Evaldo, junto com outros amigos ingerindo bebidas alcoólicas, quando a vítima, Erivan Alves da Silva (vulgo) "BEBÊ", foi abordado pelo acusado JUCA DA CIKEL que o provocou, sacando um revólver calibre 38 e apontando em direção à vítima, que, por sua vez, conseguiu segurar a arma, evitando que fossem efetuados os disparos, começaram uma luta corporal, diante da Luta travada entre Juca e Erivan, o Sr. Deljames de Melo agarrou Erivan pelas costas e o afastou do Juca, foi quando Juca efetuou dois disparos, atingindo Erivan na virilha e no abdômen, ocasião em que foi encaminhado para o Hospital e se recuperou das lesões sofridas.

As Sessões do Tribunal do Júri será presidida pelo juiz de Direito Dr. Duarte Henrique Ribeiro de Souza, titular da 2ª Vara da Comarca de Buriticupu, que tem o Município de Bom Jesus das Selvas como termo Judiciário, serão aberta ao público com início previsto para as 9 da manhã no salão do Tribunal do júri em Buriticupu-MA, situado na Rua Deputado Vila Nova Bairro Terra Bela.

## **Júri Popular: Acusado de Femicídio é Condenado a 20 anos de Cadeia em Buriticupu**

Foi condenado na manhã dessa quarta-feira(28), a 20 anos de cadeia em regime fechado, ANTONIO MELO DA SILVA, a condenação se deu em júri popular realizado no salão do tribunal do júri da comarca de Buriticupu que tem Bom Jesus das Selvas-MA como termo judiciário, a sessão do júri foi presidida pelo juiz de direito Dr. Duarte Henrique Ribeiro de Souza titula da 2ª Vara da comarca de Buriticupu.

O réu ANTONIO MELO DA SILVA responde a acusação de ter praticado crime de Homicídio Qualificado por motivo torpe, no dia 14 de dezembro de 2017 por volta das 13h00. Homicídio ocorreu no Bairro Nova Bom Jesus.

Segundo consta nos autos do processo a que o BLOG JO FERNANDES teve acesso, o agora condenado ANTONIO MELO DA SILVA e a vítima (RAIMUNDA LIMA GUAJAJARA), se encontraram nos fundos de uma residência, momento em que o ANTONIO MELO começou a oferecer bebida para a Vítima senhora RAIMUNDA LIMA GUAJAJARA, e esta não aceitou, após sucessivas negativas, ANTONIO MELO pegou uma enxada e começou a desferir vários golpes na cabeça de dona RAIMUNDA LIMA GUAJAJARA.

Atuou na acusação do caso de ANTONIO MELO DA SILVA, o promotor de justiça Dr. Peterson Armando Azevedo de Abreu titular da 2ª promotoria de Buriticupu, a tese que defendeu de forma didática e muito competente foi a que deixou claro e cristalina a culpabilidade, o que levou a condenação do réu.

ANTONIO MELO DA SILVA contou com a competente defesa sustentada pelo competente Defensor Público, Dr. Fernando Guilherme de Sousa Moura, do Núcleo Regional de Buriticupu.

## **Delegado Thiago Bardal volta a ser preso**

A Polícia Civil do Maranhão, através da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (SECCOR), em trabalho conjunto com o Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público Estadual, cumpriu na manhã desta quarta-feira (28), mandados de prisão preventiva contra o delegado de polícia civil Tiago Mattos Bardal (ex-superintendente da SEIC), o investigador João Batista de Sousa Marques e os advogados Werther Ferraz Júnior e Ary Cortez Prado Júnior, tendo sido realizadas, também, buscas em suas residências. As ações ocorreram, simultaneamente, em São Luis e Imperatriz.

Essas ordens judiciais foram expedidas pela 1ª Vara Criminal de São Luis e decorrem de investigação conjunta iniciada no primeiro semestre deste ano, que aponta que os presos se associaram, de forma estável e permanente, em uma verdadeira organização criminosa, com o intento de extorquir grupos criminosos, vindo a receber parcela dos produtos dos assaltos a agências bancárias, e a proteger, mediante o pagamento de propina, criminosos que integravam o crime organizado.

A engenharia criminosa, a princípio, remonta aos anos de 2015 e 2016, quanto Tiago Bardal assumiu a chefia da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (SEIC).

Consta que o então superintendente e o investigador Batista, seu homem de confiança, passaram a cobrar propina de quadrilhas que atuavam no Maranhão, especialmente no roubo a banco, e que o faziam por intermédio dos advogados Whether e Ary Júnior, estes últimos, ligados ao crime organizado. As informações obtidas dão conta de que os policiais recebiam cerca de R\$ 100 mil por assalto realizado, como uma espécie de “pedágio”, e que ainda assim cobravam para evitar as prisões de líderes.

Os policiais presos seguem para a Delegacia da Cidade Operária e os advogados para o sistema prisional, onde ficarão à disposição da Justiça.

As investigações avançam, com a intenção de averiguar a participação de outros policiais no esquema criminoso.

## Ex-prefeito de Lago Verde é condenado por contratação irregular de servidores

O ex-prefeito do município de Lago Verde (MA), Raimundo Almeida, foi condenado em Ação Civil Pública por ato de Improbidade Administrativa proposta pelo Ministério Público Estadual, por manter, no quadro de servidores públicos municipais, pessoas contratadas irregularmente, sem concurso público.

A sentença, da juíza Vanessa Ferreira Pereira Lopes (1ª Vara Comarca de Bacabal), condenou o réu pela prática de ato de improbidade administrativa, aplicando as penas de suspensão de seus direitos políticos pelo período de três anos; pagamento de multa civil na quantia dez vezes no valor de sua remuneração de prefeito; proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais e creditícios, direta ou indiretamente, pelo prazo de três anos.

A juíza deixou de decretar a perda do cargo (por já ter expirado o mandato) e de condenar em reparação de danos, uma vez que não houve prejuízos ao erário.

DENÚNCIA – Raimundo Almeida foi denunciado pelo Ministério Público estadual com base em procedimento judicial que tramitou na Vara do Trabalho de Bacabal. O MPE pediu a condenação do ex-prefeito nas penas impostas pelo artigo 12, inciso III, da Lei 8.429/92, pelo ressarcimento integral do dano, a suspensão dos direitos políticos, proibição de contratar com o Poder Público, pagamento de multa civil e pagamento das custas e despesas processuais, bem como perda da função pública.

A juíza fundamentou a sua decisão no fato de que a sentença emitida pela Justiça do Trabalho é prova do ato de improbidade administrativa praticado pelo réu e sustentou não haver dúvida de que o réu manteve irregularmente dois servidores, em 2010, sem a aprovação prévia em concurso público, como funcionários nos quadros dos servidores municipais.

Com isso, o ex-prefeito deixou de cumprir o artigo 37, da Constituição Federal, uma vez que essa conduta atenta contra os princípios da legalidade, moralidade e da impessoalidade – princípios da administração pública –, e infringiu o artigo 11 da Lei de Improbidade Administrativa – nº 8.429/2002.

“A manutenção de servidores municipais denota a existência de dolo genérico, decorrente da vontade de burlar a exigência contida no art. 37, inciso II da Constituição Federal, restando claramente configurado o ato de improbidade administrativa, diante da inobservância dos deveres de honestidade no trato com a coisa pública”, assegurou a magistrada.

Em sua defesa, o réu alegou que os agentes políticos não são subordinados ao regime da lei de improbidade administrativa, disse não existir a demonstração do dolo (intenção) e pediu a improcedência da ação, argumentos rechaçados pela juíza.

Após transitada em julgado, a sentença será comunicada à Justiça Eleitoral e à Câmara Municipal de Lago Verde para que informe o valor percebido pelo condenado e lançada no sistema de condenados por ato de

improbidade, no Conselho Nacional de Justiça.

## **Gaeco e Seccor prendem quatro integrantes de organização criminosa**

Uma operação conjunta do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), deflagrada na manhã desta quarta-feira, 28, resultou na prisão preventiva do delegado Tiago Mattos Bardal, do investigador de polícia João Batista de Sousa Marques e dos advogados Werther Ferraz Junior e Ary Cortez Prado Junior.

Além das prisões, também foram realizadas operações de busca e apreensão nas residências dos envolvidos, nos municípios de São Luís e Imperatriz, nas quais foram apreendidos documentos, celulares e computadores. As ordens judiciais foram expedidas pela 1ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

De acordo com as investigações, os presos se associaram em uma organização com o objetivo de extorquir grupos criminosos, recebendo parte do apurado em assaltos a bancos e fazendo a proteção das quadrilhas, mediante o recebimento de propina. As práticas vinham acontecendo desde 2015, quando Tiago Bardal assumiu a chefia da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic).

Os policiais recebiam cerca de R\$ 100 mil por assalto realizado e cobravam, ainda, para evitar a prisão de líderes das organizações criminosas. A cobrança era feita por intermédio dos advogados presos nesta quarta-feira.

As investigações continuam e buscam averiguar a participação de outros policiais no esquema.

## **Desembargador desmaia durante sessão no Tribunal de Justiça do Maranhão**

O desembargador Guerreiro Júnior passou e chegou a desmaiar, na manhã de ontem (terça-feira -28), numa das câmaras que integra, no Tribunal de Justiça do Maranhão.

O magistrado, que tem problemas de diabetes, foi levado às pressas para um hospital particular, medicado e em seguida solicitou licença por 60 dias para um tratamento mais adequado.

(Com informações do Blog do Djalma Rodrigues)

## **Filha acusada de mandar matar pai é condenada a mais de 20 anos de prisão**

Elineia Francisca Galvão foi condenada na terça-feira (27) a 27 anos e 11 meses de prisão após ser levada a júri popular no município de Pindaré-Mirim, a 255 km de São Luís, por encomendar a morte seu pai, o empresário Fernando Henrique Cruz Pinho, ocorrido no dia 6 de julho de 2017, em Pindaré-Mirim.

A polícia concluiu que os tiros que mataram o empresário foram disparados por Cleiton Cerqueira Frazão, que é primo da vítima. O empresário morreu um dia depois do crime no Hospital Macrorregional de Santa Inês, a 250 km da capital, depois de ser baleado ao fazer uma caminhada pela estrada que liga Pindaré-Mirim e Santa Inês.

A primeira prisão do caso aconteceu no dia 24 de julho de 2017. Investigando e ouvindo testemunhas a polícia chegou a Raimundo Nonato Campos, suspeito de pilotar a motocicleta que transportava o atirador.

No dia 11 de agosto do ano passado foi preso Felipe Rocha Moraes, por ser suspeito de emprestar a motocicleta. No mesmo dia Elineia Francisca também foi presa.

Fernando Henrique Cruz Pinho atuava no comércio de material de construção e aluguel de imóveis na cidade de Pindaré-Mirim.

### O crime

O empresário Fernando Henrique Cruz Pinho atuava no comércio de materiais de construção e alugueis de imóveis e era muito conhecido no município de Pindaré-Mirim. Ele foi baleado no dia 6 de julho de 2017 enquanto fazia caminhada em um trecho da estrada entre Pindaré-Mirim e Santa Inês.

Após ser baleado, ele foi levado para o Hospital Macrorregional de Santa Inês onde faleceu no dia 7 de julho.

## **Ivaldo Rodrigues representa o Poder Executivo em encontro com Príncipe da Família Real**

O secretário municipal de Articulação Política, vereador licenciado Ivaldo Rodrigues (PDT), representou o prefeito Edivaldo (PDT) no encontro desta terça-feira, 27, com o príncipe herdeiro, Sua Alteza Imperial e Real, Dom Bertrand de Orleans e Bragança.

Ivaldo Rodrigues destacou a importância do encontro. “Em nome do Poder Executivo Municipal, na oportunidade, entregamos um presente da cidade de São Luís, um fotolivro de autoria do fotógrafo maranhense, Meirelles Júnior”, disse o secretário.

O vice-chefe da Casa Imperial do Brasil é bisneto da Princesa Isabel e está em São Luís para participar do II Encontro Monárquico do Maranhão realizado no Fórum Desembargador Sarney Costa.

Durante o evento foram debatidos temas voltados ao ideário monárquico.

Também participou do encontro o secretário municipal de Governo Pablo Rebouças.

## **CPI da Cyrela quer ouvir Promotoria, Judiciário e Crea sobre denúncias de irregularidades em imóveis**

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada para investigar as denúncias de irregularidades nos imóveis construídos pela empresa Cyrela no Maranhão, decidiu, nesta terça-feira (27), ouvir a Promotoria do Consumidor, a Vara de Interesses Difusos e Coletivos e um representante do Conselho de Engenharia e Arquitetura (Crea-MA) sobre o caso.

Autor da proposta e presidente da CPI, o deputado Zé Inácio (PT) explicou que o convite será feito à promotora do Consumidor, Lítia Cavalcante, e ao representante do Crea. Já junto ao juiz Douglas Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, será agendada uma visita para que os integrantes da Comissão possam saber detalhes sobre o processo.

Após a reunião, o presidente da CPI deu detalhes do que foi deliberado no primeiro dia de trabalho. De acordo com o deputado, ofícios serão enviados convidando a promotora e o representante do Crea, e, dependendo das agendas deles, serão ouvidos na próxima semana.

“Ao juiz dos Interesses Difusos e Coletivos, a CPI pedirá uma audiência, para que a comissão possa ir lá conversar e conhecer os autos do processo sobre o caso. O objetivo da CPI é investigar irregularidades na construção do empreendimento e o convite ao representante do Crea será para que venha dar esclarecimentos sobre o empreendimento”, disse.

“A CPI vai apurar problemas na construção civil dos prédios e, também, na concessão de alvarás dados por órgãos ambientais. O objeto da CPI vai além da relação de consumidor. Vai concentrar em investigar a construção civil e irregularidades. que por ventura os órgãos tenham cometido, tanto a nível estadual como municipal”, enfatizou.

Sete deputados integram a CPI: Rogerio Cafeteira (DEM - relator), Cesar Pires (PV), Wellington do Curso (PSDB), Francisca Primo (PCdoB), Vinicius Louro (PR) e Bira do Pindaré (PSB), além do autor.

## **URGENTE: Um delegado, um investigador e dois advogados acabam de ser presos no Maranhão**

Na manhã de hoje, 28 de novembro de 2018, a Polícia Civil do Estado do Maranhão, através da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (SECCOR), em trabalho conjunto com o Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público Estadual, cumpriu mandados de prisão preventiva contra o delegado de polícia civil TIAGO MATTOS BARDAL, o investigador JOAO BATISTA DE SOUSA MARQUES e os advogados WERTHER FERRAZ JUNIOR e ARY CORTEZ PRADO JUNIOR, tendo sido realizadas, também, buscas em suas residências. As ações ocorreram, simultaneamente, em São Luis e Imperatriz.

Essas ordens judiciais foram expedidas pela 1ª Vara Criminal de São Luis e decorrem de investigação conjunta iniciada no primeiro semestre deste ano, que aponta que os presos se associaram, de forma estável e permanente, em uma verdadeira organização criminosa, com o intento de extorquir grupos criminosos, vindo a receber parcela dos produtos dos assaltos a agências bancárias, e a proteger, mediante o pagamento de propina, criminosos que integravam o crime organizado.

A engenharia criminosa, a princípio, remonta aos anos de 2015 e 2016, quanto TIAGO BARDAL assumiu a chefia da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (SEIC).

Consta que o então superintendente e o investigador BATISTA, seu homem de confiança, passaram a cobrar propina de quadrilhas que atuavam no Maranhão, especialmente no roubo a banco, e que o faziam por intermédio dos advogados

WERTHER e ARY JUNIOR, estes últimos, ligados ao crime organizado. As informações obtidas dão conta de que os policiais recebiam cerca de R\$100.000,00 (cem mil reais) por assalto realizado, como uma espécie de "pedágio", e que ainda assim cobravam para evitar as prisões de líderes.

Os policiais presos seguem para a Delegacia da Cidade Operária e os advogados para o sistema prisional, onde ficarão à disposição da Justiça.

As investigações avançam, com a intenção de averiguar a participação de outros policiais no esquema criminoso.

## **Governo do Estado e Prefeitura de São Luís abrem Programação Natalina no Sábado (1°)**

A abertura da programação natalina em São Luís, neste sábado (1º), vai iluminar um dos pontos mais bonitos do Centro Histórico da cidade com atrações que prometem encantar ludovicenses e turistas de todas as idades. O Natal de Todos é uma realização do Governo do Maranhão e da Prefeitura de São Luís com o apoio cultural da Companhia Energética do Maranhão (Cemar).

Para a cerimônia de abertura, em frente ao Palácio dos Leões, está previsto fogos de artifício, chegada do Papai Noel, show com o saxofonista Caio Mesquita, apresentação da Banda do Bom Menino, chuva de neve com Trio de Cordas, Coral Adventista e projeção de vídeo mapping com imagens das belezas e cultura do Maranhão cobrindo a fachada do Palácio dos Leões. A programação com diversas atrações segue até o dia 23 de dezembro.

O Natal de Todos este ano vem com uma nova proposta. A Praça Pedro II será transformada em uma Vila Encantada, ambientada com diversos cenários que simbolizam o período natalino. As crianças poderão se divertir nas praças Soldadinho de Chumbo, Ursinhos Polares e Boneco de Neve, admirar a Casa do Papai Noel, a chuva de neve e as luzes da bola encantada. A praça e toda a área do Centro Histórico já estão recebendo decoração especial tornando o local ainda mais bonito para a festa preparada pelo Governo e Prefeitura.

Os elementos de Natal vão decorar fachadas dos principais monumentos da cidade, entre estes, praças, igrejas, prédios históricos e outros espaços públicos.

### **Espaços ganharam decoração e iluminação especiais**

Decoração e uma iluminação especial aumentam o clima e a magia do Natal. Toda área do Centro Histórico, bem como outros espaços da capital, receberam decoração especial tornando o local ainda mais bonito para a festa preparada pelo Governo e Prefeitura. Os elementos de Natal decoram fachadas dos principais monumentos da cidade, entre estes, praças, igrejas, prédios históricos e outros espaços públicos.

Árvores decoradas embelezam ainda mais o cenário de pontos turísticos de grande visitação na capital, dentre outros arranjos natalinos. A maior delas, de 12 metros, vai emoldurar a área externa da Catedral Metropolitana, a Igreja da Sé. A árvore será coberta de micro lâmpadas douradas e enfeites característicos como bolas, cordas e peças luminosas, dentre outros. O Palácio dos Leões ganhará uma árvore do tipo pinheiro, de sete metros de altura.

No Espigão Costeiro, a magia do Natal será completa com outra árvore de sete metros de altura, montada em fibra de vidro. Este mesmo modelo embelezará as praças Deodoro e Pantheon. Na Praça Benedito Leite será instalada uma árvore em 3D, com efeitos luminosos em 360 graus e estrutura toda em camadas que serão preenchidas com micro lâmpadas douradas.

### **Atrações culturais**

As atrações culturais estarão por toda parte. Em frente ao Palácio dos Leões, Tribunal de Justiça, Igreja da Sé, prédio da Sectur, Praça Benedito Leite, sempre aos fins de semana, com espetáculos teatrais, auto de natal, corais, shows musicais, personagens natalinos. No dia 8 de dezembro, por exemplo, está prevista apresentação de pocket show da cantora Luiza Possi, em frente ao Tribunal de Justiça.

Uma das atrações de maior sucesso no ano passado, que recebeu mais de 25 mil pessoas, estará de volta: a projeção de vídeo mapping na fachada do Palácio dos Leões terá sessões diárias até o dia 6 de janeiro. O espetáculo de sons, cores e luzes promete ser uma das grandes atrações da Vila Encantada.

Já a Praça Benedito Leite, sempre aos sábados e domingos, funcionará como Praça de Alimentação, com barracas e vendas de pratos típicos e uma grande variedade gastronômica. O espaço é o mesmo onde ocorre aos domingos a Feirinha de São Luís.

**SERVIÇO:**

**O QUÊ?** Abertura Natal de Todos 2018.

**QUANDO?** Sábado (1º), às 17h30.

**ONDE?** Palácio dos Leões, no Centro Histórico

## **Filha acusada de mandar matar pai é condenada a mais de 20 anos de prisão no Maranhão**

Elineia Francisca Galvão foi condenada na terça-feira (27) a 27 anos e 11 meses de prisão após ser levada a júri popular no município de Pindaré-Mirim, a 255 km de São Luís, por encomendar a morte seu pai, o empresário Fernando Henrique Cruz Pinho, ocorrido no dia 6 de julho de 2017, em Pindaré-Mirim.

A polícia concluiu que os tiros que mataram o empresário foram disparados por Cleiton Cerqueira Frazão, que é primo da vítima. O empresário morreu um dia depois do crime no Hospital Macrorregional de Santa Inês, a 250 km da capital, depois de ser baleado ao fazer uma caminhada pela estrada que liga Pindaré-Mirim e Santa Inês.

A primeira prisão do caso aconteceu no dia 24 de julho de 2017. Investigando e ouvindo testemunhas a polícia chegou a Raimundo Nonato Campos, suspeito de pilotar a motocicleta que transportava o atirador. No dia 11 de agosto do ano passado foi preso Felipe Rocha Moraes, por ser suspeito de emprestar a motocicleta. No mesmo dia Elineia Francisca também foi presa.

Fernando Henrique Cruz Pinho atuava no comércio de material de construção e aluguel de imóveis na cidade de Pindaré-Mirim.

### O crime

O empresário Fernando Henrique Cruz Pinho atuava no comércio de materiais de construção e alugueis de imóveis e era muito conhecido no município de Pindaré-Mirim. Ele foi baleado no dia 6 de julho de 2017 enquanto fazia caminhada em um trecho da estrada entre Pindaré-Mirim e Santa Inês.

Após ser baleado, ele foi levado para o Hospital Macrorregional de Santa Inês onde faleceu no dia 7 de julho.

G1/MA

## Justiça determina que Estado recupere Farol do Saber de Cururupu

terça-feira, novembro 27, 2018 | Postado por neto weba | |

Uma decisão proferida pelo Poder Judiciário de Cururupu determina que o Estado do Maranhão, no prazo de 30 dias, adote as medidas cabíveis para iniciar a reforma do prédio do Farol do Saber, com criação de biblioteca e laboratório de informática, bem como reforma de banheiros e telhado e construção de salas e muro.

Para concluir essas determinações, o requerido terá o prazo de 120 dias a contar da ciência da decisão, sob pena de multa diária no valor de R\$ 1 mil em caso de descumprimento, a ser revertida ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. A decisão tem a assinatura do juiz titular de Cururupu Douglas Lima da Guia.

No mesmo prazo de 30 dias, o Estado deverá apresentar o contrato para a reforma do Farol do Saber e o cronograma de execução da obra, sob pena de multa de mesmo valor. A ação civil pública foi proposta pelo Ministério Público Estadual e visa à reforma/recuperação do prédio no qual funciona o Farol do Saber, que fica na Praça Dô Carvalho, em Cururupu. Conforme o inquérito civil, uma inspeção feita no prédio constatou que o Farol não está aberto ao público; está abandonado; não possui vigia para proteger o patrimônio público; e apresenta necessidade de serviço de capina, pois o mato tomou conta do terreno do Farol.

“É de notório conhecimento público a atividade parlamentar de alguns deputados estaduais que, por meio de indicação ao Governo do Maranhão, solicitam as reformas e revitalizações dos Faróis do Saber espalhados pelo Estado do Maranhão. Ademais, ressalto ser responsabilidade do Estado a promoção de oferta de educação à demanda, nos termos da Constituição Federal, considerando, ainda, que as bibliotecas são meios de educação para todas as idades, além de fontes de pesquisa em livros e através da informática”, observou o juiz Douglas Lima da Guia ao fundamentar a decisão judicial.

O juiz ressaltou a obrigação do Estado em oferecer de cultura, educação e ensino que, no caso, consubstancia-se na reforma do prédio onde se realiza a oferta de biblioteca e sala de informática aos alunos, vez que o atual estado de conservação do imóvel e o atual contexto de segurança não permitem ao atendimento da demanda dos estudantes. “Ou seja, o oferecimento de cultura, educação e ensino está sendo insatisfatório e irresponsável, cabendo ao Estado a imediata regularização da situação da oferta”, frisou.

O juiz explica a necessidade de decidir de forma urgente, por entender que a cultura e a educação são preceitos constitucionais fundamentais e de grande importância para a sociedade, principalmente para os jovens de Cururupu. “A juventude local não possui a oferta de biblioteca e acesso gratuito a livros, computadores e fontes de pesquisa, da foma como têm direito, qual seja, com segurança e conforto”, explica o juiz, antes de decidir favoravelmente ao Ministério Público, estabelecendo as determinações do Estado do Maranhão.

## **Filha acusada de mandar matar pai é condenada a mais de 20 anos de prisão no Maranhão**

Elineia Francisca Galvão foi condenada na terça-feira (27) a 27 anos e 11 meses de prisão após ser levada a júri popular no município de Pindaré-Mirim, a 255 km de São Luís, por encomendar a morte seu pai, o empresário Fernando Henrique Cruz Pinho, ocorrido no dia 6 de julho de 2017, em Pindaré-Mirim.

A polícia concluiu que os tiros que mataram o empresário foram disparados por Cleiton Cerqueira Frazão, que é primo da vítima. O empresário morreu um dia depois do crime no Hospital Macrorregional de Santa Inês, a 250 km da capital, depois de ser baleado ao fazer uma caminhada pela estrada que liga Pindaré-Mirim e Santa Inês.

A primeira prisão do caso aconteceu no dia 24 de julho de 2017. Investigando e ouvindo testemunhas a polícia chegou a Raimundo Nonato Campos, suspeito de pilotar a motocicleta que transportava o atirador. No dia 11 de agosto do ano passado foi preso Felipe Rocha Moraes, por ser suspeito de emprestar a motocicleta. No mesmo dia Elineia Francisca também foi presa.

Fernando Henrique Cruz Pinho atuava no comércio de material de construção e aluguel de imóveis na cidade de Pindaré-Mirim.

### O crime

O empresário Fernando Henrique Cruz Pinho atuava no comércio de materiais de construção e alugueis de imóveis e era muito conhecido no município de Pindaré-Mirim. Ele foi baleado no dia 6 de julho de 2017 enquanto fazia caminhada em um trecho da estrada entre Pindaré-Mirim e Santa Inês.

## **URGENTE: Tiago Bardal e outros três são presos por envolvimento de assaltos a bancos**

O ex-superintendente estadual de investigações criminais (Seic) do Maranhão, Tiago Bardal, foi preso novamente na manhã desta quarta-feira, 28, por conta de uma investigação da Polícia Civil sobre uma quadrilha de assaltos a banco no interior do estado. Ele foi encaminhado para a sede da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), em São Luís, para prestar depoimento.

Além do delegado afastado, o investigador João Batista de Sousa Marques e os advogados Werther Ferraz Júnior e Ary Cortez Prado Júnior também foram presos nesta operação realizada de forma simultânea em São Luís e Imperatriz, nesta manhã. Os mandados de prisão preventiva foram expedidos pela 1ª Vara Criminal de São Luís.

A ação é resultado de uma investigação da Seccor e do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão. As autoridades disseram ainda que as investigações continuam para averiguar a participação de outros policiais no esquema.

### Como funcionava

Pelas informações policiais, a investigação começou em 2018, mas tem como foco ações criminosas entre os anos de 2015 e 2016. Segundo a Seccor e o Gaeco, os presos na manhã desta quarta tinham relações com os bandos de assalto a banco no interior do Maranhão por receberem propina para evitar as prisões dos chefes, por exemplo.

Segundo os investigadores, os policiais mantinham relação direta com os advogados ligados aos assaltantes. Assim, a parte que caberia tanto ao delegado quanto ao investigador em cada negociação girava em torno de R\$ 100 mil.

Os policiais vão ficar recolhidos na carceragem para policiais na Delegacia Especial da Cidade Operária (Decop), enquanto que os advogados devem ficar em alguma unidade do sistema penitenciário do estado.

### Outras ocorrências

Não é a primeira vez que Tiago Bardal é preso. Em março de 2018 quando ainda era superintendente estadual de investigações criminais, ele foi acusado pela própria Secretaria de Segurança Pública de fazer parte de um esquema de contrabando internacional de bebidas alcoólicas e cigarros. Ele foi encontrado por policiais militares durante uma operação perto do Quebra Pote, zona rural de São Luís. A área, depois a investigação mostrou, era rota dos envolvidos em um esquema internacional de contrabando de carga como cigarros e bebidas alcoólicas.

A época, Bardal foi encontrado dentro de um carro com Ricardo Jefferson Muniz Belo, que seria seu advogado. Segundo o secretário de segurança pública, Jefferson Portella, ao ser questionado, o superintendente afirmou

que estava vindo de uma festa, mas depois mudou a versão falando que procurava um sítio para compra.

Na tarde do dia 22 de fevereiro deste ano, Tiago Bardal foi exonerado do cargo e depois a SSP pediu a prisão preventiva dele. A delegada Nilmar da Gama assumiu o cargo de superintendente da Superintendência de Investigações Criminais (Seic).

Neste caso do contrabando, vários policiais militares, entre eles oficiais, foram presos também suspeitos de integrarem o esquema criminoso.

Como o esquema envolvia o mercado clandestino internacional, a Justiça Federal tomou à frente e no fim de abril, revogou a prisão de oito acusados mediante fiança de valores diferentes. O delegado Bardal teve fiança fixada em R\$ 30 mil. Bardal responde também a um crime de contrabando no município de Viana.

## **Delegado Tiago Bardal e integrantes de organização criminosa são presos**

**28/11/2018 09:26:27**

Uma operação conjunta do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), deflagrada na manhã desta quarta-feira, 28, resultou na prisão preventiva do delegado Tiago Mattos Bardal, do investigador de polícia João Batista de Sousa Marques e dos advogados Werther Ferraz Junior e Ary Cortez Prado Junior.

Além das prisões, também foram realizadas operações de busca e apreensão nas residências dos envolvidos, nos municípios de São Luís e Imperatriz, nas quais foram apreendidos documentos, celulares e computadores. As ordens judiciais foram expedidas pela 1ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

De acordo com as investigações, os presos se associaram em uma organização com o objetivo de extorquir grupos criminosos, recebendo parte do apurado em assaltos a bancos e fazendo a proteção das quadrilhas, mediante o recebimento de propina. As práticas vinham acontecendo desde 2015, quando Tiago Bardal assumiu a chefia da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic).

Os policiais recebiam cerca de R\$ 100 mil por assalto realizado e cobravam, ainda, para evitar a prisão de líderes das organizações criminosas. A cobrança era feita por intermédio dos advogados presos nesta quarta-feira.

As investigações continuam e buscam averiguar a participação de outros policiais no esquema.

***Com informações do blog do John Cutrim***

## **APÓS DESCUMPRIR DETERMINAÇÕES PARA PRISÃO DOMICILIAR, EX-PREFEITA TINA MONTELES TEM BENEFÍCIOS REVOGADOS E RECEBE CONDIÇÕES MAIS SEVERAS PARA CUMPRIR SUA PENA.**

A ex-prefeita Tina Monteles foi condenada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão a uma pena de 5 anos e 10 meses, em regime semi-aberto, por irregularidades processos licitatórios quando era gestora do município de Anapurus em 2004.

Em outubro de 2017, Tina Monteles teve a pena de prisão em uma cadeia substituída por prisão domiciliar, e nessa decisão a juíza Maria da Conceição Privado Rêgo concedeu vários privilégios e mordomias para a ex-prefeita. Tina só deveria se recolher em casa a partir das 23h, exceto nos dias de sábado, quando poderia ficar fora de casa a noite toda. Além disso, Tina poderia transitar livremente entre Anapurus, Mata Roma, Chapadinha e São Luís. Até a multa de pouco mais de 19 mil reais, a juíza parcelou em 70 parcelas. Com uma prisão dessas, pessoas mal intencionadas podem até acreditar que o crime compensa.

Pois é, mesmo com todos esses benefícios, que faziam com que parecesse que Tina Monteles nem fosse uma condenada da Justiça, a ex-prefeita teimava em descumprir as condições impostas.

Por várias vezes, Tina foi flagrada frequentando festas em outras cidades e em horário não permitido. Em plena campanha política de 2018, Tina promovia reuniões e comícios em sua casa e em bairros de Anapurus, mesmo estando com os direitos políticos suspensos, conforme determina a Constituição Federal.

Mas uma hora a casa cai. Após várias denúncias, a Promotora de Justiça informou o Juiz de execução penal a situação, solicitando que Tina fosse intimada para prestar esclarecimentos sobre o descumprimento da prisão.

Na audiência, realizada no dia 21 de novembro, Tina negou que tenha descumprido sua prisão domiciliar, mas não adiantou.

O Juiz retirou vários benefícios concedidos à Tina e determinou condições muito mais rigorosas para sua prisão.

Agora Tina deve se recolher em casa a partir das 19h (antes era às 23h); agora Tina pode transitar somente em Anapurus das 8h às 19h, e não pode se ausentar de Anapurus sem autorização judicial (antes podia transitar livremente entre São Luís, Anapurus, Chapadinha e Mata Roma); agora Tina não tem mais o sábado livre, deve estar em casa às 19h, inclusive em domingos e feriados; agora Tina não pode frequentar locais públicos, nem participar ou realizar festas, ainda que em casa, em qualquer época do ano; não pode participar de eventos políticos; e deve comparecer ao fórum a cada 2 meses para justificar suas atividades.

Além disso, disse devia comprovar em até 48 horas o pagamento da multa a que foi condenada.

Mas não é só. Na decisão o juiz já deixou claro que em caso de novo descumprimento das condições impostas, Tina deverá ir para o REGIME FECHADO, com a imediata expedição de mandado de prisão. Estaremos de olho!

## **Delegado é preso por envolvimento com quadrilha de assalto a bancos**

O delegado de Polícia Civil, Thiago Bardal, que até o ano passado comandava a Superintendência de Investigações Criminais do Maranhão, foi preso na manhã de hoje por envolvimento com a quadrilha que assaltou banco e tocou o terror em Bacabal.

Além de Bardal, foram presos na ação conjunta do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), o investigador de polícia João Batista de Sousa Marques e dos advogados Werther Ferraz Junior e Ary Cortez Prado Junior.

De acordo com as investigações, Thiago Bardal e os demais presos se associaram em uma organização com o objetivo de extorquir grupos criminosos, recebendo parte do apurado em assaltos a bancos e fazendo a proteção das quadrilhas, mediante o recebimento de propina. As práticas vinham acontecendo desde 2015, quando Tiago Bardal assumiu a chefia da Seic.

Os policiais recebiam cerca de R\$ 100 mil por assalto realizado. A cobrança era feita por intermédio dos advogados presos.

As investigações continuam e buscam averiguar a participação de outros policiais no esquema.

## **Urgente: Delegado Tiago Bardal foi preso por envolvimento com assaltantes de Banco**

O delegado Tiago Bardal foi preso por envolvimento com assaltantes de Banco na manhã desta quinta-feira (28), pela Polícia Civil do Estado do Maranhão, através da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (SECCOR), em trabalho conjunto com o Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público Estadual, cumpriu-se os mandados de prisão preventiva contra o delegado de polícia civil Tiago Mattos Bardal, o investigador João Batista de Sousa Marques e os advogados Werther Ferraz Júnior e Ary Cortez Prado Júnior, tendo sido realizadas, também, buscas em suas residências. As ações ocorreram, simultaneamente, em São Luis e Imperatriz.

O delegado chegou a ser preso em março deste ano acusado de participar de um esquema de contrabando internacional de bebidas e cigarros, ele teve sua saída da prisão autorizada pelo desembargador Josemar Lopes Santos, do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Em fevereiro, Thiago Bardal foi exonerado do cargo e depois a SSP pediu a prisão preventiva dele. A delegada Nilmar da Gama assumiu o cargo de superintendente da Superintendência de Investigações Criminais (SEIC).

Mais sobre a prisão desta manhã

As ordens judiciais foram expedidas pela 1 Vara Criminal de São Luis e decorrem de investigação conjunta iniciada no primeiro semestre deste ano, que aponta que os presos se associaram, de forma estável e permanente, em uma verdadeira organização criminosa, com o intento de extorquir grupos criminosos, vindo a receber parcela dos produtos dos assaltos a agências bancárias, e a proteger, mediante o pagamento de propina, criminosos que integravam o crime organizado.

A engenharia criminosa, a princípio, remonta aos anos de 2015 e 2016, quanto Tiago Bardal ocupava o cargo de chefia da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic).

Consta que o então superintendente e o investigador Batista, seu homem de confiança, passaram a cobrar propina de quadrilhas que atuavam no Maranhão, especialmente no roubo a banco, e que o faziam por intermédio dos advogados Werther e Ary Júnior, estes últimos, ligados ao crime organizado. As informações obtidas dão conta de que os policiais recebiam cerca de R\$100.000,00 (cem mil reais) por assalto realizado, como uma espécie de "pedágio", e que ainda assim cobravam para evitar as prisões de líderes.

Os policiais presos seguem para a Delegacia da Cidade Operária e os advogados para o sistema prisional, onde ficarão à disposição da Justiça.

Essas ordens judiciais foram expedidas pela 1a Vara Criminal de São Luis e decorrem de investigação conjunta

iniciada no primeiro semestre deste ano, que aponta que os presos se associaram, de forma estável e permanente, em uma verdadeira organização criminosa, com o intento de extorquir grupos criminosos, vindo a receber parcela dos produtos dos assaltos a agências bancárias, e a proteger, mediante o pagamento de propina, criminosos que integravam o crime organizado.

A engenharia criminosa, a princípio, remonta aos anos de 2015 e 2016, quanto Tiago Bardal assumiu a chefia da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic).

Consta que o então superintendente e o investigador Batista, seu homem de confiança, passaram a cobrar propina de quadrilhas que atuavam no Maranhão, especialmente no roubo a banco, e que o faziam por intermédio dos advogados Werther e Ary Júnior, estes últimos, ligados ao crime organizado. As informações obtidas dão conta de que os policiais recebiam cerca de R\$100.000,00 (cem mil reais) por assalto realizado, como uma espécie de "pedágio", e que ainda assim cobravam para evitar as prisões de líderes.

Os policiais presos seguem para a Delegacia da Cidade Operária e os advogados para o sistema prisional, onde ficarão à disposição da Justiça.

As investigações avançam, com a intenção de averiguar a participação de outros policiais no esquema criminoso.

Mais detalhes serão repassados a imprensa pelo secretário Jefferson Pòrtela em coletiva pelo período da tarde em São Luís.

Com informações do blog do Gilberto Lima

## **Maranhão: Tiago Bardal e mais três são presos por envolvimento com bandos de assaltos a banco, diz polícia**

O ex-superintendente estadual de investigações criminais (Seic) do Maranhão, Tiago Bardal, foi preso novamente na manhã desta quarta-feira (28) por conta de uma investigação da Polícia Civil sobre uma quadrilha de assaltos a banco no interior do estado. Ele foi encaminhado para a sede da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), em São Luís, para prestar depoimento.

Além do delegado afastado, o investigador João Batista de Sousa Marques e os advogados Werther Ferraz Júnior e Ary Cortez Prado Júnior também foram presos nesta operação realizada de forma simultânea em São Luís e Imperatriz, nesta manhã. Os mandados de prisão preventiva foram expedidos pela 1ª Vara Criminal de São Luís.

A ação é resultado de uma investigação da Seccor e do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão.

### Como funcionava

Pelas informações policiais, a investigação começou em 2018, mas tem como foco ações criminosas entre os anos de 2015 e 2016. Segundo a Seccor e o Gaeco, os presos na manhã desta quarta tinham relações com os bandos de assalto a banco no interior do Maranhão por receberem propina para evitar as prisões dos chefes, por exemplo.

Segundo os investigadores, os policiais mantinham relação direta com os advogados ligados aos assaltantes. Assim, a parte que caberia tanto ao delegado quanto ao investigador em cada negociação girava em torno de R\$ 100 mil.

Os policiais vão ficar recolhidos na carceragem para policiais na Delegacia Especial da Cidade Operária (Decop), enquanto que os advogados devem ficar em alguma unidade do sistema penitenciário do estado.

### Outras ocorrências

Não é a primeira vez que Tiago Bardal é preso. Em março de 2018 quando ainda era superintendente estadual de investigações criminais, ele foi acusado pela própria Secretaria de Segurança Pública de fazer parte de um esquema de contrabando internacional de bebidas alcoólicas e cigarros.

Ele foi encontrado por policiais militares durante uma operação perto do Quebra Pote, zona rural de São Luís. A área, depois a investigação mostrou, era rota dos envolvidos em um esquema internacional de contrabando de carga como cigarros e bebidas alcoólicas.

A época, Bardal foi encontrado dentro de um carro com Ricardo Jefferson Muniz Belo, que seria seu advogado. Segundo o secretário de segurança pública, Jefferson Portella, ao ser questionado, o superintendente afirmou que estava vindo de uma festa, mas depois mudou a versão falando que procurava um sítio para compra.

Na tarde do dia 22 de fevereiro deste ano, Tiago Bardal foi exonerado do cargo e depois a SSP pediu a prisão preventiva dele. A delegada Nilmar da Gama assumiu o cargo de superintendente da Superintendência de Investigações Criminais (Seic).

Neste caso do contrabando, vários policiais militares, entre eles oficiais, foram presos também suspeitos de integrarem o esquema criminoso.

Como o esquema envolvia o mercado clandestino internacional, a Justiça Federal tomou à frente e no fim de abril, revogou a prisão de oito acusados mediante fiança de valores diferentes. O delegado Bardal teve fiança fixada em R\$ 30 mil. Bardal responde também a um crime de contrabando no município de Viana.

fonte: [g1.globo.com](http://g1.globo.com)

## **Tiago Bardal e mais três pessoas são presas por envolvimento com assaltos a banco**

**28/11/2018 10:00:13**

O delegado de polícia e ex-superintendente estadual de investigações criminais do Maranhão, Tiago Bardal, foi preso novamente na manhã desta quarta-feira (28) pela Polícia Civil pelo envolvimento com uma quadrilha de assaltos a banco no interior do estado. Além do delegado afastado, o investigador João Batista de Sousa Marques e os advogados Werther Ferraz Júnior e Ary Cortez Prado Júnior também foram presos nesta operação realizada de forma simultânea em São Luís e Imperatriz.

Thiago foi encaminhado para a sede da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), em São Luís, para prestar depoimento. Os mandados de prisão preventiva foram expedidos pela 1ª Vara Criminal de São Luís.

A operação que prendeu os quatro envolvidos é resultado de uma investigação da Seccor e do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão. As autoridades disseram ainda que as investigações continuam para averiguar a participação de outros policiais no esquema.

Em nota, a Secretaria de Estado da Segurança Pública informa que a investigação começou em 2018, mas tem como foco ações criminosas entre os anos de 2015 e 2016. Os presos na manhã desta quarta tinham relações com os bandos de assalto a banco no interior do Maranhão por receberem propina para evitar as prisões dos chefes.

Segundo a Seccor e o Gaeco, os policiais mantinham relação direta com os advogados ligados aos assaltantes. As informações obtidas dão conta de que os policiais recebiam cerca de cem mil reais por assalto realizado, como uma espécie de "pedágio", e que ainda assim cobravam para evitar as prisões de líderes.

Os policiais vão ficar recolhidos na carceragem para policiais na Delegacia Especial da Cidade Operária (Decop), enquanto que os advogados devem ficar em alguma unidade do sistema penitenciário do estado.

## **CPI da Cyrela quer ouvir Promotoria, Judiciário e Crea sobre denúncias de irregularidades em imóveis**

28/11/2018 11:00:37

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada para investigar as denúncias de irregularidades nos imóveis construídos pela empresa Cyrela no Maranhão, decidiu, nesta terça-feira (27), ouvir a Promotoria do Consumidor, a Vara de Interesses Difusos e Coletivos e um representante do Conselho de Engenharia e Arquitetura (Crea-MA) sobre o caso.

Autor da proposta e presidente da CPI, o deputado Zé Inácio (PT) explicou que o convite será feito à promotora do Consumidor, Lítia Cavalcante, e ao representante do Crea. Já junto ao juiz Douglas Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, será agendada uma visita para que os integrantes da Comissão possam saber detalhes sobre o processo.

Após a reunião, o presidente da CPI deu detalhes do que foi deliberado no primeiro dia de trabalho. De acordo com o deputado, ofícios serão enviados convidando a promotora e o representante do Crea, e, dependendo das agendas deles, serão ouvidos na próxima semana.

"Ao juiz dos Interesses Difusos e Coletivos, a CPI pedirá uma audiência, para que a comissão possa ir lá conversar e conhecer os autos do processo sobre o caso. O objetivo da CPI é investigar irregulares na construção do empreendimento e o convite ao representante o Crea será para que venha dar esclarecimentos sobre o empreendimento", disse.

"A CPI vai apurar problemas na construção civil dos prédios e, também, na concessão de alvarás dados por órgãos ambientais. O objeto da CPI vai além da relação de consumidor. Vai concentrar em investigar a construção civil e irregularidades. que por ventura os órgãos tenham cometido, tanto a nível estadual como municipal", enfatizou.

Sete deputados integram a CPI: Rogerio Cafeteira (DEM - relator), Cesar Pires (PV), Wellington do Curso (PSDB), Francisca Primo (PCdoB), Vinicius Louro (PR) e Bira do Pindaré (PSB), além do autor.

## **Ex-superintendente da SEIC, investigador e advogados são presos por envolvimento com bandos criminosos no Maranhão**

28/11/2018 00:00:00

Do G1MA

O ex-superintendente estadual de investigações criminais (Seic) do Maranhão, Tiago Bardal, foi preso novamente na manhã desta quarta-feira (28) por conta de uma investigação da Polícia Civil sobre uma quadrilha de assaltos a banco no interior do estado. Ele foi encaminhado para a sede da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), em São Luís, para prestar depoimento.

Além do delegado afastado, o investigador João Batista de Sousa Marques e os advogados Werther Ferraz Júnior e Ary Cortez Prado Júnior também foram presos nesta operação realizada de forma simultânea em São Luís e Imperatriz, nesta manhã. Os mandados de prisão preventiva foram expedidos pela 1ª Vara Criminal de São Luís.

A ação é resultado de uma investigação da Seccor e do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão.

Como funcionava

Pelas informações policiais, a investigação começou em 2018, mas tem como foco ações criminosas entre os anos de 2015 e 2016. Segundo a Seccor e o Gaeco, os presos na manhã desta quarta tinham relações com os bandos de assalto a banco no interior do Maranhão por receberem propina para evitar as prisões dos chefes, por exemplo.

Segundo os investigadores, os policiais mantinham relação direta com os advogados ligados aos assaltantes. Assim, a parte que caberia tanto ao delegado quanto ao investigador em cada negociação girava em torno de R\$ 100 mil.

Os policiais vão ficar recolhidos na carceragem para policiais na Delegacia Especial da Cidade Operária (Decop), enquanto que os advogados devem ficar em alguma unidade do sistema penitenciário do estado.

Outras ocorrências

Não é a primeira vez que Tiago Bardal é preso. Em março de 2018 quando ainda era superintendente estadual de investigações criminais, ele foi acusado pela própria Secretaria de Segurança Pública de fazer parte de um esquema de contrabando internacional de bebidas alcoólicas e cigarros.

## **Gaeco e Seccor prendem um delegado e mais três integrantes de organização criminosa no Maranhão**

Uma operação conjunta do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), deflagrada na manhã desta quarta-feira, 28, resultou na prisão preventiva do delegado Tiago Mattos Bardal, do investigador de polícia João Batista de Sousa Marques e dos advogados Werther Ferraz Junior e Ary Cortez Prado Junior.

Além das prisões, também foram realizadas operações de busca e apreensão nas residências dos envolvidos, nos municípios de São Luís e Imperatriz, nas quais foram apreendidos documentos, celulares e computadores. As ordens judiciais foram expedidas pela 1ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

De acordo com as investigações, os presos se associaram em uma organização com o objetivo de extorquir grupos criminosos, recebendo parte do apurado em assaltos a bancos e fazendo a proteção das quadrilhas, mediante o recebimento de propina. As práticas vinham acontecendo desde 2015, quando Tiago Bardal assumiu a chefia da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic).

Os policiais recebiam cerca de R\$ 100 mil por assalto realizado e cobravam, ainda, para evitar a prisão de líderes das organizações criminosas. A cobrança era feita por intermédio dos advogados presos nesta quarta-feira.

## **Gaeco e Seccor prendem quatro integrantes de organização criminosa**

Uma operação conjunta do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), deflagrada na manhã desta quarta-feira, 28, resultou na prisão preventiva do delegado Tiago Mattos Bardal, do investigador de polícia João Batista de Sousa Marques e dos advogados Werther Ferraz Junior e Ary Cortez Prado Junior.

Além das prisões, também foram realizadas operações de busca e apreensão nas residências dos envolvidos, nos municípios de São Luís e Imperatriz, nas quais foram apreendidos documentos, celulares e computadores. As ordens judiciais foram expedidas pela 1ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

De acordo com as investigações, os presos se associaram em uma organização com o objetivo de extorquir grupos criminosos, recebendo parte do apurado em assaltos a bancos e fazendo a proteção das quadrilhas, mediante o recebimento de propina. As práticas vinham acontecendo desde 2015, quando Tiago Bardal assumiu a chefia da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic).

Os policiais recebiam cerca de R\$ 100 mil por assalto realizado e cobravam, ainda, para evitar a prisão de líderes das organizações criminosas. A cobrança era feita por intermédio dos advogados presos nesta quarta-feira.

As investigações continuam e buscam averiguar a participação de outros policiais no esquema.

Redação: CCOM-MPMA

## **Delegado Tiago Bardal e mais três são presos por envolvimento com assaltantes de bancos e extorsão**

A Polícia Civil do Maranhão, através da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (SECCOR), em trabalho conjunto com o Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público Estadual, cumpriu na manhã desta quarta-feira (28), mandados de prisão preventiva contra o delegado de polícia civil Tiago Mattos Bardal, o investigador João Batista de Sousa Marques e os advogados Werther Ferraz Júnior e Ary Cortez Prado Júnior, tendo sido realizadas, também, buscas em suas residências. As ações ocorreram, simultaneamente, em São Luis e Imperatriz.

Essas ordens judiciais foram expedidas pela 1ª Vara Criminal de São Luis e decorrem de investigação conjunta iniciada no primeiro semestre deste ano, que aponta que os presos se associaram, de forma estável e permanente, em uma verdadeira organização criminosa, com o intento de extorquir grupos criminosos, vindo a receber parcela dos produtos dos assaltos a agências bancárias, e a proteger, mediante o pagamento de propina, criminosos que integravam o crime organizado.

A engenharia criminosa, a princípio, remonta aos anos de 2015 e 2016, quanto Tiago Bardal assumiu a chefia da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (SEIC).

Consta que o então superintendente e o investigador Batista, seu homem de confiança, passaram a cobrar propina de quadrilhas que atuavam no Maranhão, especialmente no roubo a banco, e que o faziam por intermédio dos advogados Whether e Ary Júnior, estes últimos, ligados ao crime organizado. As informações obtidas dão conta de que os policiais recebiam cerca de R\$ 100 mil por assalto realizado, como uma espécie de “pedágio”, e que ainda assim cobravam para evitar as prisões de líderes.

Os policiais presos seguem para a Delegacia da Cidade Operária e os advogados para o sistema prisional, onde ficarão à disposição da Justiça.

As investigações avançam, com a intenção de averiguar a participação de outros policiais no esquema criminoso.

Foto: Reprodução/TV Mirante

## **CPI da Cyrela convida promotora Lítia Cavalcante**

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada para investigar as denúncias de irregularidades nos imóveis construídos pela empresa Cyrela no Maranhão, decidiu, nesta terça-feira (27), ouvir a Promotoria do Consumidor, a Vara de Interesses Difusos e Coletivos e um representante do Conselho de Engenharia e Arquitetura (Crea-MA) sobre o caso.

Autor da proposta e presidente da CPI, o deputado Zé Inácio (PT) explicou que o convite será feito à promotora do Consumidor, Lítia Cavalcante, e ao representante do Crea. Já junto ao juiz Douglas Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, será agendada uma visita para que os integrantes da Comissão possam saber detalhes sobre o processo.

Após a reunião, o presidente da CPI deu detalhes do que foi deliberado no primeiro dia de trabalho. De acordo com o deputado, ofícios serão enviados convidando a promotora e o representante do Crea, e, dependendo das agendas deles, serão ouvidos na próxima semana.

“Ao juiz dos Interesses Difusos e Coletivos, a CPI pedirá uma audiência, para que a comissão possa ir lá conversar e conhecer os autos do processo sobre o caso. O objetivo da CPI é investigar irregulares na construção do empreendimento e o convite ao representante o Crea será para que venha dar esclarecimentos sobre o empreendimento”, disse.

“A CPI vai apurar problemas na construção civil dos prédios e, também, na concessão de alvarás dados por órgãos ambientais. O objeto da CPI vai além da relação de consumidor. Vai concentrar em investigar a construção civil e irregularidades. que por ventura os órgãos tenham cometido, tanto a nível estadual como municipal”, enfatizou.

Sete deputados integram a CPI: Rogerio Cafeteira (DEM - relator), Cesar Pires (PV), Wellington do Curso (PSDB), Francisca Primo (PCdoB), Vinicius Louro (PR) e Bira do Pindaré (PSB), além do autor.

Foto: Agência Assembleia

## **TJMA | Mantida Condenação de Mulher que Cometeu Crime de Injúria Racial**

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve decisão de primeira instância que condenou Tibúrcia Alcione Figueiredo Dallin pelo crime de injúria racial, por ter chamado de “macaca” uma funcionária da loja Renner, no Shopping da Ilha, em São Luís, pelo simples fato de ter-lhe sido negado um aumento de limite no cartão de crédito.

A condenação estabelece pena total de um ano de reclusão a ser cumprida em regime inicialmente aberto, além de dez dias-multa.

Resultado de imagem para relator o desembargador Raimundo Melo  
Desembargador Raimundo Melo

O processo teve como relator o desembargador Raimundo Melo, cujo voto foi seguido pelos desembargadores Bayma Araujo e João Santana de Sousa, que mantiveram o entendimento do Juiz de Direito Luis Carlos Dutra dos Santos, da 6ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

Em seu voto, o desembargador Raimundo Melo ressaltou que a prova colhida em juízo é consistente, comprovando a prática do delito, previsto no artigo 140, parágrafo 3º, do Código Penal.

“Confrontando-se a pretensão acusatória e as declarações da vítima e testemunhas, resta indubitoso o fato da ré ter se dirigido à vítima ofendendo-a e chamando-a agressivamente de “macaca”, frisou o magistrado.

Além do depoimento da vítima confirmando o delito, testemunhas presenciais confirmaram as ofensas de Tibúrcia Alcione Figueiredo Dallin, que soletrou o termo “macaca” por várias vezes, com o intuito de constranger e humilhar a vítima.

Para o desembargador, o elemento de cor e raça qualifica a injúria praticada, não havendo cogitar da atipicidade da imputação, tampouco da deficiência probatória aventada pela defesa.

“Não cabe reforma da decisão de primeira instância, pois a injúria mostra-se por demais ofensiva à honra e à dignidade da vítima, e por isso desproporcional sob qualquer aspecto”, assinalou o desembargador Raimundo Melo.

## **Tiago Bardal e mais três são presos por envolvimento com bandos de assaltos a banco, diz polícia.**

MARANHÃO - Mandados de prisão foram cumpridos na manhã desta quarta-feira (28) em São Luís e Imperatriz. Além do delegado afastado, um investigador e dois advogados foram presos.

O ex-superintendente estadual de investigações criminais (Seic) do Maranhão, Tiago Bardal, foi preso novamente na manhã desta quarta-feira (28) por conta de uma investigação da Polícia Civil sobre uma quadrilha de assaltos a banco no interior do estado. Ele foi encaminhado para a sede da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), em São Luís, para prestar depoimento.

Além do delegado afastado, o investigador João Batista de Sousa Marques e os advogados Werther Ferraz Júnior e Ary Cortez Prado Júnior também foram presos nesta operação realizada de forma simultânea em São Luís e Imperatriz, nesta manhã. Os mandados de prisão preventiva foram expedidos pela 1ª Vara Criminal de São Luís.

A ação é resultado de uma investigação da Seccor e do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão. As autoridades disseram ainda que as investigações continuam para averiguar a participação de outros policiais no esquema.

### Como funcionava

Pelas informações policiais, a investigação começou em 2018, mas tem como foco ações criminosas entre os anos de 2015 e 2016. Segundo a Seccor e o Gaeco, os presos na manhã desta quarta tinham relações com os bandos de assalto a banco no interior do Maranhão por receberem propina para evitar as prisões dos chefes, por exemplo.

Segundo os investigadores, os policiais mantinham relação direta com os advogados ligados aos assaltantes. Assim, a parte que caberia tanto ao delegado quanto ao investigador em cada negociação girava em torno de R\$ 100 mil.

Os policiais vão ficar recolhidos na carceragem para policiais na Delegacia Especial da Cidade Operária (Decop), enquanto que os advogados devem ficar em alguma unidade do sistema penitenciário do estado.

### Outras ocorrências

Não é a primeira vez que Tiago Bardal é preso. Em março de 2018 quando ainda era superintendente estadual de investigações criminais, ele foi acusado pela própria Secretaria de Segurança Pública de fazer parte de um esquema de contrabando internacional de bebidas alcoólicas e cigarros.

Ele foi encontrado por policiais militares durante uma operação perto do Quebra Pote, zona rural de São Luís. A área, depois a investigação mostrou, era rota dos envolvidos em um esquema internacional de contrabando de carga como cigarros e bebidas alcoólicas.

A época, Bardal foi encontrado dentro de um carro com Ricardo Jefferson Muniz Belo, que seria seu advogado. Segundo o secretário de segurança pública, Jefferson Portella, ao ser questionado, o superintendente afirmou que estava vindo de uma festa, mas depois mudou a versão falando que procurava um sítio para compra.

Na tarde do dia 22 de fevereiro deste ano, Tiago Bardal foi exonerado do cargo e depois a SSP pediu a prisão preventiva dele. A delegada Nilmar da Gama assumiu o cargo de superintendente da Superintendência de Investigações Criminais (Seic).

Neste caso do contrabando, vários policiais militares, entre eles oficiais, foram presos também suspeitos de integrarem o esquema criminoso.

Como o esquema envolvia o mercado clandestino internacional, a Justiça Federal tomou à frente e no fim de abril, revogou a prisão de oito acusados mediante fiança de valores diferentes. O delegado Bardal teve fiança fixada em R\$ 30 mil. Bardal responde também a um crime de contrabando no município de Viana.

## Judiciário abre Balcão de Renegociação de Dívidas em Paço do Lumiar

Até sexta-feira (30), cidadãos podem negociar débitos com empresas e instituições, durante o “VI Balcão de Renegociação de Dívidas”, no Pátio Norte Shopping, localizado no município de Paço do Lumiar. A iniciativa – que acontece das 10h às 18h – é promovida pelo Tribunal de Justiça do Maranhão com o apoio do Governo do Estado.

A ação integra o projeto ‘Consumidor Adimplente – Cidadão com Plenos Direitos’, desenvolvido pelo Núcleo de Solução de Conflitos do TJMA, com vistas a possibilitar o encontro de consumidores em situação de inadimplência com entidades credoras, facilitando o diálogo e a renegociação de dívidas.

O evento foi aberto nesta segunda (26), pelo presidente do Núcleo, desembargador José Luiz Almeida, que ressaltou o alcance social do projeto ao possibilitar aos cidadãos resolverem suas questões financeiras de forma simples, rápida, por meio do diálogo.

Além de diversos parceiros, também participaram da abertura do evento o juiz diretor da Corregedoria, Marcelo Moreira; a juíza coordenadora do Centro de Conciliação de Paço do Lumiar, Joelma Sousa Santos, que também integra a equipe organizadora desta edição do Balcão; a chefe de gabinete da Secretaria de Estado da Fazenda, Fátima Pereira da Silva.

Os proprietários do Pátio Norte Shopping, Parmênio Carvalho e Parmênio Carvalho Júnior, enaltecem a iniciativa do Judiciário, ressaltando que vai ao encontro da proposta do grupo Canopus Construções, de agregar valor junto à sociedade.

Quem já compareceu à abertura do Balcão saiu satisfeito com o atendimento dispensado pelos servidores da Justiça e pelos parceiros, e, principalmente, com as negociações feitas. Foi o caso da aposentada Maria José Ferreira, que conseguiu solucionar uma questão antiga com a companhia de abastecimento de água e esgoto, BRK ambiental, referente a três contas de água vencidas.

Durante o evento, o juiz Alexandre Abreu divulgou dados oficiais das nove edições anteriores do Balcão – realizadas em São Luís e nas comarcas de Imperatriz, Santa Inês, São José de Ribamar e Timon – que registraram a marca de 21 mil atendimentos, 41 milhões (débitos originais) e mais de R\$ 26 milhões em débitos renegociados, com uma média de descontos de 36,5%.

Além da renegociação de dívidas, outros serviços estão sendo oferecidos, incluindo atendimento de solicitações (alterações cadastrais, ativação de contas), consultoria financeira, oferta para contratos habitacionais, reclamações (problemas de cobertura, contestações de contas), cadastro de clientes na tarifa social de energia de baixa renda, recebimento (de IPVA, ICMS, ISS e IPTU), encaminhamento de acordo para homologação judicial, entre outros.

Também há orientação e conscientização de direitos, com distribuição de cartilhas, tabelas de controle financeiro e panfletos para orientar o consumidor.

Empresas, banco, concessionárias de serviços públicos, instituição de ensino superior participam do evento, além de centenas de empresas acessíveis por plataformas digitais.

Dentre as empresas e instituições, estão: Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Secretarias Municipal e Estadual da Fazenda, Banco Bradesco, Cemar, Lojas Santa Maria, CEAP-MA, BRK Ambiental, Universal Informática, CEIPROVIF, Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF), Lojas Torres, além de diversas lojas instaladas no shopping.

Os consumidores interessados em renegociar dívidas devem comparecer ao local, munidos de cópias e originais de documentos pessoais, com número de CPF, além de comprovantes da dívida adquirida (faturas de consumo, notas fiscais, boletos etc.).

## Plataformas

Durante o evento, o consumidor pode, ainda, propor acordos, cadastrar reclamações ou solicitar o agendamento de audiências com empresas que não estão participando do Balcão.

Para isso, basta dirigir-se à equipe do Centro de Conciliação, em uma área reservada no shopping, que irá providenciar o cadastro dos cidadãos interessados, nas plataformas eletrônicas “mediacaodigital” e “consumidor.gov.br” – sistemas de facilitação no processo de mediação direta entre consumidores e empresas, disponibilizados respectivamente, pelo Ministério da Justiça e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A ideia é fomentar o Programa de Estímulo ao Uso dos Mecanismos Virtuais para Solução de Conflitos, que integra a Política Nacional de Tratamento Adequado de Solução de Conflitos, instituída pelo CNJ por meio da Resolução n° 125/2010 que, através da Emenda n° 2, de março de 2016, incluiu orientações ao uso de mecanismos alternativos de solução de controvérsias antes da judicialização, seguindo também, a nova sistemática do Código de Processo Civil (CPC).

Os cidadãos interessados em participar do Balcão podem ligar para o 0800 707 1581 (Telejudiciário) para mais informações.

## **FILHA ACUSADA DE MANDAR MATAR PAI EM PINDARÉ-MIRIM É CONDENADA A 27 ANOS DE PRISÃO**

ELINEIA FRANCISCA GALVÃO FOI CONDENADA NA TERÇA (27) A 27 ANOS E 11 MESES DE PRISÃO PELA MORTE DO EMPRESÁRIO FERNANDO HENRIQUE CRUZ PINHO OCORRIDA EM 2017.

Elineia Francisca Galvão foi condenada na terça-feira (27) a 27 anos e 11 meses de prisão após ser levada a júri popular no município de Pindaré-Mirim por encomendar a morte seu pai, o empresário Fernando Henrique Cruz Pinho, ocorrido no dia 6 de julho de 2017, em Pindaré-Mirim.

A polícia concluiu que os tiros que mataram o empresário foram disparados por Cleiton Cerqueira Frazão, que é primo da vítima. O empresário morreu um dia depois do crime no Hospital Macrorregional de Santa Inês, a 250 km da capital, depois de ser baleado ao fazer uma caminhada pela estrada que liga Pindaré-Mirim e Santa Inês.

A primeira prisão do caso aconteceu no dia 24 de julho de 2017. Investigando e ouvindo testemunhas a polícia chegou a Raimundo Nonato Campos, suspeito de pilotar a motocicleta que transportava o atirador. No dia 11 de agosto do ano passado foi preso Felipe Rocha Moraes, por ser suspeito de emprestar a motocicleta. No mesmo dia Elineia Francisca também foi presa.

Fernando foi baleado quando fazia caminhada.

Fernando Henrique Cruz Pinho atuava no comércio de material de construção e aluguel de imóveis na cidade de Pindaré-Mirim.

### O crime

O empresário Fernando Henrique Cruz Pinho atuava no comércio de materiais de construção e alugueis de imóveis e era muito conhecido no município de Pindaré-Mirim. Ele foi baleado no dia 6 de julho de 2017 enquanto fazia caminhada em um trecho da estrada entre Pindaré-Mirim e Santa Inês.

Após ser baleado, ele foi levado para o Hospital Macrorregional de Santa Inês onde faleceu no dia 7 de julho.

## **Delegado, advogados e investigador são presos acusados de envolvimento com assaltantes de banco**

O delegado afastado e ex-superintendente estadual de investigações criminais do Maranhão, Tiago Bardal, foi preso na manhã dessa quarta-feira (28) suspeito de praticar extorsão contra uma quadrilha de assaltantes de bancos.

Além de Tiago Bardal, tiveram a prisão preventiva decretada os advogados Werther Ferraz Junior e Ary Cortez Prado Junior e o investigador João Batista de Sousa Marques.

Segundo as investigações dão conta de que o crime de extorsão começou logo após a prisão de alguns integrantes da quadrilha de assaltantes. A suspeita é de que Bardal e os demais envolvidos tinham acesso as informações dos crimes da quadrilha e assim facilitavam a ação em troca de R\$ 100 mil por assalto realizado, como uma espécie de “pedágio”.

Ainda segundo o secretário, a denúncia contra Tiago Bardal, já havia sido feita há, pelo menos, dois anos, mas acabou sendo arquivada por descrédito.

Agora, após a reabertura do caso pela 1ª Vara de Combate ao Crime Organizado da capital algumas pessoas foram ouvidas e as investigações apontaram o suposto envolvimento do ex-superintendente, dos advogados e do investigador.

Tiago Bardal e João Batista de Sousa Marques foram encaminhados para a Delegacia da Cidade Operária e os advogados para o sistema prisional.

A participação de outros policiais continua sendo investigada.

## **Encontro Nacional da Justiça em Foz do Iguaçu terá novidades**

O XII Encontro Nacional do Poder Judiciário, que acontecerá nos próximos dias 3 e 4 de dezembro, em Foz do Iguaçu (PR), espera recorde de participantes e inovará na apresentação dos painéis temáticos e na definição das Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2019. “Teremos novidades positivas nessa reunião, a primeira na gestão do ministro Dias Toffoli”, informou o secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica, Richard Pae Kim.

O encontro nacional está previsto na Resolução CNJ 198/2014 e reúne a alta administração de todos os tribunais brasileiros. No primeiro dia do evento, o ministro Dias Toffoli, presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), fará uma conferência sobre “Transparência e Eficiência no Poder Judiciário”.

Uma das mudanças está na apresentação dos painéis temáticos, que serão simultâneos e ocorrerão no dia 4 de dezembro, coordenados por juízes auxiliares e conselheiros do CNJ. Os temas escolhidos são: “A desburocratização no Poder Judiciário”, “Formação de servidores do Poder Judiciário”, “Mecanismos de conciliação em ações de massa”, “Centros de inteligência do Poder Judiciário”, “O Judiciário e o sistema prisional: análise situacional, compreensão do cenário e caminhos para seguir” e “Uso da inteligência artificial nos processos judiciais”.

“Escolhemos temas inovadores e preferimos fazer assim, com exposição e debate simultâneos, para atender os diversos interesses do público que participa do evento”, explicou Pae Kim. A programação do evento está disponível na página do evento, acessível aqui.

Ainda durante o encontro, os presidentes dos 90 tribunais brasileiros, sob a coordenação do CNJ, aprovarão as Metas Nacionais do Judiciário e específicas para cada ramo de Justiça para 2019.

As propostas já passaram por várias etapas de avaliação. A última foi concluída em 12 de novembro, quando o CNJ encerrou a consulta pública disponibilizada em seu portal na Internet desde 31 de outubro. Foram recebidas 1.093 manifestações durante o período.

Com o resultado preliminar apurado, foi possível identificar que a sociedade aprovou as metas nos termos propostos na consulta pública. A maioria das participações veio da advocacia e dos servidores do Poder Judiciário, 35,6% e 30,9% respectivamente. As sugestões de cidadãos representaram 28% das manifestações. O relatório completo da consulta pública sobre as propostas de Metas Nacionais será publicado no portal do CNJ em breve.

### **Debate público**

Desde abril deste ano, o CNJ colocou em discussão quais deveriam ser as prioridades do Poder Judiciário no próximo ano. No final de agosto, foi realizada a reunião preparatória para o Encontro, em Brasília, na qual foi

definida a prioridade para 2019: julgar os casos mais antigos. Julgar ações de corrupção e improbidade administrativa também está entre os objetivos mais recorrentes dos tribunais.

Também em agosto deste ano, os tribunais de todos os segmentos de Justiça realizaram atividades para garantir a participação dos cidadãos na escolha das Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2019. Vinte Tribunais Estaduais de Justiça (TJs) se uniram na realização de uma consulta pública, realizada por meio de uma plataforma hospedada no site do Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA), na qual foi possível emitir opiniões sobre quais devem ser as prioridades da Justiça em cada Estado.

A consulta pública já foi concluída e teve participação de 4.137 pessoas - 57% servidores. A consulta pública foi realizada pelos tribunais de Justiça da Bahia, Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Ceará, Distrito Federal e Territórios, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Tocantins e Sergipe.

#### Efeito prático

O efeito prático das Metas do Judiciário já está comprovado. Dados sobre o cumprimento das Metas Nacionais de 2017, por exemplo, indicaram que, pela primeira vez nos últimos anos, o número de processos julgados foi maior do que o número de processos distribuídos no Poder Judiciário, o que contribuiu para cumprir a meta de diminuição dos estoques.

Em 2018, os tribunais trabalharam com oito Metas Nacionais do Poder Judiciário. A Meta 1 estabelece que se deve julgar mais processos que o número de processos distribuídos. A Meta 2 trata do esforço em julgar processos mais antigos, já a Meta 3 visa aumentar os casos solucionados por conciliação (Justiça Federal e Justiça do Trabalho).

Na sequência, a Meta 4 trata da priorização do julgamento de processos relativos à corrupção e improbidade administrativa, a Meta 5 visa impulsionar processos à execução (Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho).

As Metas 6 e 7 tratam, respectivamente, dá prioridade ao julgamento de ações coletivas e ao julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos. Por fim, a Meta 8 trata do fortalecimento da rede de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres (Justiça Estadual).

#### Selo

Durante o encontro em Foz do Iguaçu também serão conhecidos os tribunais premiados por seu desempenho e agraciados com o Selo Justiça em Números. O Selo Justiça em Números foi criado em 2013 e possui as categorias Diamante, Ouro, Prata e Bronze. O reconhecimento é dado aos tribunais que investem na excelência da produção, gestão, organização e disseminação de suas informações administrativas e processuais.

Entre as exigências para recebimento do Selo Justiça em Números está a implantação, pelos tribunais, de núcleos socioambientais, conforme previsto na Resolução CNJ 201, de 2015, que determina aos órgãos do Poder Judiciário a implementação do Plano de Logística Sustentável (PLS) para reduzir o impacto ambiental de suas atividades. Na edição deste ano, dar prioridade aos julgamentos de ações de violência doméstica e homicídios no dia a dia do Judiciário passou a valer pontos na disputa pela principal categoria.

#### SERVIÇO:

XII Encontro Nacional do Poder Judiciário

Data: dias 3 e 4 de dezembro de 2018

Local: Centro de Convenções do Hotel Recanto das Cataratas, Foz do Iguaçu - Paraná.

## CNJ decide esta semana sobre profissionalização de mediador e conciliador

A definição de regras padronizadas em relação à remuneração dos conciliadores e mediadores foi o tema que encerrou os debates do Fórum Nacional da Mediação e Conciliação (Fonamec), ocorrido nesta terça-feira (27/11) na sede do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília. Os parâmetros para o pagamento dos trabalhos exercidos por esses profissionais estão em análise na 40ª Sessão Virtual do CNJ e reforçam a necessidade de capacitação dos conciliadores e mediadores da Justiça, como orienta a Resolução CNJ 125/2010.

A minuta do projeto de resolução, elaborada pelos membros do Fonamec ainda em 2016, está na pauta da sessão virtual que se encerra na próxima sexta-feira (30/11). O Ato Normativo que trata do tema é o de número 0001874-88.2016. Entre outros pontos, a norma prevê o pagamento de honorários, cabendo aos tribunais a fixação dos valores, seja por hora trabalhada, por atos, ou mesmo por valores das causas, de acordo com a conveniência do tribunal.

“Entendemos que o conciliador deve ser bem capacitado e bem remunerado para que ele possa se profissionalizar. Não queremos um mediador que tenha essa atividade como um bico. Mas que possa cada vez mais se capacitar e prestar um bom serviço à sociedade. Anos atrás, a conciliação não tinha tanta importância como hoje. Atualmente, não é mais possível contarmos apenas com ajuda de estagiários ou voluntários”, afirmou o presidente do Fonamec, Paulo César Alves das Neves, juiz da 5ª Vara Cível de Goiânia.

A coordenadora do Movimento Permanente pela Conciliação do CNJ, conselheira Daldice Santana, reforçou a importância do aprimoramento e valorização do trabalho do conciliador e do mediador. “A utilização dos serviços dos Centros Judiciários de Resolução de Conflito (Cejuscs) tem um elevado custo. Não é possível esse profissional não ser remunerado. A excelência é cara. E devemos exigir capacitação e supervisão para, em contrapartida, podermos exigir que o serviço prestado à população seja realmente bom. Quem pode pagar por esse serviço, deverá fazê-lo”, disse a conselheira do CNJ.

A ideia é que as partes paguem o valor da sessão de mediação ou conciliação diretamente ao profissional, independentemente de acordo. “Se der acordo ótimo. Se não, paga do mesmo jeito. A cobrança do valor vai ser fixada pelo tribunal local”, exemplificou Hildebrando da Costa Marques, juiz coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflito (Nupemec) do Tribunal de Justiça do Mato Grosso (TJMT), membro do Comitê Gestor de Conciliação do CNJ.

Leia mais: Decisão judicial deve ser substituída por diálogo entre as partes, diz corregedor

### Ensino à distância

Outro ponto debatido durante o encontro foi a possibilidade de formação online de conciliadores como meio de ampliar o alcance da capacitação dos profissionais. A juíza Valéria Lagrasta, do Nupemec de São Paulo, expôs propostas para o curso, com módulo teórico e prático. “A intenção é fazer o módulo teórico em EaD para ampliar o alcance”, disse. Na fase seguinte, o aluno faria estágio supervisionado de até 100h, como previsto na Resolução CNJ 125/2010.

Ampliar a formação também ajudaria a cumprir o artigo 334 no Código de Processo Civil, que determina a tentativa de conciliação nos processos judiciais. "Para a sessão preliminar, não é necessário conhecimento profundo em conciliação. Uma capacitação básica basta para explicar os métodos e tentar o acordo. Em sessões futuras, seria designado um mediador mais capacitado. Ele pode ser especializado em questões familiares ou empresariais, por exemplo", afirmou Lagrasta. O formato da capacitação segue em debate. "Várias outras pessoas serão ouvidas e informações buscadas para construir o curso."

A proposta segue os eixos da política nacional para o tema, que prevê a centralização das estruturas judiciárias, acompanhamento estatístico e formação adequada. "A regra continua a ser a formação presencial, mas o ensino à distância é uma possibilidade. Não foi feito até hoje, em parte, por falta de uma plataforma que permitisse uma capacitação vivencial, com metodologia ativa", afirmou a conselheira Daldice Santana.

O Fonamec tem como objetivo aperfeiçoar - por meio da troca de experiências - os métodos consensuais de solução de conflitos. O Fonamec é composto pelos Coordenadores dos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) dos Estados e do Distrito Federal e pelos magistrados dirigentes dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus).

## **Justiça interdita bar em Paulo Ramos por venda de bebida alcoólica para menores**

Além disso, a Justiça determinou a suspensão das atividades econômicas do proprietário do estabelecimento.  
Por G1 MA — São Luís, MA

A Justiça do Maranhão determinou a interdição do bar Espaço 10, localizado no município de Paulo Ramos, a 324 km de São Luís, pela venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos. Além disso, o comerciante Orlando Nunes de Sousa teve suas atividades econômicas suspensas.

A denúncia foi requerida pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), que alegou que o comerciante vendia constantemente bebidas alcoólicas para menores, o que caracteriza crime descrito na Lei 8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Em depoimento, dois adolescentes confirmaram que consumiam cerveja livremente no estabelecimento, e a mãe de um dos jovens, que tem 14 anos, também confirmou que seu filho costumava beber no local todos os finais de semana. Durante o depoimento, a mãe disse que o proprietário não tomava nenhuma providência para evitar a venda de bebidas.

De acordo com a decisão, em caso de descumprimento injustificado das medidas, poderão ser adotadas penalidades mais rigorosas ou o comerciante pode ter a prisão preventiva decretada.

## **Justiça mantém condenação a mulher que chamou funcionária de 'macaca' em shopping de São Luís**

Tibúrcia Alcione Figueiredo Dallin foi condenada a um ano de reclusão pelo crime de injúria racial.

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve decisão de primeira instância que condenou Tibúrcia Alcione Figueiredo Dallin pelo crime de injúria racial. Ela teria chamado de “macaca” uma funcionária da loja Renner, no Shopping da Ilha, em São Luís, pela negativa de um aumento de limite no cartão de crédito. Da decisão ainda cabe recurso.

A condenação estabelece pena de um ano de reclusão a ser cumprida em regime inicialmente aberto, além de dez dias-multa. O processo teve como relator o desembargador Raimundo Melo, cujo voto foi seguido pelos desembargadores Bayma Araujo e João Santana de Sousa, que mantiveram o entendimento do Juiz de Direito Luis Carlos Dutra dos Santos, da 6ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

Além do depoimento da vítima confirmando o delito, testemunhas presenciais confirmaram as ofensas de Tibúrcia Alcione Figueiredo Dallin, que teria pronunciado o termo “macaca” por várias vezes com o intuito de constranger e humilhar a vítima.

Em seu voto, o desembargador Raimundo Melo afirmou que a prova colhida em juízo é consistente, comprovando a prática do delito. O magistrado disse ainda que o elemento de cor e raça qualifica a injúria.

“Confrontando-se a pretensão acusatória e as declarações da vítima e testemunhas, resta indubitável o fato de ter se dirigido à vítima ofendendo-a e chamando-a agressivamente de “macaca”

“Não cabe reforma da decisão de primeira instância, pois a injúria mostra-se por demais ofensiva à honra e à dignidade da vítima, e por isso desproporcional sob qualquer aspecto”, assinalou o desembargador Raimundo Melo.

## **Filha acusada de mandar matar pai é condenada a mais de 20 anos de prisão no Maranhão**

Elineia Francisca Galvão foi condenada na terça (27) a 27 anos e 11 meses de prisão pela morte do empresário Fernando Henrique Cruz Pinho ocorrida em 2017 em Pindaré-Mirim.

Por G1 MA — São Luís

28/11/2018 11h05 Atualizado há 2 horas

Mulher acusada de encomendar morte do pai é levada a Júri Popular em Pindaré Mirim

Elineia Francisca Galvão foi condenada na terça-feira (27) a 27 anos e 11 meses de prisão após ser levada a júri popular no município de Pindaré-Mirim, a 255 km de São Luís, por encomendar a morte seu pai, o empresário Fernando Henrique Cruz Pinho, ocorrido no dia 6 de julho de 2017, em Pindaré-Mirim.

A polícia concluiu que os tiros que mataram o empresário foram disparados por Cleiton Cerqueira Frazão, que é primo da vítima. O empresário morreu um dia depois do crime no Hospital Macrorregional de Santa Inês, a 250 km da capital, depois de ser baleado ao fazer uma caminhada pela estrada que liga Pindaré-Mirim e Santa Inês.

A primeira prisão do caso aconteceu no dia 24 de julho de 2017. Investigando e ouvindo testemunhas a polícia chegou a Raimundo Nonato Campos, suspeito de pilotar a motocicleta que transportava o atirador. No dia 11 de agosto do ano passado foi preso Felipe Rocha Moraes, por ser suspeito de emprestar a motocicleta. No mesmo dia Elineia Francisca também foi presa.

Fernando Henrique Cruz Pinho atuava no comércio de material de construção e aluguel de imóveis na cidade de Pindaré-Mirim.

### O crime

O empresário Fernando Henrique Cruz Pinho atuava no comércio de materiais de construção e alugueis de imóveis e era muito conhecido no município de Pindaré-Mirim. Ele foi baleado no dia 6 de julho de 2017 enquanto fazia caminhada em um trecho da estrada entre Pindaré-Mirim e Santa Inês.

Após ser baleado, ele foi levado para o Hospital Macrorregional de Santa Inês onde faleceu no dia 7 de julho.

## Tiago Bardal e mais três são presos por envolvimento com bandos de assaltos a banco, diz polícia

Mandados de prisão foram cumpridos na manhã desta quarta-feira (28) em São Luís e Imperatriz. Além do delegado afastado, um investigador e dois advogados foram presos.

Por G1 Maranhão — São Luís, MA

28/11/2018 08h45 Atualizado há 4 horas

O ex-superintendente estadual de investigações criminais (Seic) do Maranhão, Tiago Bardal, foi preso novamente na manhã desta quarta-feira (28) por conta de uma investigação da Polícia Civil sobre uma quadrilha de assaltos a banco no interior do estado. Ele foi encaminhado para a sede da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), em São Luís, para prestar depoimento.

Além do delegado afastado, o investigador João Batista de Sousa Marques e os advogados Werther Ferraz Júnior e Ary Cortez Prado Júnior também foram presos nesta operação realizada de forma simultânea em São Luís e Imperatriz, nesta manhã. Os mandados de prisão preventiva foram expedidos pela 1ª Vara Criminal de São Luís.

A ação é resultado de uma investigação da Seccor e do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão. As autoridades disseram ainda que as investigações continuam para averiguar a participação de outros policiais no esquema.

### Como funcionava

Pelas informações policiais, a investigação começou em 2018, mas tem como foco ações criminosas entre os anos de 2015 e 2016. Segundo a Seccor e o Gaeco, os presos na manhã desta quarta tinham relações com os bandos de assalto a banco no interior do Maranhão por receberem propina para evitar as prisões dos chefes, por exemplo.

Segundo os investigadores, os policiais mantinham relação direta com os advogados ligados aos assaltantes. Assim, a parte que caberia tanto ao delegado quanto ao investigador em cada negociação girava em torno de R\$ 100 mil.

Os policiais vão ficar recolhidos na carceragem para policiais na Delegacia Especial da Cidade Operária (Decop), enquanto que os advogados devem ficar em alguma unidade do sistema penitenciário do estado.

### Outras ocorrências

Não é a primeira vez que Tiago Bardal é preso. Em março de 2018 quando ainda era superintendente estadual de investigações criminais, ele foi acusado pela própria Secretaria de Segurança Pública de fazer parte de um esquema de contrabando internacional de bebidas alcoólicas e cigarros.

Ele foi encontrado por policiais militares durante uma operação perto do Quebra Pote, zona rural de São Luís. A área, depois a investigação mostrou, era rota dos envolvidos em um esquema internacional de contrabando de carga como cigarros e bebidas alcoólicas.

A época, Bardal foi encontrado dentro de um carro com Ricardo Jefferson Muniz Belo, que seria seu advogado. Segundo o secretário de segurança pública, Jefferson Portella, ao ser questionado, o superintendente afirmou que estava vindo de uma festa, mas depois mudou a versão falando que procurava um sítio para compra.

Na tarde do dia 22 de fevereiro deste ano, Tiago Bardal foi exonerado do cargo e depois a SSP pediu a prisão preventiva dele. A delegada Nilmar da Gama assumiu o cargo de superintendente da Superintendência de Investigações Criminais (Seic).

Neste caso do contrabando, vários policiais militares, entre eles oficiais, foram presos também suspeitos de integrarem o esquema criminoso.

Como o esquema envolvia o mercado clandestino internacional, a Justiça Federal tomou à frente e no fim de abril, revogou a prisão de oito acusados mediante fiança de valores diferentes. O delegado Bardal teve fiança fixada em R\$ 30 mil. Bardal responde também a um crime de contrabando no município de Viana.

## **Delegado Tiago Bardal é preso suspeito extorquir assaltantes**

O delegado da Polícia Civil, Tiago Matos Bardal, o investigador João Batista de Sousa Marques e os advogados Werther Ferraz Júnior e Ary Cortez Prado Júnior foram apresentados na manhã desta quarta-feira, 28, na Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (SECCOR), após nova operação do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público Estadual.

De acordo com as primeiras informações, todos citados tiveram mandados de prisão preventiva decretadas. Essas ordens judiciais foram expedidas pela 1ª Vara Criminal de São Luis e decorrem de investigação conjunta iniciada no primeiro semestre deste ano, que aponta que os presos se associaram, de forma estável e permanente, em uma verdadeira organização criminosa com o intento de extorquir grupos criminosos, vindo a receber parcela dos produtos dos assaltos a agências bancárias, e a proteger, mediante o pagamento de propina, criminosos que integravam o crime organizado.

A engenharia criminosa, a princípio, remonta aos anos de 2015 e 2016, quanto TIAGO BARDAL assumiu a chefia da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (SEIC).

Consta que o então superintendente e o investigador Batista, seu homem de confiança, passaram a cobrar propina de quadrilhas que atuavam no Maranhão, especialmente no roubo a banco, e que o faziam por intermédio dos advogados Werther e Ary Junior, estes últimos, ligados ao crime organizado. As informações obtidas dão conta de que os policiais recebiam cerca de R\$100.000,00 (cem mil reais) por assalto realizado, como uma espécie de “pedágio”, e que ainda assim cobravam para evitar as prisões de líderes.

As investigações avançam, com a intenção de averiguar a participação de outros policiais no esquema criminoso.

## **Ex-superintendente de investigações criminais (Seic) Tiago Bardal volta a ser preso acusado de envolvimento em assalto a Banco**

O ex-superintendente estadual de investigações criminais (Seic) do Maranhão, Tiago Bardal, foi preso novamente na manhã desta quarta-feira (28) por conta de uma investigação da Polícia Civil sobre uma quadrilha de assaltos a banco no interior do estado. Ele foi encaminhado para a sede da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), em São Luís, para prestar depoimento.

Além do delegado afastado, o investigador João Batista de Sousa Marques e os advogados Werther Ferraz Júnior e Ary Cortez Prado Júnior também foram presos nesta operação realizada de forma simultânea em São Luís e Imperatriz, nesta manhã. Os mandados de prisão preventiva foram expedidos pela 1ª Vara Criminal de São Luís.

A ação é resultado de uma investigação da Seccor e do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Maranhão. As autoridades disseram ainda que as investigações continuam para averiguar a participação de outros policiais no esquema.

### Como funcionava

Pelas informações policiais, a investigação começou em 2018, mas tem como foco ações criminosas entre os anos de 2015 e 2016. Segundo a Seccor e o Gaeco, os presos na manhã desta quarta tinham relações com os bandos de assalto a banco no interior do Maranhão por receberem propina para evitar as prisões dos chefes, por exemplo.

Segundo os investigadores, os policiais mantinham relação direta com os advogados ligados aos assaltantes. Assim, a parte que caberia tanto ao delegado quanto ao investigador em cada negociação girava em torno de R\$ 100 mil.

Os policiais vão ficar recolhidos na carceragem para policiais na Delegacia Especial da Cidade Operária (Decop), enquanto que os advogados devem ficar em alguma unidade do sistema penitenciário do estado.

### Outras ocorrências

Não é a primeira vez que Tiago Bardal é preso. Em março de 2018 quando ainda era superintendente estadual de investigações criminais, ele foi acusado pela própria Secretaria de Segurança Pública de fazer parte de um esquema de contrabando internacional de bebidas alcoólicas e cigarros.

Ele foi encontrado por policiais militares durante uma operação perto do Quebra Pote, zona rural de São Luís. A área, depois a investigação mostrou, era rota dos envolvidos em um esquema internacional de contrabando de carga como cigarros e bebidas alcoólicas.

A época, Bardal foi encontrado dentro de um carro com Ricardo Jefferson Muniz Belo, que seria seu advogado. Segundo o secretário de segurança pública, Jefferson Portella, ao ser questionado, o superintendente afirmou que estava vindo de uma festa, mas depois mudou a versão falando que procurava um sítio para compra.

Na tarde do dia 22 de fevereiro deste ano, Tiago Bardal foi exonerado do cargo e depois a SSP pediu a prisão preventiva dele. A delegada Nilmar da Gama assumiu o cargo de superintendente da Superintendência de Investigações Criminais (Seic).

Neste caso do contrabando, vários policiais militares, entre eles oficiais, foram presos também suspeitos de integrarem o esquema criminoso.

Como o esquema envolvia o mercado clandestino internacional, a Justiça Federal tomou à frente e no fim de abril, revogou a prisão de oito acusados mediante fiança de valores diferentes. O delegado Bardal teve fiança fixada em R\$ 30 mil. Bardal responde também a um crime de contrabando no município de Viana. Com informações do G1.

## **Mantida condenação de mulher que cometeu crime de injúria racial**

Segundo o TJ, Tibúrcia Alcione Figueiredo Dallin chamou de “macaca” uma funcionária de uma loja pelo simples fato de ter-lhe sido negado um aumento de limite no cartão de crédito.

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) manteve decisão de primeira instância que condenou Tibúrcia Alcione Figueiredo Dallin pelo crime de injúria racial, por ter chamado de “macaca” uma funcionária da loja Renner, no Shopping da Ilha, em São Luís, pelo simples fato de ter-lhe sido negado um aumento de limite no cartão de crédito.

A condenação estabelece pena total de um ano de reclusão a ser cumprida em regime inicialmente aberto, além de dez dias-multa.

O processo teve como relator o desembargador Raimundo Melo, cujo voto foi seguido pelos desembargadores Bayma Araujo e João Santana de Sousa, que mantiveram o entendimento do Juiz de Direito Luis Carlos Dutra dos Santos, da 6ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

Em seu voto, o desembargador Raimundo Melo ressaltou que a prova colhida em juízo é consistente, comprovando a prática do delito, previsto no Artigo 140, parágrafo 3º, do Código Penal.

“Confrontando-se a pretensão acusatória e as declarações da vítima e testemunhas, resta indubitoso o fato da ré ter se dirigido à vítima ofendendo-a e chamando-a agressivamente de “macaca”, frisou o magistrado.

Além do depoimento da vítima confirmando o delito, testemunhas presenciais confirmaram as ofensas de Tibúrcia Alcione Figueiredo Dallin, que soletrou o termo “macaca” por várias vezes, com o intuito de constranger e humilhar a vítima.

Para o desembargador, o elemento de cor e raça qualifica a injúria praticada, não havendo cogitar da atipicidade da imputação, tampouco da deficiência probatória aventada pela defesa.

“Não cabe reforma da decisão de primeira instância, pois a injúria mostra-se por demais ofensiva à honra e à dignidade da vítima, e por isso desproporcional sob qualquer aspecto”, assinalou o desembargador Raimundo Melo.

## **Filha acusada de mandar matar pai é condenada à prisão**

Elineia Francisca Galvão foi condenada a 27 anos e 11 meses de prisão. O crime aconteceu no dia 6 de julho de 2017, no município de Pindaré-Mirim.

IMIRANTE.COM, COM INFORMAÇÕES DA POLÍCIA CIVIL

PINDARÉ-MIRIM - Foi condenada, nessa terça-feira (27), a 27 anos e 11 meses de prisão Elineia Francisca Galvão acusada de mandar matar o seu pai, o empresário Fernando Henrique Cruz Pinho. O crime aconteceu no dia 6 de julho de 2017, no município de Pindaré-Mirim, interior do Estado.

A vítima, Fernando Henrique Cruz Pinho, atuava no comércio de material de construção e aluguel de imóveis na cidade de Pindaré-Mirim.

De acordo com informações da polícia, os tiros que mataram o Fernando Henrique Cruz Pinho foram disparados por Cleiton Cerqueira Frazão, que é primo da vítima.

Fernando Henrique Cruz Pinho foi baleado enquanto fazia uma caminhada pela estrada que liga as cidades Pindaré-Mirim e Santa Inês, segundo informações oficiais.

Após o início das investigações da Polícia Civil, Raimundo Nonato Campos foi preso no dia 24 de julho de 2017. Ele é acusado de pilotar a motocicleta que transportava o atirador.

Já no dia 11 de agosto do mesmo ano, foi preso Felipe Rocha Moraes, suspeito de emprestar a motocicleta. No mesmo dia a filha da vítima, Elineia Francisca.

## **Advogados de ITZ são presos por intermediar propina a Thiago Bardal**

Os advogados ligados aos assaltantes de banco intermediavam o pagamento da propina cobrada pelos policiais presos, em torno de R\$100 mil, segundo a SECCOR.

IMPERATRIZ - Os advogados Werther Ferraz Júnior e Ary Cortez Prado Júnior foram presos na operação realizada de forma simultânea em São Luís e Imperatriz. Os mandados de prisão preventiva foram expedidos pela 1ª vara criminal de São Luís. Também foram presos na capital o ex-superintendente estadual de investigações criminais (Seic) do Maranhão, Thiago Bardal, e o investigador João Batista de Sousa.

A ação é resultado de uma investigação da SECCOR e do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público do Maranhão.

Segundo a SECCOR e o GAECO, os presos tinham relações com bandos de assalto a banco no interior do Maranhão por receberem propina para evitar as prisões dos chefes, por exemplo. Os policiais mantinham relação direta com os advogados ligados aos assaltantes que intermediavam o pagamento da propina cobrada pelos policiais, em torno de R\$100 mil por assalto realizado.

Em nota, a Polícia Civil do Maranhão informou investiga, ainda, se há participação de outros policiais no esquema criminoso.

Veja nota na íntegra:

A Polícia Civil do Estado do Maranhão, por meio da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), em trabalho conjunto com o Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público Estadual, informa que, na manhã desta quarta-feira (28), cumpriu mandados de prisão preventiva contra o delegado de Tiago Mattos Bardal, o investigador João Batista de Sousa Marques e os advogados Werther Ferraz Júnior e Ary Cortez Prado Júnior. De forma simultânea, foram realizadas também buscas nas residências dos acusados, em São Luís e Imperatriz.

As ordens judiciais foram expedidas pela 1ª Vara Criminal de São Luís e decorrem de investigação conjunta, iniciada no primeiro semestre deste ano, que aponta que os presos se associaram, de forma estável e permanente, com o objetivo de extorquir grupos criminosos. Os acusados receberiam parcela dos produtos dos assaltos a agências bancárias e prestariam proteção, mediante o pagamento de propina, aos integrantes do crime organizado.

Os policiais presos seguem para a Delegacia da Cidade Operária (Decop) e os advogados para o sistema prisional, onde ficarão à disposição da Justiça.

A Polícia Civil investiga, ainda, se há participação de outros policiais no esquema criminoso.

## **Thiago Bardal é preso suspeito de envolvimento com assaltos a banco**

SÃO LUÍS - O delegado afastado e ex-superintendente de investigações criminais Thiago Bardal foi preso, nesta quarta-feira (28), suspeito de envolvimento com uma quadrilha especializada em assaltos a bancos na região Tocantina, no Maranhão.

Foram cumpridos mandados de prisão preventiva contra Bardal e o investigador João Batista de Sousa Marques, em São Luís. Além deles, foram presos mais dois advogados, Werther Ferraz Júnior e Ary Cortez Prado Júnior, suspeitos de envolvimento no esquema, na cidade de Imperatriz. As investigações apontam recebimento de propina de quadrilhas que assaltavam bancos no Estado. O valor era de aproximadamente R\$ 100 mil por assalto.

Thiago Bardal foi encaminhado para a sede da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Secor), em São Luís.

### Acusações anteriores

Uma operação da Polícia Militar, realizada na noite do dia 21 de fevereiro deste ano que se estendeu até a noite do dia seguinte, desarticulou uma organização especializada em contrabando de mercadorias. O ponto base desse bando criminoso era um sítio no povoado Arraial, no bairro do Quebra-Pote, onde havia até mesmo um porto clandestino.

Ainda durante esse cerco policial, foram apreendidos veículos, armas, munição, dinheiro e uma carga de uísque e cigarros contrabandeados. Policiais militares, empresários e políticos foram presos.

As investigações pontaram Thiago Bardal como um dos líderes desse bando, e ele acabou sendo preso no dia 2 de março deste ano por meio de determinação judicial. Bardal também foi denunciado por peculato e prevaricação.

Thiago Bardal ficou preso em uma das celas do presídio destinado a policiais civis, anexo da delegacia da Cidade Operária, e foi solto no dia 24 de maio, após o pagamento de fiança no valor de R\$ 30 mil.

## **Pergentino Holanda**

O Tribunal de Justiça do Maranhão deu início a mais uma edição do Balcão de Renegociação de Dívidas, desta vez em Paço do Lumiar, região metropolitana de São Luís. O objetivo é que os consumidores inadimplentes tenham a oportunidade de fechar um acordo com as empresas e, dessa forma, possam evitar uma disputa judicial.

## Justiça nega liberdade a militar acusado de homicídio em festa

Policia! atirou contra duas pessoas ao encontrar a sua ex-mulher dançando em uma festa na cidade de São Luís Gonzaga; uma morreu e outra foi ferida

ISMAEL ARAÚJO  
28/11/2018

SÃO LUÍS GONZAGA - O Poder Judiciário negou o pedido de liberdade ao soldado da Polícia Militar, Francisco Cláudio Nogueira Lago Ribeiro, acusado de ter assassinado Paulo Santos e baleado o jovem Júnior Gaúcho. De acordo com a polícia, esse crime, motivado por ciúmes, ocorreu durante uma festa, no dia 11 de novembro, na cidade de São Luís Gonzaga. O militar teria visto a sua ex-mulher dançando com uma das vítimas e resolveu, então, atirar contra os dois.

A juíza Selecina Henrique Locatelli, da comarca de São Luís Gonzaga, indeferiu o pedido de liberdade do militar. A magistrada afirmou que a ordem pública foi abalada, uma vez que, segundo os elementos indiciários colhidos até o presente momento processual, o policial, sendo um profissional da segurança pública, atirou em pleno evento público, causando pânico e insegurança entre as pessoas que estavam no local.

Ela declarou, ainda, que os fatos por si só demandam a manutenção da prisão para garantia da ordem pública e segurança a sociedade, notadamente pelo "modus operandi" do agente. "A conduta do réu demonstra claramente propósitos de desprezo e destemor pela Justiça Pública, de modo que a liberdade daquele simbolizaria risco à ordem pública", explicou a magistrada.

O policial militar já está preso na sede do comando-geral da Polícia Militar, no Calhau, desde a último dia 13. De acordo com a polícia, o militar vai responder pelo crime de assassinato e tentativa de homicídio. No dia do crime, o militar teria olhado a sua ex-esposa dançando com Paulo Santos. E por isso efetuou os tiros que atingiram Paulo Santos e Júnior Gaúcho.

As vítimas foram socorridas e levadas para o hospital da cidade. Júnior Gaúcho passou por tratamento cirúrgico e já recebeu alta médica, enquanto a outra vítima foi internada no hospital de Bacabal onde morreu no dia 15 deste mês.

## **Polícia prende o delegado Tiago Bardal novamente em São Luís acusado de envolvimento em assalto a bancos**

As informações obtidas dão conta de que os policiais recebiam cerca de R\$ 100 mil por assalto realizado, como uma espécie de “pedágio”

Fonte: Da redação

Data de publicação: 28/11/2018

Foto: Reprodução

A Polícia Civil do Maranhão, por meio da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), prendeu na manhã desta quarta-feira (28) o delegado de polícia Tiago Bardal, o investigador João Batista de Sousa Marques e os advogados Werther Ferraz Júnior e Ary Cortez Prado Júnior. As ações ocorreram simultaneamente em São Luís e em Imperatriz.

A ordem de prisão partiu da 1ª Vara Criminal de São Luís e decorrem de investigação conjunta iniciada no primeiro semestre deste ano, que aponta que os presos se associaram, de forma estável e permanente, em uma verdadeira organização criminosa, com o intento de extorquir grupos criminosos, vindo a receber parcela dos produtos dos assaltos a agências bancárias e a proteger, mediante o pagamento de propina, criminosos que integravam o crime organizado.

A engenharia criminosa, a princípio, remonta aos anos de 2015 e 2016, quando Tiago Bardal assumiu a chefia da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic).

Consta que o então superintendente e o investigador Batista, seu homem de confiança, passaram a cobrar propina de quadrilhas que atuavam no Maranhão, especialmente no roubo a banco e que o faziam por intermédio dos advogados.

As informações obtidas dão conta de que os policiais recebiam cerca de R\$ 100 mil por assalto realizado, como uma espécie de “pedágio” e que ainda assim cobravam para evitar as prisões de líderes.

Os policiais presos seguem para a Delegacia da Cidade Operária e os advogados para o sistema prisional, onde ficarão à disposição da Justiça.

As investigações avançam, com a intenção de averiguar a participação de outros policiais no esquema criminoso.

## **CPI da Cyrela quer ouvir Promotoria, Judiciário e Crea sobre denúncias de irregularidades em imóveis**

O deputado Zé Inácio (PT) explicou que o convite será feito à promotora do Consumidor, Lítia Cavalcante, e ao representante do Crea

Fonte: Agência Assembleia

Data de publicação: 28/11/2018

O deputado Zé Inácio (PT) explicou que o convite será feito à promotora do Consumidor, Lítia Cavalcante, e ao representante do Crea

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada para investigar as denúncias de irregularidades nos imóveis construídos pela empresa Cyrela no Maranhão, decidiu, nessa terça-feira (27), ouvir a Promotoria do Consumidor, a Vara de Interesses Difusos e Coletivos e um representante do Conselho de Engenharia e Arquitetura (Crea-MA) sobre o caso.

Autor da proposta e presidente da CPI, o deputado Zé Inácio (PT) explicou que o convite será feito à promotora do Consumidor, Lítia Cavalcante, e ao representante do Crea. Já junto ao juiz Douglas Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, será agendada uma visita para que os integrantes da Comissão possam saber detalhes sobre o processo.

Após a reunião, o presidente da CPI deu detalhes do que foi deliberado no primeiro dia de trabalho. De acordo com o deputado, ofícios serão enviados convidando a promotora e o representante do Crea, e, dependendo das agendas deles, serão ouvidos na próxima semana.

“Ao juiz dos Interesses Difusos e Coletivos, a CPI pedirá uma audiência, para que a comissão possa ir lá conversar e conhecer os autos do processo sobre o caso. O objetivo da CPI é investigar irregulares na construção do empreendimento e o convite ao representante o Crea será para que venha dar esclarecimentos sobre o empreendimento”, disse.

“A CPI vai apurar problemas na construção civil dos prédios e, também, na concessão de alvarás dados por órgãos ambientais. O objeto da CPI vai além da relação de consumidor. Vai concentrar em investigar a construção civil e irregularidades. que por ventura os órgãos tenham cometido, tanto a nível estadual como municipal”, enfatizou.

Sete deputados integram a CPI: Rogerio Cafeteira (DEM - relator), Cesar Pires (PV), Wellington do Curso (PSDB), Francisca Primo (PCdoB), Vinicius Louro (PR) e Bira do Pindaré (PSB), além do autor.

## **Iniciadas ações da Semana Nacional de Justiça pela Paz em Casa**

Iniciadas ações da Semana Nacional de Justiça pela Paz em Casa  
27 Nov 2018 Maranhão

Começou nesta terça-feira (27) e segue até o dia 30 de novembro a 12ª edição da Semana Nacional de Justiça pela Paz em Casa, promovida pelo poder judiciário. A ação realizada em todo o país integra a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. O objetivo é dar celeridade a processos que envolvem casos de violência doméstica e familiar contra mulheres.

## **Balcão de Renegociação de Dívidas segue até sexta (30)**

28 Nov 2018 São Luís

Para muita gente, fim de ano é também tempo de renegociar dívidas para começar 2019 com o nome limpo. Para facilitar esse desejo o Tribunal de Justiça do Estado está oferecendo uma oportunidade para consumidores e empresas através do Balcão de Renegociação de Dívidas, que segue até sexta-feira (30).

Veja a reportagem!

## **Tiago Bardal é preso suspeito de extorquir assaltantes de banco**

28 Nov 2018 Maranhão

Tiago Bardal, ex-superintendente estadual de investigações criminais do Maranhão, foi preso na manhã desta quarta-feira (28) suspeito de praticar extorsão contra uma quadrilha de assaltantes de bancos. Além de Tiago Bardal, tiveram a prisão preventiva decretada os advogados Werther Ferraz Junior e Ary Cortez Prado Junior e o investigador João Batista de Sousa Marques.

Segundo informações do secretário da Segurança, Jefferson Portela, as investigações dão conta de que o crime de extorsão começou logo após a prisão de alguns integrantes da quadrilha de assaltantes. A suspeita é de que Bardal e os demais envolvidos tinham acesso as informações dos crimes da quadrilha e assim facilitavam a ação em troca de R\$ 100 mil por assalto realizado, como uma espécie de “pedágio”.

Ainda segundo o secretário, a denúncia contra Tiago Bardal, já havia sido feita há, pelo menos, dois anos, mas acabou sendo arquivada por descrédito. Agora, após a reabertura do caso pela 1ª Vara de Combate ao Crime Organizado da capital algumas pessoas foram ouvidas e as investigações apontaram o suposto envolvimento do ex-superintendente, dos advogados e do investigador.

Tiago Bardal e João Batista de Sousa Marques foram encaminhados para a Delegacia da Cidade Operária e os advogados para o sistema prisional.

A participação de outros policiais continua sendo investigada.

## **Advogados que intermediaram propina à Bardal são presos**

A ação policial é decorrente de uma investigação do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) órgão do Ministério Público e também da SECCOR.

Foram presos na operação simultânea realizada em São Luís e Imperatriz os advogados Werther Ferraz Júnior e Ary Cortez Prado. Também foram presos na capital o investigador João Batista de Sousa e o ex-superintendente estadual de investigações criminais (Seic) Thiago Bardal. Os mandados de prisão preventiva foram expedidos pela 1ª vara criminal de São Luís.

A ação policial é decorrente de uma investigação do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) órgão do Ministério Público e também da SECCOR.

Segundo informações da polícia, os presos recebiam propina de assaltos a banco para não efetuarem a prisão dos chefes das quadrilhas. Os advogados intermediavam o pagamento, em torno de R\$ 100 mil por assalto.

Entenda o caso

O delegado Thiago Bardal foi preso mais uma vez. Desta vez, o delegado afastado, foi preso por suposto envolvimento com uma quadrilha especializada em assaltos a bancos na região Tocantina, no Maranhão.

Foram cumpridos mandados de prisão preventiva contra o delegado afastado e um investigado em São Luís. Também foram presos mais dois advogados suspeitos de envolvimento no esquema, na cidade de Imperatriz. As investigações dão conta para o recebimento de propina de quadrilhas que assaltavam bancos no Estado.

## **CPI da Cyrela quer ouvir Promotoria, Judiciário e Crea sobre denúncias de irregularidades em imóveis**

Sete deputados integram a CPI: Rogerio Cafeteira (DEM - relator), Cesar Pires (PV), Wellington do Curso (PSDB), Francisca Primo (PCdoB), Vinicius Louro (PR) e Bira do Pindaré (PSB), além do autor

Por: Da Redação

Data de publicação: 28 de Novembro de 2018

Reprodução

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), criada para investigar as denúncias de irregularidades nos imóveis construídos pela empresa Cyrela no Maranhão, decidiu, nesta terça-feira (27), ouvir a Promotoria do Consumidor, a Vara de Interesses Difusos e Coletivos e um representante do Conselho de Engenharia e Arquitetura (Crea-MA) sobre o caso.

Autor da proposta e presidente da CPI, o deputado Zé Inácio (PT) explicou que o convite será feito à promotora do Consumidor, Lítia Cavalcante, e ao representante do Crea. Já junto ao juiz Douglas Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, será agendada uma visita para que os integrantes da Comissão possam saber detalhes sobre o processo.

Após a reunião, o presidente da CPI deu detalhes do que foi deliberado no primeiro dia de trabalho. De acordo com o deputado, ofícios serão enviados convidando a promotora e o representante do Crea, e, dependendo das agendas deles, serão ouvidos na próxima semana.

“Ao juiz dos Interesses Difusos e Coletivos, a CPI pedirá uma audiência, para que a comissão possa ir lá conversar e conhecer os autos do processo sobre o caso. O objetivo da CPI é investigar irregulares na construção do empreendimento e o convite ao representante o Crea será para que venha dar esclarecimentos sobre o empreendimento”, disse.

“A CPI vai apurar problemas na construção civil dos prédios e, também, na concessão de alvarás dados por órgãos ambientais. O objeto da CPI vai além da relação de consumidor. Vai concentrar em investigar a construção civil e irregularidades. que por ventura os órgãos tenham cometido, tanto a nível estadual como municipal”, enfatizou.

Sete deputados integram a CPI: Rogerio Cafeteira (DEM - relator), Cesar Pires (PV), Wellington do Curso (PSDB), Francisca Primo (PCdoB), Vinicius Louro (PR) e Bira do Pindaré (PSB), além do autor.

## **Operação prende delegado e advogados no Maranhão**

EM 28 DE NOVEMBRO DE 2018 POR SAMUEL BASTOS

Uma operação conjunta do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco) e Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Seccor), deflagrada na manhã desta quarta-feira, 28, resultou na prisão preventiva do delegado Tiago Mattos Bardal, do investigador de polícia João Batista de Sousa Marques e dos advogados Werther Ferraz Junior e Ary Cortez Prado Junior.

Além das prisões, também foram realizadas operações de busca e apreensão nas residências dos envolvidos, nos municípios de São Luís e Imperatriz, nas quais foram apreendidos documentos, celulares e computadores. As ordens judiciais foram expedidas pela 1ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

De acordo com as investigações, os presos se associaram em uma organização com o objetivo de extorquir grupos criminosos, recebendo parte do apurado em assaltos a bancos e fazendo a proteção das quadrilhas, mediante o recebimento de propina. As práticas vinham acontecendo desde 2015, quando Tiago Bardal assumiu a chefia da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic).

Os policiais recebiam cerca de R\$ 100 mil por assalto realizado e cobravam, ainda, para evitar a prisão de líderes das organizações criminosas. A cobrança era feita por intermédio dos advogados presos nesta quarta-feira.

As investigações continuam e buscam averiguar a participação de outros policiais no esquema.

Do Blog do John Cutrim

## **POLÍCIA CIVIL DO MARANHÃO EM CUMPRIMENTO DE MANDADO DE PRISÃO, PRENDE DELGADO TIAGO, BARDAL, ADVOGADOS E INVESTIGADOR DE POLÍCIA**

Na manhã de hoje, 28 de novembro de 2018, a Polícia Civil do Estado do Maranhão, através da Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (SECCOR), em trabalho conjunto com o Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público Estadual, cumpriu mandados de prisão preventiva contra o delegado de polícia civil TIAGO MATTOS BARDAL, o investigador JOAO BATISTA DE SOUSA MARQUES e os advogados WERTHER FERRAZ JUNIOR e ARY CORTEZ PRADO JUNIOR, tendo sido realizadas, também, buscas em suas residências. As ações ocorreram, simultaneamente, em São Luis e Imperatriz.

Essas ordens judiciais foram expedidas pela 1ª Vara Criminal de São Luis e decorrem de investigação conjunta iniciada no primeiro semestre deste ano, que aponta que os presos se associaram, de forma estável e permanente, em uma verdadeira organização criminosa, com o intento de extorquir grupos criminosos, vindo a receber parcela dos produtos dos assaltos a agências bancárias, e a proteger, mediante o pagamento de propina, criminosos que integravam o crime organizado.

A engenharia criminosa, a princípio, remonta aos anos de 2015 e 2016, quanto TIAGO BARDAL assumiu a chefia da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (SEIC).

Consta que o então superintendente e o investigador BATISTA, seu homem de confiança, passaram a cobrar propina de quadrilhas que atuavam no Maranhão, especialmente no roubo a banco, e que o faziam por intermédio dos advogados WERTHER e ARY JUNIOR, estes últimos, ligados ao crime organizado. As informações obtidas dão conta de que os policiais recebiam cerca de R\$100.000,00 (cem mil reais) por assalto realizado, como uma espécie de "pedágio", e que ainda assim cobravam para evitar as prisões de líderes.

Os policiais presos seguem para a Delegacia da Cidade Operária e os advogados para o sistema prisional, onde ficarão à disposição da Justiça. As investigações avançam, com a intenção de averiguar a participação de outros policiais no esquema criminoso.

ASCOM/SSP

## **Justiça mantém condenação de mulher por injúria racial em São Luís**

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve decisão de primeira instância que condenou Tibúrcia Alcione Figueiredo Dallin pelo crime de injúria racial, por ter chamado de “macaca” uma funcionária de uma loja localizada em shopping da capital, por ter sido negado um aumento de limite no cartão de crédito.

A condenação estabelece pena total de um ano de reclusão a ser cumprida em regime inicialmente aberto, além de dez dias-multa.

O processo teve como relator o desembargador Raimundo Melo, cujo voto foi seguido pelos desembargadores Bayma Araujo e João Santana de Sousa, que mantiveram o entendimento do Juiz de Direito Luis Carlos Dutra dos Santos, da 6ª Vara Criminal da Comarca de São Luís.

Em seu voto, o desembargador Raimundo Melo ressaltou que a prova colhida em juízo é consistente, comprovando a prática do delito, previsto no artigo 140, parágrafo 3º, do Código Penal.

“Confrontando-se a pretensão acusatória e as declarações da vítima e testemunhas, resta indubitoso o fato de ter se dirigido à vítima ofendendo-a e chamando-a agressivamente de “macaca”, frisou o magistrado.

Além do depoimento da vítima confirmando o delito, testemunhas presenciais confirmaram as ofensas de Tibúrcia Alcione Figueiredo Dallin, que soletrou o termo “macaca” por várias vezes, com o intuito de constranger e humilhar a vítima.

Para o desembargador, o elemento de cor e raça qualifica a injúria praticada, não havendo cogitar da atipicidade da imputação, tampouco da deficiência probatória aventada pela defesa.

“Não cabe reforma da decisão de primeira instância, pois a injúria mostra-se por demais ofensiva à honra e à dignidade da vítima, e por isso desproporcional sob qualquer aspecto”, assinalou o desembargador Raimundo Melo.

Com informações do TJMA

## **Governo e Prefeitura abrem programação do Natal de Todos neste sábado (1)**

A abertura da programação natalina em São Luís, neste sábado (1), vai iluminar um dos pontos mais bonitos do Centro Histórico da cidade com atrações que prometem encantar ludovicenses e turistas de todas as idades. O Natal de Todos é uma realização do Governo do Maranhão e da Prefeitura de São Luís com o apoio cultural da Companhia Energética do Maranhão (Cemar).

Para a cerimônia de abertura, em frente ao Palácio dos Leões, está previsto fogos de artifício, chegada do Papai Noel, show com o saxofonista Caio Mesquita, apresentação da Banda do Bom Menino, chuva de neve com Trio de Cordas, Coral Adventista e projeção de vídeo mapping com imagens das belezas e cultura do Maranhão cobrindo a fachada do Palácio dos Leões. A programação com diversas atrações segue até o dia 23 de dezembro.

O Natal de Todos este ano vem com uma nova proposta. A Praça Pedro II será transformada em uma Vila Encantada, ambientada com diversos cenários que simbolizam o período natalino. As crianças poderão se divertir nas praças Soldadinho de Chumbo, Ursinhos Polares e Boneco de Neve, admirar a Casa do Papai Noel, a chuva de neve e as luzes da bola encantada. A praça e toda a área do Centro Histórico já estão recebendo decoração especial tornando o local ainda mais bonito para a festa preparada pelo Governo e Prefeitura. Os elementos de Natal vão decorar fachadas dos principais monumentos da cidade, entre estes, praças, igrejas, prédios históricos e outros espaços públicos.

### Espaços ganharam decoração e iluminação especiais

Decoração e uma iluminação especial aumentam o clima e a magia do Natal. Toda área do Centro Histórico, bem como outros espaços da capital, receberam decoração especial tornando o local ainda mais bonito para a festa preparada pelo Governo e Prefeitura. Os elementos de Natal decoram fachadas dos principais monumentos da cidade, entre estes, praças, igrejas, prédios históricos e outros espaços públicos.

Árvores decoradas embelezam ainda mais o cenário de pontos turísticos de grande visitação na capital, dentre outros arranjos natalinos. A maior delas, de 12 metros, vai emoldurar a área externa da Catedral Metropolitana, a Igreja da Sé. A árvore será coberta de micro lâmpadas douradas e enfeites característicos como bolas, cordas e peças luminosas, dentre outros. O Palácio dos Leões ganhará uma árvore do tipo pinheiro, de sete metros de altura.

No Espigão Costeiro, a magia do Natal será completa com outra árvore de sete metros de altura, montada em fibra de vidro. Este mesmo modelo embelezará as praças Deodoro e Pantheon. Na Praça Benedito Leite será instalada uma árvore em 3D, com efeitos luminosos em 360 graus e estrutura toda em camadas que serão preenchidas com micro lâmpadas douradas.

### Atrações culturais

As atrações culturais estarão por toda parte. Em frente ao Palácio dos Leões, Tribunal de Justiça, Igreja da Sé, prédio da Sectur, Praça Benedito Leite, sempre aos fins de semana, com espetáculos teatrais, auto de natal, corais, shows musicais, personagens natalinos. No dia 8 de dezembro, por exemplo, está prevista apresentação de pocket show da cantora Luiza Possi, em frente ao Tribunal de Justiça.

Uma das atrações de maior sucesso no ano passado, que recebeu mais de 25 mil pessoas, estará de volta: a projeção de video mapping na fachada do Palácio dos Leões terá sessões diárias até o dia 6 de janeiro. O espetáculo de sons, cores e luzes promete ser uma das grandes atrações da Vila Encantada.

Já a Praça Benedito Leite, sempre aos sábados e domingos, funcionará como Praça de Alimentação, com barracas e vendas de pratos típicos e uma grande variedade gastronômica. O espaço é o mesmo onde ocorre aos domingos a Feirinha de São Luís.

## **Tiago Bardal tem nova prisão preventiva por associação em organização criminosa**

A Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (SECCOR), em trabalho conjunto com o Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público Estadual (MPE), cumpriu mandados de prisão preventiva contra o delegado de polícia civil Tiago Mattos Bardal (foto), o investigador Joao Batista de Sousa Marques e os advogados Werther Ferraz Junior e Ary Cortez Prado Junior, tendo sido realizadas, também, buscas em suas residências.

As ações ocorreram, simultaneamente, em São Luís e Imperatriz na manhã desta quarta-feira (28).

As ordens judiciais foram expedidas pela 1ª Vara Criminal de São Luís e decorrem de investigação conjunta iniciada no primeiro semestre deste ano, que aponta que os suspeitos se associaram, de forma estável e permanente, em uma verdadeira organização criminosa, com o intento de extorquir grupos criminosos, vindo a receber parcela dos produtos dos assaltos a agências bancárias, e a proteger, mediante o pagamento de propina, criminosos que integravam o crime organizado.

SAIBA MAIS

Justiça do Maranhão decreta prisão preventiva do delegado Tiago Bardal

Delegado Tiago Bardal fala sobre sua exoneração da SEIC

Prisão preventiva do delegado Tiago Bardal é revogada

Suspeito de acompanhar ex-chefe da Seic em abordagem se apresenta à polícia

Segundo a Polícia Civil do Maranhão o esquema remonta aos anos de 2015 e 2016, quanto Tiago Bardal assumiu a chefia da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (SEIC).

Bardal e o investigador Batista, que seria homem de confiança, passaram a cobrar propina de quadrilhas que atuavam no Maranhão, especialmente no roubo a banco, e que o faziam por intermédio dos advogados Werther e Ary Junior, estes últimos, ligados ao crime organizado.

Os policiais recebiam cerca de R\$100 mil por assalto realizado, como uma espécie de "pedágio", e que ainda assim cobravam para evitar as prisões de líderes.

Os policiais presos seguem para a Delegacia da Cidade Operária e os advogados para o sistema prisional, onde ficarão à disposição da Justiça.

As investigações avançam, com a intenção de averiguar a participação de outros policiais no esquema criminoso.

O caso

A Justiça do Maranhão decretou em março deste ano, a prisão preventiva do delegado Tiago Bardal, ex-superintendente da Superintendência de Investigações Criminais (SEIC), no Maranhão, por suspeita de envolvimento em uma organização criminosa.

Bardal foi exonerado do cargo após ter sido flagrado na zona rural de São Luís por policiais, na madrugada do dia 22 de fevereiro. Ele estava próximo do local onde ocorria uma operação contra o contrabando de armas, drogas e munições. Oito pessoas foram detidas em flagrante, sendo três deles policiais militares.

Na época do anúncio da sua exoneração, o delegado negou qualquer envolvimento com a organização criminosa. Bardal contou ainda que foi abordado duas horas antes da operação e cerca de 5 km da região.

Após depoimento na Superintendência de Combate a Corrupção (SECCOR), Thiago Bardal foi encaminhado ao presídio da Polícia Civil, no bairro da Cidade Operária. A prisão de Bardal foi revogada em maio.